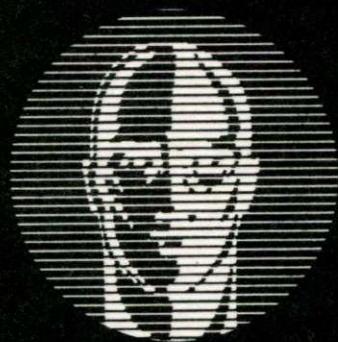


CONSELHO
FEDERAL DE PSICOLOGIA



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
6ª REGIÃO

UMA PROFISSÃO
CHAMADA

PSICOLOGIA

(CRP-06, 20 ANOS)

Ata da Primeira Reunião do Conselho
Região - São Paulo e Mato Grosso, Real

Nos vinte e sete dias de agosto de
ciologia de São Paulo, à Av. Piranga, 34
, às 21 horas e trinta minutos, p
lho, presidida pelo Dr. Geraldo de Barros
do Conselho Regional de Psicologia
eiro Waldemar Alberto Miranda. A
reunir a composição da prime
ocupar os vários cargos da de
melhores: Presidente - Waldemar
Heraes Almeida; Secretário
Bardella. Designou-se a de
unão de instalação qual
do de... Wa
...
...
...
...
...

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA — 6ª REGIÃO

UMA PROFISSÃO CHAMADA PSICOLOGIA

(CRP-06, 20 ANOS)



**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
6ª REGIÃO**

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA — 6ª REGIÃO

GESTÃO PSICOLOGIA E CIDADANIA

CONSELHEIROS EFETIVOS:

ADALBERTO BOLETTA DE OLIVEIRA
CELI DENISE CAVALLARI
CELSO ZONTA
CÁUDIA MARIA SODRÉ VIEIRA
CRISTINA AMÉLIA LUZIO
JOSÉ ROBERTO TOZONI REIS
LEYLA VENEGAS FALSETTI
LÍGIA VALÉRIA GIANNI
MÁRCIA ARRIVABENE SANCHES SPINOLA
MARIA DE LOURDES KATO
MARIA SILVIA DE MESQUITA BOLGUESE
ODAIR SASS
OTHON VIERA NETO
VERA REGINA RODRIGUES
WALTER DE PAULA PINTO FILHO

CONSELHEIROS SUPLENTE:

CÁSSIA REGINA RODRIGUES
ERANE PALADINO
ERASMO MIESSA RUIZ
MARIA ELISA PACHECO
MILTON LUIZ CARDASSI
MITSUKO APARECIDA MAKINO ANTUNES
NELSON ANTONIO FONTES COUTINHO
NILTON JÚLIO DE FARIA

UMA PROFISSÃO CHAMADA PSICOLOGIA (CRP-06, 20 ANOS)

EDIÇÃO E TEXTO FINAL: KAZUMI MUNAKATA
PESQUISA: JORGE CARVALHO DO NASCIMENTO
ARTE E CAPA: RONALD CHIRA
COMPOSIÇÃO, FOTOLITOS E IMPRESSÃO: GRAFITTE
ILUSTRAÇÃO DA CAPA: ATA DE INSTALAÇÃO DO CRP-06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA — 6ª REGIÃO

UMA PROFISSÃO CHAMADA PSICOLOGIA (CRP-06, 20 ANOS)

CONSELHOS E CONSELHEIROS DO CRP-06+

PRIMEIRO CONSELHO: 1974-1977)

Efetivos

Geraldina Porto Witter
José Glauco Bardella
Lygia de Sá Fortes
Neddermeyer
Lúcia Carvalhaes Bonilha
Maria do Rosário Brant de
Carvalho
Marília Albino do Amorim
Romeu de Moraes Almeida
Suzy Vijande Cambraia
Waldecy Alberto Miranda

Suplentes

Samuel Pfomm Netto*
Antonio Waldir Biscaro
Antonio Carelli
Therezinha Moreira Leite
Joel Antonio Gosling*
Heriberto Belculfine
Dante Moreira Leite**
Carlos Del Nero*
Sérgio Villela Monteiro
Walter Trinca***
Myriam A. Silva
Vilarinho***
Maria Ignez-Longhin de
Siqueira***
Marcos Pontual***

*Tornaram-se efetivos.

**Faleceu em 23/2/1976.

***Nomeados suplentes.

SEGUNDO CONSELHO: 1977-1980

Efetivos

Samuel Pfomm Netto
Carlos Del Nero
Maria Ignez-Longhin de
Siqueira
Rachel Lea Rosenberg
Antonio Carelli
Luiz Antonio Guimarães
Cancello
Myriam Augusto da Silva
Vilarinho
Saulo Monte Serrat
Therezinha Moreira Leite
Waldecy Alberto Miranda

Suplentes

Elvira C.A.M. Wagner
Eugênia C. Paredes
Heriberto Belculfine
Ilda A.C. Silva
Maria José Beraldi
Reinier J.A. Rozestraten
Sérgio V. Monteiro
Walter Trinca

TERCEIRO CONSELHO: 1980-1983

Efetivos

Luiz Otávio de Seixas
Queirós
Yvonne Gonçalves Khouri
Luiz Celso Manço
Gislaine Gliosce da Silva
Moreira
Moisés Campos de Aguiar
Netto
Osmir F. Gabbi Jr.
Gerson Roberto Correia
Vera Lúcia Collucci
Carmem Lúcia Rittner

Suplentes

Sigmar Malvezzi
Abelardo de Almeida
Tatiana Wernikoff
Miriam S. Vianna
José Roberto Tozoni Reis
Lazslo A. Ávila
Sérgio Antônio da Silva
Leite
Maria Clotilde Barros
Magaldi
Maria Aparecida C. da
Cunha

QUARTO CONSELHO: 1983-1986 (PALAVRA ABERTA)

Efetivos

Álvaro Trujillo
Elizabeth Batista Pinto
Heloisa Szymanski Ribeiro
Gomes
Jane Persinotti
José Sorello Neto
Lorivam Lopes
Maria de Fátima Menezes
Maria Inez Nunes Romero
Marlene Guirado
Mirsa Elisabeth Dellosi
Mônica Teixeira do Amaral
Carneiro
Selma de Souza Bastos
Sueli Duarte Pacifico
Tânia Maria José Aiello Tsu
Yvonne Alvarenga
Gonçalves Khouri

Suplentes

Antônio Waldir Biscaro
Carlos Afonso Marcondes
Medeiros
Carlos Rodrigues Ladeia
Denilrea Pérola A. Paoli
Macário
José Paulo Correia de
Menezes
José Sterza Justo
Luiz Carlos Rodrigues de
Lima
Maria Rosa Cavazzani
Marinilza da Costa Moreira
da Silva
Marisa Oliveira Sanovicz
Nanci Bühner Letaif
Nancy Ramacciotti de
Oliveira Santos
Sílvia Leite da Silva
Vânia Ghirello Garcia
Vera Regina Lignelli Otero

QUINTO CONSELHO:
1986-1989
(PALAVRA ABERTA II)*

Efetivos

Antonio Carlos Simonian dos Santos
Benedito A Boletta de Oliveira
Carlos Rodrigues Ladeia
José Paulo C. de Menezes
Maria Benedita Lima Pardo
Maria de Lourdes Trassi Teixeira
Maria Luiza Scrosoppi Persicano
Marlene Guirado
Nanci Bühler
Oscar Armani Filho
Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel
Rosa Maria Lopes Affonso
Sonia Regina Jubelini
Sueli Duarte Pacífico
Yara Sayão

Suplentes

Aicil Franco
Antonio Waldir Biscaro
Bronia Liebesny
Carlos Afonso Marcondes Medeiros
Cenise Monte Vicente
Dayse Cesar Franco
Bernardi
Frida Zolty
Maralúcia Arenque
Ambrósio
Margareth Martha Arilha
Maria Rosejane Pereira Oliveira
Marina Massi
Regina Célia Canel
Rosely Fátima Sayão
Sílvia Leite da Silva

* Devido a sucessivas renúncias, o Conselho, no final da gestão, ficou reduzido a nove conselheiros: Antonio Carlos Simonian dos Santos, Benedito Adalberto, Carlos Afonso Marcondes, Carlos Rodrigues Ladeia, Marlene Guirado, Nanci Bühler, Oscar Armani, Sonia Regina e Yara Sayão.

SEXTO CONSELHO:
1989-1992
(MOVIMENTO)

Efetivos

Adermir Ramos da Silva Filho
Aicil Franco
Ana Lúcia Jackson
Arialdo Germano Júnior
Benedita Antonia Watanabe
Denise A. Bandeira de Melo
Fausto Afonso Duarte
João Carlos Bertoni
José Zula de Oliveira
Maralúcia Arenque
Ambrósio
Marlene Bueno Zola
Regina Heloísa Maciel
Selma Regina Paschini
Valter Apolinário Filho
Vera Regina Rodrigues

Suplentes

Ana Maria Blanques
Antonio Cesar Frassetto
Beatriz de Paula Souza
Brônia Liebesny
Carolina do Rocio Klomfahs
Frida Zolty
Graça Maria Totaro
Irma Macário
José Alfredo Donizeti Leal
Kathia Nemeth Perez
Luiz Celso Manço
Maurício Lourenção Garcia
Mauro Hollo
Sara Raquel da Silva
Solange Bertolotto

SÉTIMO CONSELHO:
1992-1995
PSICOLOGIA E
CIDADANIA

Efetivos

Benedito Adalberto Boletta de Oliveira
Celi Denise Cavallari
Celso Zonta
Cristina Amélia Luzio
José Roberto Tozoni Reis
Leyla Venegas Falsetti
Lígia Valéria Gianni
Márcia Arrivabene Sanches Spinola
Maria de Lourdes Kato
Maria Sílvia de Mesquita Bolguese
Odair Sass
Vera Regina Rodrigues
Walter de Paula Pinto Filho
Cláudia Maria Sodré Vieira
Vera do Vale

Suplentes

Cássia Regina Rodrigues
Erane Paladino
Erasmio Miessa Ruiz
Maria Elisa Pacheco
Milton Luiz Cardassi
Mitsuko Aparecida Makino Antunes
Nelson Antonio Fontes Coutinho
Nilton Júlio de Faria
Othon Vieira Neto

+ A lista dos conselheiros reproduz a do momento da eleição de cada conselho e, salvo indicações em contrário, não acompanha os remanejamentos durante a gestão.

SUMÁRIO

9 *Apresentação*

11 *Editor pede a palavra*

PARTE I

PROFISSÃO E CIÊNCIA

14 *O começo*

32 *Sede e delegacias*

40 *Zelo pela profissão*

52 *Vocação científica*

62 *Surge a oposição*

PARTE II

PSICOLOGIA E SOCIEDADE

72 *Formação em questão*

82 *Perfil do psicólogo*

90 *Defesa do mercado de trabalho*

- 100** *Conflito com o CFP*
- 108** *Em busca da participação*
- 114** *Sociedade em movimento*
- 126** *Psicotécnicos, um problema*
- 134** *Novo Código de Ética*
- 138** *Uma certa modorra...*
- 144** *Tempo de crise*

PARTE III

RECORDAÇÕES DO FUTURO

- 154** *Repensar o Conselho*
- 164** *Arrumação da casa*
- 170** *Exercício da cidadania*
- 176** *Re-constituição*

189 ENTREVISTADOS:

CAMINHOS PARA PSICOLOGIA

Apresentação

Uma profissão se faz respeitada, principalmente, em virtude do reconhecimento social adquirido através das práticas realizadas por aqueles que a professam. Da mesma maneira, uma entidade profissional é representativa quando se constitui em referência para o profissional, o aprendiz e o cidadão que usufrui dos benefícios dessa profissão.

A representividade, pensada ou pretendida, é parte de um processo que implica continuidade e descontinuidade, sucessos e fracassos, mudanças e resistências a elas, e assim por diante.

Por isso mesmo, representatividade implica história e memória. As idéias, concepções, ações e tendências de pensamento — às vezes divergentes entre si e outras vezes até mesmo antagônicas —, que originaram, organizaram e animaram a existência daquela entidade, são os elementos que precisam vir à luz, ainda que em flashes.

Se há concordâncias quanto a essa noção de representatividade, os seus desdobramentos concretos não são tarefas simples. Coligir material adequado, ouvir vozes discordantes, estabelecer nexos entre acontecimentos sem conceder às relações espúrias, temos que convir, exigem seriedade e isenção.

Esse foi, apesar das dificuldades, o fio condutor que deu origem a este livro de memórias dos 20 anos do CRP-06. Consultar parte da documentação disponível e ouvir algumas das pessoas que fizeram a memória e a história desta entidade, foram procedimentos privilegiados para a confecção deste livro.

Ainda que o número de profissionais entrevistados tenha sido reduzido, acrescido do fato lamentável de que muitos dos documentos registradores das posições adotadas e a dinâmica dos acontecimentos mencionados ao longo do texto terem sido incinerados a cada cinco anos, sob o pretexto de fazerem parte da correspondência “vencida”, tal como mais à frente nos adverte o editor, há que se destacar os empenhos para compor este esboço da memória da Psicologia.

Como livro de memória, este deve ser lido de uma perspectiva aberta e não fechada, isto é, assim como a nossa própria memória ativa retorna aos fatos originais para se fazer e refazer, possibilitando sempre novas interpretações dos fatos redivivos a seqüência de imagens apresentadas no desenrolar do texto, compõe quase que uma das possibilidades de um caleidoscópio.

Se o livro instigar aqueles que possam vir a preencher lacunas, corrigir distorções e promover ampliações dos fatos e acontecimentos narrados, por certo estará desempenhando papel importante para a construção da história da Psicologia e da regulamentação das profissões no país.

PLENÁRIO DO CRP-06

O editor pede a palavra

Este não é um livro propriamente de história. Apesar de planejado e executado por dois historiadores, o livro, em seu modo de exposição, não segue à risca os ditames do ofício. Prende-se demasiadamente, adere mesmo, à fonte, deixa-se seduzir por seu fascínio, dá-lhe a voz. Em vez de duas palavras para resumir um episódio, uma profusão de citações — embora com pequenas adulterações para corrigir-lhes os deslizes gramaticais e para nelas efetuar o que os editores denominam “normatização do texto”. Em vez de compreender um acontecimento, um enlevar-se pelas falas dos protagonistas. Não, decididamente, os documentos não falam por si. Ou melhor, falam por si o que querem falar. Ao historiador de ofício cabe a obrigação de, qual inquérito policial, interrogá-los, surpreendendo-lhes as contradições, os não-ditos e os interditos; acareá-los; formular perguntas inusitadas; flagrar-lhes os gestos, quando as falas se pretendem unicamente portadoras de idéias. Quase nada disso foi feito neste livro. Primeiro, porque o volume do material a ser pesquisado é muito superior ao efetivamente consultado. O método inquisitorial só funciona quando há muitas testemunhas, de acusação e defesa, além, é claro, da sagacidade do inquisidor em perceber pequenas

nuanças — um olhar vacilante, um regurgitar da garganta, aquele dedo mindinho significativamente levantado. Aqui, neste livro, não: a massa documental restringiu-se praticamente aos livros das atas das reuniões plenárias do CRP-06 e de suas publicações. Falta de tempo, mas também de disponibilidade: por exemplo, foi avisado que era praxe incinerar correspondências “vencidas”, sabe-se lá segundo qual critério. Também não foi possível realizar todas as entrevistas planejadas: sete psicólogos, dos que tiveram papel importante na história do Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região (CRP-06), de um universo que hoje totaliza mais de 30 mil.¹ Tão poucas foram as entrevistas conseguidas no tempo disponível, que seria abuso de bom senso tentar enquadrá-las segundo algum critério: não são amostras, nem exemplos, nem tipos, nem representativos de uma época, um estilo, uma corrente de opinião. Nem se pretende aqui confrontá-los um a outro. O imperioso é, antes, manifestar a imensa gratidão àqueles que tiveram a paciência de revolver suas lembranças, concedendo a este livro seus depoimentos, e, ao mesmo tempo, pedir inconsoláveis desculpas àqueles cujas vozes, por um motivo ou outro, não se fizeram ouvir. Mas este livro abdica de procedimentos historiográficos não apenas por suas carências. Se se deixa extasiar por suas citações e depoimentos é porque acredita que seu papel seja outro, que não exatamente o do ofício de historiar os acontecimentos. O seu papel é, antes, o de despertar lembranças, recordações, tal qual as madeleines de Proust ou, melhor, os beijos da dona Risoleta, conforme registrou Ecléa Bosi: um mundo de significações, quase nunca unívocas, que se abre a um leve toque da lembrança — uma senha, quase. Este livro quer despertar essas significações. São significações que não cabem num livro: uma lembrança leva a outra — e cada um com uma lembrança que leva a outra, por vezes agradáveis, por outras insuportavelmente ruins. Este é, pois, como um álbum de fotografias. Contém flashes de uma vida, uma vivência, não tão longínqua, de que cada um extrai suas significações. Folheia-se para dizer, singelamente: “Olha quem está aqui!”. As lacunas entre as imagens são preenchidas por recordações, muitas recordações. Como álbum de fotografias, este é um livro de memória. Memória compartilhada por muitos sujeitos, cada um com seu repertório de significações. Uma co-memória. Este é um livro de comemoração dos 20 anos do CRP-06.

O Editor

1. Entrevistas realizadas por Jorge Carvalho: dr^a. Regina Maciel, em 14/7/1994; dr^a. Yvonne Khouri, em 18/7/1994; dr^a. Marlene Guirado, em 20/7/1994; dr. Arrigo Angelini, em 21/7/1994; e dr. José Roberto Tozoni Reis, em 19/8/1994. Entrevista realizada por Jorge Carvalho e Kazumi Munakata: dr. Sérgio Antônio da Silva Leite, em 25/7/1994. Entrevista realizada por Kazumi Munakata: dr. Samuel Pfromm Netto, em 2/9/1994.

PARTE I

PROFISSÃO E CIÊNCIA

CAPÍTULO 1

O começo

Há vinte anos, em 1974, o general Ernesto Geisel elegeu-se presidente da República do Brasil por via indireta, enquanto em Portugal os militares derrubavam o regime salazarista, instalado em 1932. Morreram os presidentes Georges Pompidou, da França, e Juan Domingo Perón, da Argentina, e o presidente Richard Nixon, dos Estados Unidos, renunciou para evitar seu *impeachment* em consequência do escândalo de Watergate. O general Augusto Pinochet, presidente da Junta Militar do Chile, veio à posse do presidente Geisel e ouviu críticas do deputado Francisco Pinto, que, por isso, foi preso; como que em compensação, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido desse deputado, teve expressivo número de votos nas eleições parlamentares. O piloto brasileiro Emerson Fittipaldi tornou-se campeão da Fórmula 1 — e já se podia ver essa façanha pela TV a cores —, mas o sonho de tetracampeonato de futebol foi atropelado pelo “carrossel” holandês. O Brasil vivia os últimos

resquícios do seu “milagre” econômico, com a inauguração da ponte Rio-Niterói e a descoberta de petróleo na bacia de Campos, no Rio de Janeiro. A inflação do ano foi de 35% — contra 27% em 1973 — o que, na época, foi considerado muito alarmante.

Naquele ano, em 27 de agosto, instalou-se o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, o CRP-06. Tinha como incumbência a de “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo nos Estados de São Paulo e Mato Grosso”.¹ Mas não contava nem sequer com uma sede, que teve de ser improvisada nas instalações da Sociedade de Psicologia de São Paulo, na Av. Ipiranga nº 395, no centro de São Paulo, no mesmo imóvel que também abrigava a Associação Brasileira de Psicólogos e o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, DA 6ª REGIÃO — SÃO PAULO E MATO GROSSO, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1974

Aos vinte e sete dias de agosto de 1974, no salão da Sociedade de Psicologia de São Paulo, à Av. Ipiranga, 395, 9º andar, na cidade de São Paulo, às 21 horas e trinta minutos, durante a reunião de instalação do Conselho, presidida pelo sr. Oswaldo de Barros Santos, fez-se a primeira Reunião do Conselho Regional de Psicologia a qual foi dirigida pelo Conselheiro Waldecy Alberto Miranda. Dando início à reunião discutiu-se qual deveria ser a composição da primeira diretoria do órgão. Foram designados para ocupar os vários cargos da diretoria, por consenso comum, os seguintes conselheiros: Presidente — Waldecy Alberto Miranda; Vice-Presidente — Romeu de Moraes Almeida; Secretário — Geraldina Porto Witter e Tesoureiro — José Glauco Bardella. Designou-se a drª. Lúcia Carvalhaes Bonilha para informar na sessão de instalação qual a composição da primeira diretoria. Nada mais havendo a discutir o sr. Waldecy Alberto Miranda deu por encerrada a reunião, da qual para constar, eu, Geraldina Porto Witter lavrei a presente ata que vai por mim assinada bem como pelo sr. Waldecy Alberto Miranda.

a) Geraldina Porto Witter — Waldecy Alberto Miranda

1. *Boletim do CRP-06*, ano I, nº 1, 1º semestre de 1976, p. 2.



Waldecy Alberto Miranda,
*presidente da primeira
diretoria do CRP-06.*

Entidade pioneira na defesa da Psicologia, a Sociedade de Psicologia de São Paulo havia sido fundada em 11/11/1945. Seus idealizadores foram Otto Klinenberg e Anita Cabral, do bacharelado em Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (USP), que ali assumiram sucessivamente a cátedra de Psicologia, após o afastamento de seu criador, Jean Maugué, em 1944. A atuação da Sociedade de Psicologia de São Paulo foi decisiva, reunindo psicólogos preocupados com o aperfeiçoamento da Psicologia como ciência e o seu desenvolvimento como profissão. Ela promoveu reuniões científicas, conferências, cursos de extensão e seminários, e parti-

cipou da organização de congressos no Brasil e no exterior. Além disso, publicou, com regularidade, a sua importante revista, *Boletim de Psicologia*.

A Sociedade de Psicologia de São Paulo também ensejou o surgimento, pelo País, de associações congêneres. O momento culminante disso foi a fundação, em 1954, da Associação Brasileira de Psicólogos (ABP), que passou a representar o Brasil junto a International Union of Scientific Psychology. Atualmente, sob a denominação de Associação Brasileira de Psicologia, a organização congrega várias entidades regionais de Psicologia.

A época da criação da ABP foi particularmente importante para a história da institucionalização das atividades profissionais em Psicologia. Como chama atenção Isaias Pessoti, em suas "Notas para uma história da psicologia brasileira",

nesto período da psicologia brasileira, multiplicam-se as instituições, associações de pesquisadores e núcleos de estudo nos diversos estados do País.²

De fato, foi por esses anos que se organizaram as primeiras carreiras na área de Psicologia, ainda que em cursos destinados à Filosofia, às Ciências Sociais ou à Pedagogia. Também em 1954, o Arquivo Brasileiro de Psicotécnica publicou um anteprojeto de lei sobre a formação e regulamentação da profissão de "psicologista", prevendo a organização de cursos de bacharelado e licenciatura em Psicologia Educacional, Clínica e do Trabalho.

Em 1958, o debate em torno do reconhecimento da profissão, desenvolvido não apenas pelas sociedades de Psicologia, mas também pelos professores das cátedras de Psicologia e de Psicologia Educacional, desembocou num projeto de lei, de nº 3.825, apresentado ao Congresso Nacional pelo Ministério da Educação e Cultura. Ao chegar à Câmara dos Deputados, o projeto foi objeto de muitas discussões, acabando por gerar um substitutivo, elaborado pela Associação Brasileira de Psicólogos. A fórmula encontrada, no entanto, ainda não era capaz de conciliar os interesses do governo e de várias correntes de pensamento no interior da Psicologia, além de vários setores da área médica que não concordavam com a regulamentação da Psicologia como profissão. O substitutivo não foi aprovado.

Mas o movimento pela regulamentação da atividade profissional de psicólogo não arrefeceu. Ainda em 1958, a Sociedade de

2. Pessoti, Isaias. Notas para uma história da psicologia brasileira, in Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo, Edicon, 1988, p. 27.

lanuguração do CRP-06, na solenidade realizada em 28/8/1974, um dia após sua instalação.



Psicologia de São Paulo e a Associação Brasileira de Psicólogos elaboraram um substitutivo ao projeto original e enviaram ao Congresso Nacional, acompanhado de uma justificativa redigida pelo psicólogo Dante Moreira Leite. O parecer do deputado Adauto Lúcio Cardoso, relator da matéria na Câmara Federal, foi bastante favorável:

entre o anteprojeto encaminhado à Câmara e o substitutivo de autoria de suas Associações de Psicologia de São Paulo, demos preferência a esse último, que nos parece mais homogêneo e mais exigente, dando à Psicologia, como profissão, garantias de subsistência digna, mas afastando privilégios injustos nos quadros burocráticos, nas cátedras, nas tabelas de vencimentos ou em quaisquer outras situações.³

Enquanto o substitutivo tramitava no Congresso, os psicólogos cuidaram de divulgar a sua causa. Não foi outro o sentido do

3. Apud Noticiário. Regulamentadas a formação e a profissão de psicólogo no Brasil, *Boletim de Psicologia*, ano XIV, nº 44, jul./dez. 1962, p. 70.

discurso de encerramento do VI Congresso Interamericano de Psicologia, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1959, proferido por Arrigo Leonardo Angelini, presidente do evento e professor da USP:

é plenamente justificado o esforço com que se empenham todos os que trabalham seriamente em Psicologia neste país para a solução do problema da formação acadêmica e da regulamentação da respectiva profissão.⁴

Os psicólogos também mantiveram vários contatos com o deputado Aducto Lúcio Cardoso e, depois, com o deputado Lauro Cruz. Dentre esses contatos, relata o *Boletim de Psicologia*,

o mais extenso e profundo nos seus resultados foi a reunião realizada a 27/12/60, que contou com a presença do deputado Lauro Cruz. Dessa reunião participaram 20 psicólogos, representando 26 entidades paulistas de Psicologia — associações, serviços públicos e particulares e escolas que mantêm ou se interessam pela formação universitária em Psicologia. O resultado foi o memorial de seis páginas datilografadas, enviado pelo presidente da Sociedade de Psicologia de São Paulo ao deputado Lauro Cruz, que teve como título “Respostas e Sugestões às questões surgidas em reunião de 27/12/60, seguindo a ordem e numeração do Substitutivo Aducto Cardoso”.⁵

Desse substitutivo resultou a lei 4.119, de 27/8/1962, sancionada pelo Presidente da República, João Goulart, e publicada no Diário Oficial da União em 5/9/1962. A Psicologia passava a existir, de direito, como profissão.

O fato era inédito no mundo inteiro. Em julho de 1962, um mês

DEPOIMENTO

Houve uma grande resistência da área médica em relação à regulamentação da profissão de psicólogo. Porque, como se sabe, na Psicologia existe a área clínica, a psicoterapia, e essas expressões eram consideradas, na época, privativas do médico. Tanto é assim que a aprovação da lei foi retardada exatamente por esses aspectos, e só tivemos a aprovação da lei, porque nela não se incluiu a expressão “clínica”, nem “terapia”. A lei fala em uso de métodos e técnicas psicológicas para a solução de problemas de ajustamento. Então, isso que seria a área clínica ficou mais ou menos camuflada como “solução de problemas de ajustamento”.

(Arrigo Angelini)

4. Angelini, Arrigo Leonardo. *Minha vivência no desenvolvimento da Psicologia no Brasil*. Autobiografia redigida em maio de 1982 (mimeo), p. 14.

5. Noticiário. Regulamentadas a formação e a profissão de psicólogo no Brasil, *Boletim de Psicologia*, op. cit., p. 70.



No primeiro plano, da esquerda à direita, Samuel Pfromm Netto, Waldecy Alberto Miranda e Carlos Del Nero, do primeiro conselho do CRP-06.

antes da promulgação da lei nº 4.119, realizou-se, na França, uma conferência internacional promovida por American Psychological Association e International Union of Scientific Psychology. Nessa ocasião, constatou-se que apenas três países, de um total de 20 (inclusive o Brasil), possuíam algum tipo de legislação que protegesse a atividade do psicólogo: Canadá, Egito e Estados Unidos. Essa proteção, no entanto, era parcial. No Cana-

dá, a legislação a respeito abrangia apenas as províncias de Ontário e Quebec. No Egito, a regulamentação referia-se somente à prática da psicoterapia por psicólogos não-médicos e sob supervisão do Ministério da Saúde. Nos Estados Unidos, apenas 17 Estados possuíam legislação estabelecendo critérios para o exercício da profissão. Assim, o Brasil tornou-se o único país a adotar uma legislação reguladora da profissão de psicólogo, em todo o território nacional.

Era preciso, porém, regulamentar a lei. Para isso foi decisiva a atuação da comissão nomeada pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) para opinar sobre os pedidos de registro profissional de psicólogo. Formada por cinco psicólogos — Padre Antonius Benkö, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Carolina Martuscelli Bori, da USP; Pedro Parafita Bessa, da Universidade de Minas Gerais; Manoel B. Lourenço Filho, da Universidade do Brasil; e Enzo Azzi, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, este último posteriormente substituído por Arrigo Leonardo Angelini, da USP —, tal comissão não apenas

desempenhou as atividades a que havia sido designada como também passou a elaborar uma proposta de regulamentação da lei nº 4.119. Além disso, membros da comissão colaboraram com o Conselho Federal de Educação para fixar o currículo mínimo e a duração do curso de Psicologia, resultando no parecer nº 403, do relator Valnir Chagas, e na resolução sobre a matéria, ainda em 1962. A regulamentação da lei nº 4.119 só viria em 21/1/1964, com o decreto nº 53.464.

Mas nem todos estavam de acordo com esses resultados. Enzo Azzi, que havia participado da comissão nomeada pelo MEC, manifestou seu descontentamento em um artigo do *Boletim de Psicologia*, retomando sua reflexão apresentada no simpósio “A situação atual da Psicologia no Brasil”, durante a XV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC), realizada em Campinas (São Paulo), em julho de 1963. Para ele, a lei nº 4.119, no que se refere à profissão do psicólogo, é apenas aparentemente clara, na realidade bastante confusa e imprecisa, talvez para não criar (...) problemas de competência recíproca, de superposições e de rivalidades.⁶

O que estava em jogo era a fronteira, não muito nítida, entre a atividade do médico e a do psicólogo e, portanto, seus respectivos domínios de competência profissional no mercado de trabalho. Um exemplo era a psicanálise, “a forma de psicoterapia que é objeto de luta mais acirrada entre psicólogos e médicos”.⁷ A questão sempre suscitou muita polêmica, e a solução vislumbra-da por Azzi também não poderia ser diferente:

Penso eu que a única solução razoável para todos estes problemas seja a seguinte: no setor específico de psicote-

6. Azzi, Enzo. A situação atual da profissão de psicólogo no Brasil, *Boletim de Psicologia*, vol. XVI-XVII, nº 47-50, jan./dez. 1964/65 (publicado em 1966), p. 48.

7. Idem, *ibid.*, p. 54.

rapia, o psicólogo deverá trabalhar obrigatoriamente em colaboração com o médico, colaboração verdadeira e criadora, e não simples coexistência pacífica ou tolerância recíproca.⁸

A crítica de Azzi também se referia à regulamentação da lei nº 4.119, em cuja proposta havia colaborado:

Estranhei não ver, na regulamentação assinada pelo sr. Presidente da República, toda a parte que a Comissão tinha sugerido, referente à criação do Conselho Federal de Psicologia, com jurisdição em todo o território nacional, e dos Conselhos Regionais de Psicologia, com funções de disciplina e fiscalização do exercício da profissão do Psicólogo.⁹

A queixa expressava um sentimento, compartilhado por muitos, de que a lei por si só, tinha pouca eficácia, se não acompanhada de instrumentos capazes de fiscalizar e de controlar o exercício da profissão. Era preciso uma organização à semelhança do CRM, para os médicos, ou da OAB, para os advogados. Arrigo Leonardo Angelini, em sua autobiografia, recorda:

No campo profissional propriamente dito, (...) desde a década de 60 era sentida a necessidade de criação de organismos capazes de fiscalizar o exercício profissional e de estabelecer o Código de Ética Profissional.¹⁰

E Azzi concluía o seu artigo:

Assim sendo, o passo necessário para estabelecer um Código de Ética deverá ser a criação de um Conselho Federal de Psicologia, que, admitindo a todos os psicólo-

8. Idem, *ibid.*, p. 55.

9. Idem, *ibid.* pp. 57-58.

10. Angelini, Arrigo Leonardo. *Minha vivência no desenvolvimento da Psicologia no Brasil*, op. cit., p. 26.

gos em igualdade de direitos e de deveres, possa elaborar esse Código e exigir o estrito apego dos psicólogos às normas de conduta profissional estabelecidas, pelo que diz respeito, por exemplo, às relações com os clientes, com os colegas, com outros profissionais, com a Justiça, com instituições assistenciais, ao segredo profissional, aos honorários profissionais, à propaganda etc.¹¹

Seria preciso esperar alguns anos até que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) fossem criados pela lei nº 5.766, de 20/12/1971. Foram anos bastante conturbados no Brasil, marcados pelo golpe de Estado de 1964, que depôs João Goulart da Presidência da República, e a instalação do regime militar. A oposição havia crescido em 1966-1968, mas o Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968, consumou o fechamento do chamado "sistema". No campo do ensino, a reforma universitária impôs a estrutura de departamentos — e, na USP, um dos resultados dessas mudanças foi a criação, em 1969, do Instituto de Psicologia, que iniciaria as suas atividades em 1970.



Outro aspecto da solenidade de inauguração do CRP-06.

A lei nº 5.766 definiu o conjunto formado pelo CFP e pelos CRPs como uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, mas vincu-

11. Azzi, Enzo. A situação atual da profissão de psicólogo no Brasil, op. cit., p. 61.

DEPOIMENTO

O Conselho foi criado pelo Ministério do Trabalho e era muito atrelado. A própria forma da criação do Conselho, acho que foi um movimento restrito de psicólogos, tinha mais uma concepção, mais uma intenção corporativa, de fiscalização, do controle mesmo. Na época, estava se percebendo, pela criação do número de faculdades de Psicologia, que ia haver problemas de mercado, então acho que era uma tentativa de resolver, de controlar. Então, o Conselho foi criado meio amarrado no aparelho do Estado. Tanto é que o Conselho Federal deu o diploma de psicólogo honorário para o Médici e para o Geisel e os respectivos ministros do Trabalho. E o Sindicato dos Psicólogos também era atrelado. Eu me lembro que a gente brincava que o presidente do Conselho, o Saulo Monte Serrat, era um major e o presidente do Sindicato era um coronel, eram da reserva.

(José R. Tozoni Reis)

lada ao Ministério do Trabalho. Embora criado no final de 1971, o Conselho Federal de Psicologia só foi efetivamente instalado dois anos depois, em 20/12/1973, quando se elegeram os primeiros conselheiros: nove efetivos e nove suplentes, com mandato de três anos e possibilidade de serem reeleitos uma vez. Essa primeira eleição obedeceu ao critério estabelecido nas “Disposições gerais e transitórias” da lei nº 5.766:

Art. 37 — Para constituir o primeiro Conselho Federal de Psicologia, o Ministério do Trabalho e Previdência Social convocará Associações de Psicólogos com personalidade jurídica própria, para elegerem, através do voto de seus delegados, os membros efetivos e suplentes desse Conselho.

§1º — Cada uma das Associações designará para os fins deste artigo 2 (dois) representantes profissionais já habilitados ao Exercício da Profissão.

Iniciadas as atividades, o CFP buscou organizar sua estrutura administrativa, comprar a sede social e instalar os CRPs,¹² cujas atribuições foram fixadas pela resolução nº 2, de 1/7/1974. Por este documento, o CFP também designou os membros dos CRPs, de composição similar ao do CFP: nove efetivos e nove suplentes; mandato de três anos com possibilidade de uma reeleição; e eleição anual, entre os conselheiros, de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Por fim, a resolução nº 2 estabeleceu que em 27/8/1974, Dia Nacional do Psicólogo, seriam instalados os sete CRPs, entre eles, o CRP-06.

12. Originalmente, criaram-se sete CRPs:

CRP-01: Distrito Federal (sede), Acre, Amazonas, Goiás, Pará e os territórios de Amapá, Roraima e Rondônia;

CRP-02: Pernambuco (sede), Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e o território de Fernando de Noronha;

CRP-03: Bahia (sede) e Sergipe;

CRP-04: Minas Gerais (sede) e Espírito Santo;

CRP-05: Rio de Janeiro (sede) e o Estado da Guanabara;

CRP-06: São Paulo (sede) e Mato Grosso;

CRP-07: Rio Grande do Sul (sede), Paraná e Santa Catarina.

PROFISSÃO JOVEM, EMERGENTE

Até os anos 50, anos 60, o fórum principal para os psicólogos se encontrarem, discutirem seus problemas e trabalharem na criação do que seriam os cursos de Psicologia, a legislação, os Conselhos etc. eram as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — a SBPC. Os anais da SBPC dessa época estão repletos de informações muito interessantes a propósito dessa nascente profissão *ainda não definida como* tal do ponto de vista legal, mas já com características bastante nítidas de que estava em evolução. Então, havia muita contundência em certos posicionamentos de áreas não psicológicas, como seria de esperar: toda profissão nascente enfrenta uma espécie de beligerância dos então detentores de certos



privilégios. Muitos e muitos médicos se posicionaram francamente em favor da Psicologia e da formação de psicólogos, muitos e muitos homens da área industrial organizacional também, mas havia também algumas pessoas, algumas instituições, que não viam com bons olhos o surgimento da profissão de psicólogo no País.

Aqui, não se pode esquecer o nome do deputado Lauro Cruz, que foi de fato a fada madrinha da Psicologia. Às vezes a gente fica a conjecturar: “O que teria acontecido se o deputado Lauro Cruz não

existisse, não tivesse tido esse empenho que teve?” Uma forma ingênua é dizer: “Bom, teria tudo acontecido mais ou menos da mesma maneira”. Eu acho que não. Acredito até que a contribuição do Lauro Cruz foi substantiva. Ele se empolgou, compreendeu muito bem, estava muitos anos-luz adiante dos seus colegas, para entender como a Psicologia era uma profissão jovem, *emergente, e que era* necessário mudar o rumo das coisas no País, que até então não aceitava o psicólogo e a Psicologia, nem os cursos de Psicologia e, menos ainda, essa organização toda que veio depois.

(Samuel Pfromm Netto)

TRABALHO ABNEGADO

Somente no dia 20 de dezembro de 1973 é que o Ministério do Trabalho convocou os delegados das associações científicas de Psicologia para decidirem sobre a eleição e instalação do primeiro Conselho Federal de Psicologia. Na ocasião, então, foram eleitos nove conselheiros titulares e nove suplentes, e, no mesmo dia, o próprio Conselho elegeu a diretoria e eu fui aclamado por unanimidade o primeiro presidente. Então eu exerci a presidência de 1973 a 1976, e fui reeleito para o período seguinte, de 1976 a 1979, porém, renunciei por problemas de ordem pessoal e por achar que deveria dar oportunidade para outros colegas.

No começo, o CFP não dispunha de sede, não



dispunha de móveis, de material, de orçamento. Então, começamos a funcionar, em Brasília, numa sala cedida pelo Ministério do Trabalho — uma sala com móveis já velhos, quebrados, como a máquina de escrever, muito primitiva —, e as viagens para Brasília e a estadia eram financiadas em parte pela Sociedade de Psicologia e em parte do nosso próprio bolso. Então, esse primeiro Conselho teve um trabalho pioneiro, um trabalho abnegado. Nesses três anos, tivemos atividade intensa, porque tudo estava por fazer. Tínhamos que

cuidar do planejamento para a instalação dos Conselhos Regionais; tínhamos que estabelecer o Código de Ética Profissional, que era uma das funções primordiais do Conselho Federal. Nesse primeiro período, elaboramos várias resoluções, entre elas, a que criou os Conselhos Regionais. A partir de 1975, os Conselhos Regionais começaram a fazer arrecadação de anuidades dos psicólogos, e parte dessa arrecadação passou a financiar o Conselho Federal. No final dos três anos, já tínhamos adquirido duas salas e o Conselho dispunha de sede própria. Mas o começo foi muito difícil e, como disse, foi um trabalho abnegado dos próprios conselhos federais.

(Arrigo Angelini)

EM SINTONIA COM O MOMENTO

A regulamentação da profissão e a criação do Conselho não significaram que o Estado tenha decidido instituir novas formas de controlar a população. Não, não dá pra atribuir-lhe essa intencionalidade. Quem somos nós, psicólogos, para sermos tão importantes para o Estado? E não é só o Estado. Ninguém está muito preocupado com a Psicologia. Quem está preocupado com a Psicologia são os psicólogos e, eventualmente, quem precisa desse serviço. Que houve uma determinação social, histórica e política na criação tanto de profissão quanto dos Conselhos, isso sim, mas não que tenha havido essa estratégia consciente de dominação, de controle. Se



o Estado criou a profissão e o Conselho, ele o fez pelo tipo de oferta que aparecia no discurso da liderança dos grupos que pediam a regulamentação da profissão e do Conselho. Ele fez em cima desse discurso, era esse o discurso daquele momento e foi esse o discurso que se legalizou.

Mas a utilização, a efetivação, desse discurso vai depender muito das gestões que ocupam o Conselho. Eu diria que era até esperado que as primeiras gestões rezassem a cartilha do jeito que estava previsto, porque,

afinal de contas, eram formadas pelas próprias pessoas que tinham ditado a lei. E também essas pessoas não inventaram isso da cabeça delas, estavam inseridas em práticas sociais ligadas à Psicologia, então ditaram o que correspondia ao momento. Eu acho que as gestões que se seguiram, inclusive as duas nossas, ainda não chegaram a um ponto de amadurecimento para propor uma reescritura dessa lei, contando com um avanço que está acontecendo na prática.

(Marlene Guirado)

REGULAMENTAÇÃO, UM ERRO

Tenho uma leitura sobre a questão da profissionalização um tanto complicada. Acho o grande nó nosso foi que a nossa inserção como profissional surgiu no momento errado: o conhecimento que havia na área ainda não era suficiente, enfim, sistematizado, para dar conta daqueles problemas para os quais já havia uma demanda — demanda essa que era muito mais consequência do sistema capitalista. Por exemplo, à medida que o Estado cria um tipo de escola que exclui, tem também que criar um profissional que explique porque a pessoa está excluída. E não é só para a escola, mas para todo o sistema. Então, criou-se o psicólogo, mas ele não tinha ainda um conhecimento consistente



na área. Tanto é que demorou meio século para a gente começar a entender porque é que uma criança vai mal na escola: muito menos por uma questão intrínseca, e mais por fatores pedagógicos, sociais etc. Então, fica claro que a profissão foi criada para dar conta das razões do próprio sistema.

Mas acho que foi um erro. Acho que a Psicologia poderia ter continuado como uma área do conhecimento e não como uma profissão regulamentada. Pra mim, profissão é terapeuta —

isto sim é uma profissão. Tanto é que há países em que não existe o psicólogo. O que existe é o indivíduo, por exemplo, o educador com formação em Psicologia; e nas faculdades, os departamentos de Psicologia cuidando da questão do conhecimento, produzindo pesquisas. Acho que esse devia ter sido o caminho.

(Sérgio Leite)

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Modéstia à parte, eu tive um papel destacado na criação do Instituto de Psicologia. Até então, não havia formação de psicólogo. Havia pessoas que exerciam a Psicologia, com formação em Educação ou em Filosofia, e que tinham se especializado em áreas de Psicologia. Em 1957, foi aprovada uma lei criando um curso de bacharelado em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, mas esse curso, de três anos de duração, tinha um cunho teórico e não era de natureza profissional. Então começamos então uma intensa campanha junto ao Congresso Nacional para que fosse aprovada uma lei que reconhecesse a profissão de psicólogo e que dispusesse sobre a formação de psicólogo em



cursos especiais. Essa campanha era liderada por mim, na cátedra de Psicologia Educacional, pela professora Anita Cabral, na cátedra de Psicologia Geral e pelas associações de Psicologia então existentes.

Fizemos diversos projetos de lei para a regulamentação da profissão e que foram encaminhados ao Congresso Nacional. A matéria tramitou no Congresso Nacional durante alguns anos e, finalmente no dia 27 de agosto de 1962, foi sancionada a lei 4.119,

que regulamentou a profissão de psicólogo no país. A partir dessa lei, começaram a se desenvolver em várias universidades cursos de Psicologia, e aquele curso de bacharelado ampliou-se para ficar de acordo com a lei, passando a formar o psicólogo na Universidade de São Paulo, mas ainda integrado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Por volta 1968, iniciou-se um movimento de renovação na universidade e, em final de 1969, foi aprovada a reforma da Universidade de São Paulo — ocasião em que foram abolidas as cátedras e criados os departamentos. Foi nesse momento que eu vislumbrei a possibilidade de se criar o Instituto de Psicologia na Universidade de São Paulo, porque nessa ocasião foram criados também o Instituto de

Física, o de Química, o de Matemática, o de Geociência. Então, propus ao Conselho Universitário a criação do Instituto de Psicologia. Devo dizer que houve grandes resistências. Na ocasião resistia-se muito porque se achava que a Psicologia era uma disciplina que poderia ficar agregada a um outro curso. Eu me lembro que havia discussões desse tipo no Conselho Universitário: “Bom, o professor Arrigo está propondo um Instituto de Psicologia, mas vamos pôr a Psicologia na Faculdade de Educação”. Aí eu argumentava que a Psicologia não é só Educacional: existe a Psicologia Clínica, a Psicologia Social. Então, alguém dizia: “Bom, se existe Psicologia Experimental, com animais, com laboratório, então vamos colocar no Instituto de Biologia, de Biociências”. E eu respondia: “Sim, mas como é que vai ficar a Psicologia

Social em Biociências? Existe uma Psicologia Educacional, existe uma Psicologia do Trabalho”. Fui levando à conclusão de que a Psicologia merecia um lugar ao sol e que, nas universidades de países mais desenvolvidos, havia departamentos ou institutos de Psicologia que não estavam agregados a nenhuma outra escola, eram independentes. Então, com essa argumentação, finalmente conseguimos a aprovação da criação do Instituto de Psicologia pelo Conselho Universitário. A votação foi de 13 a 12: por um voto tivemos a criação do Instituto de Psicologia, e eu me tornei o primeiro diretor do Instituto.

O Instituto de Psicologia foi criado com quatro departamentos: Psicologia do Desenvolvimento da Aprendizagem e da Personalidade, Psicologia Experimental, Psicologia Clínica e Psicologia Social

e do Trabalho. A professora Odete Lourenção foi chefe do Departamento de Psicologia Clínica; posteriormente ela foi também vice-diretora do Instituto. A professora Carolina Bori, que antes da criação do Instituto integrava o assim chamado Departamento de Psicologia Experimental e Social, foi para o Departamento de Psicologia Experimental.

Depois de mim, foi nomeado diretor do Instituto o professor Dante Moreira Leite, de saudosa memória. Ele foi formado em Filosofia, depois estudou nos Estados Unidos e teve um papel muito importante, traduzindo inúmeras obras que foram largamente usadas pelos estudantes de Psicologia no Brasil.

(Arrigo Angelini)

FIGURAS DO INSTITUTO

A história da constituição do Instituto de Psicologia da USP é importante. Ele se torna um instituto independente da Filosofia, sob a liderança da dr^a. Carolina Bori, que era da Filosofia, e que então vai imprimir uma marca: a da Psicologia Experimental, da profissão de pesquisa, desvinculando-se da Filosofia, mas com a cara de uma produção da Filosofia. Paralelamente a isso, vem da área da Educação a dr^a. Odette Lourenção van Kolck. São duas pessoas importantíssimas nessa história do Instituto de Psicologia.

Essas duas figuras também são importantes na regulamentação do exercício profissional, sobretudo a professora Odette. Ela lidava na área



da Educação com testes. Então, vê-se, no nível da lei, definindo os limites, o campo de atuação, o que naquele momento se definia como testes, ligados à Educação. Quando se vê a regulamentação das escolas, é psicodiagnóstico; na Educação é psicodiagnóstico, e, quando muito, terapia do comportamento. O problema é que, hoje, a Psicologia, no exercício concreto, prático e teórico, está muito longe já de ser apenas psicodiagnóstico. A gente foi abrindo frentes na atuação institucional, que nem sempre acomodam a

aplicação de testes. Há uma orientação nova que tem mudado o perfil, concreto do exercício profissional, mas isso não mudou nem a lei, nem a imagem que se tem sobre o nosso domínio.

(Marlene Guirado)

CAPÍTULO 2

Sede e delegacias



Cerimônia de entrega das primeiras carteiras profissionais de psicólogo, em 9/5/1977.

Provisoriamente instalado na sede da Sociedade de Psicologia de São Paulo, o CRP-06 iniciou os seus trabalhos. Sua rotina consistia em reuniões plenárias semanais para, entre outras coisas, analisar os processos de inscrição dos psicólogos — tarefa até então realizada pelo MEC. O Boletim do CRP-06, que passou a ser publicado em 1976, descreve esse procedimento: Os psicólogos já formados

ou que vierem a se formar que pretendam exercer a profissão, antes de fazê-lo, deverão dirigir-se ao CRP de sua região, para requerer sua inscrição, juntando a documentação exigida para tal e efetuando o pagamento das

taxas estabelecidas pelo CFP. Instruído o processo de inscrição com os documentos necessários é ele distribuído a um conselheiro relator que após apreciá-lo emite seu parecer. Em seguida o mesmo é encaminhado a outro Conselheiro para revisá-lo, após o que estará em condições de ser apreciado



Assinatura da carteira profissional de psicólogo, na sessão solene de 9/5/1977.

pelo plenário, que aprovará ou não o parecer. Se o parecer for favorável à inscrição e aprovado pelo plenário, a Secretaria providenciará o registro nos livros competentes e a expedição da Cédula de Identidade Profissional. Se o parecer do conselheiro relator é desfavorável e o plenário o acolhe, o processo será indeferido ou baixado em diligência até que o requerente satisfaça as exigências necessárias.¹

Em seu primeiro ano, o CRP-06 examinou cerca de 400 processos de inscrição de psicólogos que já se encontravam em atividade em São Paulo e Mato Grosso. Eles tinham o prazo de 180 dias para substituírem os certificados do MEC pelas carteiras expedidas pelo novo órgão. Desde então, o número de processos foi

1. O que é o CRP. Um conselho para os psicólogos, *Boletim do CRP-06*, ano I, nº 1, op. cit., p. 6. O projeto do *Boletim do CRP-06* foi elaborado por Romeu de Moraes Almeida, vice-presidente da Diretoria do CRP-06. O primeiro número, lançado no primeiro semestre de 1976, teve como diretor responsável Vicente Pettinati Netto e como supervisor geral, o próprio Romeu de Moraes Almeida. No segundo número (segundo semestre de 1976), o *Boletim* contou com uma Comissão Editorial, formada por Romeu de Moraes Almeida (presidente), Samuel Pfomm Netto, Vicente Pettinati Netto e José Fernando B. Lomônaco.

Da esquerda à direita, Arrigo Angelini (CFP), Waldecy Alberto Miranda (CRP-06), Mathilde Neder (ABP), Suzy Vijande Cambraia (Sindicato dos Psicólogos) e Antonio Carelli (Sociedade de Psicologia de São Paulo), na inauguração da sede do CRP-06, à Av. Brigadeiro Luís Antônio, em 31/10/1975.



aumentando cada vez mais, exigindo que se contratasse um funcionário encarregado de emitir um parecer preliminar. Em 30/6/1976, os psicólogos inscritos no CRP-06 já somavam 1.908 (com algumas inscrições anuladas); em 31/12/1976, esse número passou para 2.219.

Ainda não era um número muito grande, mas já volumoso o suficiente para indicar a necessidade de uma sede própria, com instalações adequadas. Esta questão foi tratada na assembléia geral extraordinária, de 14/6/1975, que deliberou pela aquisição de um imóvel. Mas a diretoria do CRP-06 decidiu adiar a medida, optando-se por alugar uma casa, na Av. Brigadeiro Luís Antônio nº 4.187. Como explica o Boletim do CRP-06, a

importância aprovada pela Assembléia era compatível com a compra de um imóvel que de maneira ainda não definitiva poderia abrigar o Conselho por alguns poucos anos, além de sobrecarregá-lo financeiramente. O crescimento previsto para a classe dos psicólogos na área de

jurisdição do CRP-06 estava a indicar que dentro de pouco tempo poder-se-ia adquirir um imóvel que atendesse melhor o crescimento numérico dos psicólogos inscritos e o funcionamento dos serviços de infra-estrutura administrativa.²

No segundo semestre de 1976, a compra da sede passou a ser novamente cogitada. Por fim, em agosto de 1977, uma nova publicação do CRP-06 anunciava:

No dia 27 deste mês serão realizadas as eleições para a composição dos novos Conselhos Regionais de Psicologia, em todo o Brasil, já que o mandato dos primeiros Conselhos terminará em 27/8/77.

Em nossa Região, a votação será realizada na nova sede do CRP, à Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1.084 — 10º andar, conjuntos 101 e 102, das 9 às 20 horas.³

Aspecto da inauguração da sede da Av. Brigadeiro Luís Antônio.



2. *Boletim do CRP-06*, ano I, nº 1, op. cit., p. 16.

3. Eleições no CRP-06, *Informativo CRP-06*, nº 1/77, [ago. 1977], p. 1.

E um outro artigo confirmava:

Com o intuito de ampliar suas instalações, que já não comportam o presente ritmo e volume de trabalho, vem o CRP-06 de adquirir sua sede própria constituída de dois conjuntos (um andar) no Edifício Jaguari (...). A nova sede não só irá atender às necessidades atuais, como também às futuras, tendo em vista o crescimento do número de inscritos que tem se verificado de ano para ano neste CRP. Os colegas terão oportunidade de conhecer a nova sede por ocasião das eleições (...).⁴

Mas atrasos na documentação impediram que essas eleições para a renovação do CRP-06, as primeiras a se realizarem pelo voto direto dos psicólogos inscritos, fossem realizados na nova sede. O novo conselho só iria se instalar definitivamente na nova sede no início de 1978.

Conselheiros do CRP-06, na sede própria, à Av. Faria Lima, durante a sua inauguração, em 27/8/1978.



4. Sede própria, *Informativo CRP-06*, nº 1/77, op. cit., p. 1.

A aquisição da sede resolvia problemas de atendimento adequado aos psicólogos estabelecidos na Capital de São Paulo — certamente a maioria sob a jurisdição do CRP-06 —, mas não se podia descuidar dos que estivessem em atividade no Interior e também em Mato Grosso. Já em 1975, Romeu de Moraes Almeida, então vice-presidente da diretoria do CRP-06, visitou pessoalmente as cidades mato-grossenses de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, onde procurou encaminhar soluções para as dificuldades de comunicação com São Paulo. Em julho de 1977, o CRP-06 decidiu transferir duas de suas plenárias para Mato Grosso, realizando-as em Cuiabá e Corumbá. Nesta última cidade, como relata o Informativo CRP-06,

os Conselheiros participaram de uma mesa-redonda sobre exercício da profissão de psicólogo (...).

Essa mesa-redonda fazia parte das atividades programadas para a I Jornada Mato-Grossense de Psicologia e realizou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Corumbá que juntamente com a Universidade Católica de Campo grande são as que naquele Estado mantêm cursos de formação de psicólogos. O curso da Universidade Estadual de Corumbá (...) já tem sua primeira turma formada, enquanto (...) o de Campo Grande começou a funcionar no 2º semestre de 1975.

(...)

Entre os frutos desses contatos e informações, puderam os Conselheiros verificar a real necessidade de se instalar naquele Estado uma Delegacia ou Representação ou Escritório do CRP-06. As dificuldades de comunicação com a sede do CRP justificam essa providência.⁵

Ainda em 1977, Saulo Monte Serrat, recém-eleito conselheiro do CRP-06, propôs que se criassem representações do CRP-06 nos locais onde houvesse concentração de psicólogos. Formou-se

5. *Informativo CRP-06*, nº 1/77, p. 4.

então uma Comissão de Delegacias, presidida pelo conselheiro Antonio Carelli, para examinar a questão. Em 1978, o CRP-06 aprovou as normas para instalação de delegacias, vindo a implantá-las em toda a área de sua jurisdição em 1979. Como Mato Grosso do Sul havia sido desmembrado do Estado de Mato Grosso em outubro de 1977, transformando-se em Estado em 1/1/1979, criaram-se, nessa região, as delegacias de Campo Grande (MS) e de Cuiabá (MT). No Estado de São Paulo, estabeleceram-se as delegacias de Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e Santos.⁶

6. Informativo, ano 2, nº 6, mar. 1980, p. 3.

O MELHOR E O PIOR DOS TEMPOS

Tenho lembranças muito vivas do que foram os primeiros tempos do nosso Conselho. Tínhamos uma casa alugada na Av. Brigadeiro Luís Antônio, mas logo, em função do crescimento da demanda dos psicólogos inscritos e também, da própria ampliação das atividades do Conselho, aquela casa foi se tornando pequena e desajustada para os nossos objetivos. Então, por volta de 1976, os conselheiros se empenharam no sentido de o Conselho ser dotado de uma sede própria — daí ter sido decidida a aquisição de um andar no edifício da Av. Brigadeiro Faria Lima.

Isto é evocação sentimental, mas de qualquer maneira tenho muita saudade daquela sede. Acho que o



Conselho, naqueles tempos, era também muito acolhedor. O espírito que predominava entre os conselheiros de então era de um saudável coleguismo, amizade, em que todos se preocupavam com tudo. Não tínhamos uma definição de atribuições demasiado rígida. Pelo contrário, muito embora existissem as óbvias responsabilidades formais do presidente, secretário, tesoureiro etc., todos dávamos as mãos.

Parodiando Charles Dickens, eu diria que “foi o melhor dos tempos e foi o pior dos tempos”. Pior dos

tempos por quê? Porque eram muitas e muitas as solicitações, muitos os desafios nesse tempo de desbravamento do território. Mas também foi o melhor dos tempos por causa do clima que existia dentro do próprio Conselho e entre o Conselho e os psicólogos. Portanto, esses tempos foram “o pior dos tempos”, pela infinidade de problemas e dores de cabeça que tínhamos, mas “o melhor dos tempos”, pelo senso de responsabilidade compartilhado, pela união que existia entre os psicólogos e com um conhecimento que era até pessoal — conhecíamos os psicólogos ativos.

(Samuel Pfromm Netto)

CAPÍTULO 3

Zelo pela profissão

A implantação das delegacias não visava apenas dar maior agilidade ao serviço de inscrição dos psicólogos, mas também possibilitar maior zelo no cumprimento do Código de Ética Profissional do Psicólogo. A primeira versão do Código havia sido aprovada pelo CFP, em sua resolução nº 8, de 2/2/1975, e publicada no Diário Oficial da União, de 8/4/1975. Uma nova versão, fruto de consultas junto aos CRPs, seria adotada em 30/8/1979 (resolução nº 29, do CFP) e publicada no *Diário Oficial da União*, em 14/9/1979.

No CRP-06, criou-se a Comissão de Ética para cuidar dos problemas do dia-a-dia envolvendo a questão da ética profissional. A ela competia, por exemplo, atender as solicitações de “entrevista para discutir o assunto referente à Ética Profissional” ou de apreciação do “conteúdo programático de curso informativo teórico prático de Introdução à Arteterapia”.¹ O relatório da



Instalação da Delegacia de Santos do CRP-06, em 25/8/1979.

Comissão, referente a 1979, permite visualizar suas atividades:

Durante o ano de 1979 foram realizadas vinte e três reuniões da Comissão de Ética com a finalidade de: orientação, esclarecimentos e tomada de depoimentos de psicólogos e, ou, testemunhas envolvidas em processos éticos.

Foram efetuadas vinte e seis orientações a psicólogos que se dirigiram ao Conselho, através da Comissão de Ética, solicitando esclarecimentos sobre formas de proceder frente a problemas profissionais específicos.

Examinaram-se treze pequenas infrações ao Código de Ética, orientando-se os psicólogos, denunciados ao Conselho por interessados ou por representação de membros da Plenária ou da Comissão de Fiscalização.

(...)

O CRP-06 realizou, ainda, através da Comissão de Ética, em 10 de novembro de 1979, a 1ª Reunião Conjunta da

1. Ata da 142ª Reunião Plenária do CRP-06, de 8/10/1979.

Comissão de Ética do CRP-06 com os Professores de Ética Profissional.

A Comissão de Ética elaborou, ainda, um anteprojeto da Regulamentação de Publicidade Profissional dos Psicólogos (...).²

Zelar pela ética profissional também exige a fiscalização do exercício da profissão. Nessa questão, o CRP-06 esteve sempre vigilante, desde sua instalação:

Já em 1974, o CRP-06 pediu abertura de processo policial contra pessoa que, não sendo psicólogo, se propunha a realizar atividades que, segundo a legislação, são próprias do psicólogo. Prosseguindo em sua função fiscalizadora, outras duas pessoas leigas (...) foram indiciadas por este CRP [em 1975 e 1976] como incursas no exercício ilegal da profissão. Com finalidade de orientação, determinadas pessoas e entidades

**Primeira Reunião Conjunta
da Comissão de Ética do
CRP-06 com os Professores
de Ética Profissional, em
10/11/1979.**



2. *Informativo*, ano 2, nº 6, mar. 1980, p. 4.

foram convocadas pelo Conselho para receberem esclarecimento sobre o exercício da profissão de psicólogo nos termos da legislação vigente.³

Num desses casos, instaurou-se inquérito policial contra um arquiteto, que ministrava um curso sobre o emprego das cores na propaganda e na indústria ("planejamento das cores em função do tipo de trabalho"), no ensino ("necessidades psíquicas do ambiente de estudo em função dos modernos métodos de educação") e nas vendas ("linhagem de cor como poderoso meio de comunicação com o subconsciente do comprador"). Mas o julgamento não caracterizou as atividades do réu como exercício ilegal da profissão de psicólogo, levando esse arquiteto a processar o presidente e o secretário do CRP-06. Por fim, a Justiça não apenas acabou concedendo *habeas corpus* requerido em favor desses conselheiros, como também reconheceu que o curso ministrado pelo arquiteto de fato "envolvia área de trabalho do psicólogo".⁴

O CRP-06 também buscou assegurar a competência privativa do psicólogo para o emprego de métodos e técnicas como psicodança, musicoterapia, expressão corporal, análise transacional, grupos de desenvolvimento pessoal, grupos de encontros etc. Por isso, a fiscalização teve como alvo institutos, clínicas e organizações de prestação de serviços psicológicos, que só poderiam funcionar legalmente mediante registro no CRP-06. Do mesmo modo, investigaram-se os autodenominados "cursos livres" e "profissionalizantes" que pudessem caracterizar invasão na área de trabalho do psicólogo. Uma carta do CRP-06 à Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura documenta esse esforço:

É sabido que as "Escolas de Psicanálise" constituem entidades de ensino livre, não regulamentadas, que não dão

3. *Boletim do CRP-06*, ano I, nº 1, op. cit., p. 14.

4. *Boletim do CRP-06*, ano I, nº 2, op. cit., p. 5.

aos portadores de diplomas por elas fornecidos qualquer direito a exercício profissional. Por tratar-se de processo terapêutico que afeta a saúde mental da população, somente poderá a Psicanálise ser exercida por médicos ou psicólogos devidamente inscritos nos Conselhos profissionais respectivos.

Dessa forma, consultamos V.Sa. sobre a possibilidade de ser exercida fiscalização sobre tais escolas que, iludindo a boa fé de seus alunos, asseguram-lhes a possibilidade de clinicar, após breve curso.

Além de exporem a população ao risco de atendimento por pessoas não habilitadas, ficam estas sujeitas a processos por exercício ilegal da profissão.⁵

Delegacia do CRP-06 de Cuiabá, Mato Grosso, inaugurada em 19/5/1979.



Em 1978, buscando maior eficácia nessas ações, o CRP-06 criou a Comissão de Fiscalização, conforme determinava o CFP na resolução nº 001/78, de 31/1/1978. Em 1979, porém, diante da sobrecarga de trabalho dos conselheiros nessa comissão, o CRP-06 decidiu estabelecer um corpo profissional de fiscais — psicólogos contratados para esse fim —, constituindo o Departamento (ou Setor) de Fiscalização. Suas atividades são descritas em um relatório:

De abril a dezembro de 1979 foram realizadas 384 visitas a entidades e 178 notificações, abrangendo uma ampla gama de situações envolvendo psicólogos, leigos e estu-

De abril a dezembro de 1979 foram realizadas 384 visitas a entidades e 178 notificações, abrangendo uma ampla gama de situações envolvendo psicólogos, leigos e estu-

5. *Informativo*, ano 2, nº 6, mar. 1980, p. 6.

dantes de Psicologia.

Os principais problemas encontrados no desempenho da ação fiscal estão relacionados com:

- ausência do nº de inscrição no CRP nas placas, impressos e publicações, confundindo e dificultando a distinção entre psicólogos e leigos; grafia incorreta do nº de inscrição do CRP; falta de credenciamento de supervisor de estágio; utilização de auxiliares leigos na realização de trabalhos privativos do psicólogo;
- falta de credenciamento como Pessoa Jurídica;
- convivência com o exercício ilegal da profissão;
- exercício ilegal da profissão;
- psicólogos em trânsito, exercendo atividades em autorização especial.⁶

O CRP-06 também buscou disciplinar a publicação de material psicológico, como testes, que considerasse de uso restrito aos profissionais da área. Para tanto, em 1976, enviou um ofício à Editora Mestre Jou, responsável por algumas dessas obras, solicitando que restringisse a sua venda apenas aos psicólogos devidamente inscritos no órgão. Do mesmo modo, em 1978, tomando conhecimento de uma publicação denominada *4.000 psicotestes com respostas*, editada no Rio de Janeiro, pediu providências ao CRP daquele Estado (CRP-05). Também se investigaram as seções de consulta psicológica e de testes, mantidas pelas revistas, principalmente as femininas — como *Cláudia*, da Editora Abril.

Nesse ímpeto de fiscalização, houve até mesmo proposta de “verificar nas Páginas Amarelas se todas as pessoas que se intitulam psicólogos estão inscritos” no CRP-06.⁷ Todo esse

6. Setor de fiscalização — Atividades, *Informativo*, ano 2, nº 6, mar. 1980, pp. 5-6. Neste artigo, é mencionado “Setor de Fiscalização”; no *Informativo*, ano 2, nº 4, abr. 1979, é anunciado a criação do “Departamento de Fiscalização”.

7. Ata da 136ª Reunião Plenária do CRP-06, de 6/8/1979.

Ilmo. Sr.

Dr. WALDECY ALBERTO MIRANDA
D.D. Presidente do CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA — 6ª Região
Av. Brig. Luiz Antonio, 4.187
01401 — SÃO PAULO — SP

Ref.s/of. 759/76

Prezado Senhor Presidente:

Acusando o recebimento do ofício referenciado, agradecemos os esclarecimentos que presta a esta EDITORA sobre dispositivos da LEI 4.1119/62.

A respeito do assunto determinamos que nosso Departamento editorial, redatores, revisores e Seção de Publicidade tomassem conhecimento do inteiro teor do citado documento para as providências cabíveis.

Para o futuro, esperamos, caso venhamos a editar ou reimprimir trabalhos de tal natureza, entrar em contato com essa entidade para orientação sobre o *modus faciendi*.

Neste ensejo, apresentamos-lhe nossos protestos de elevada e distinta consideração.

Atenciosamente,

Meste Jou S.A. — Importação e Comércio

(*Apud. Boletim do CRP-06, ano I, nº 2, 2º semestre de 1976, p.8.*)

esforço certamente coibiu a prática ilegal e irregular de atividades do psicólogo, mas é possível que também tenha causado certos mal-entendidos. Por exemplo, a uma carta do Centro do Hospital Municipal de Santo André, de 25/9/1979, solicitando aprovação para realização do I Encontro de Médicos e Psicólogos de Santo André, o CRP-06 teve de responder que a ele não competia decidir tal questão.

CONSELHO, SEMPRE VIGILANTE

O Conselho tinha um setor jurídico muito ativo e entrava com ações ou até mesmo com providências bem mais drásticas, sempre que chegasse ao conhecimento algum tipo de abuso, algum tipo de procedimento que não se ajustasse às normas éticas do trabalho do psicólogo. Isto significava um trabalho muito grande em relação a pseudopsicólogos, a charlatães, alguém empregando essas hoje chamadas "formas alternativas". Ou, então, casos de envolvimento em Psicologia de pessoas que não tinham formação nem titulação — pessoas com simples formação de segundo grau ou formadas em outros cursos (engenheiros, arquitetos, advogados etc.) e que se apresentavam como psicólogos.



Em relação ao Código de Ética, eu me recordo que ocorriam algumas infrações até mesmo na publicidade — psicólogos que, mais ou menos ingenuamente, cometiam deslizes do tipo colocar uma enorme placa ou anúncios em jornais do tipo "cura tudo". O psicólogo não pode ser um vendilhão da Psicologia de um modo grosseiro; ele precisa ter uma postura profissional e não é só no seu trabalho, mas também nos meios de divulgação, na imprensa, nas placas que põe no seu consultório.

Mais trágica era a problemática do uso

irresponsável dos testes em geral. Mais de uma vez o Conselho esteve, por assim dizer, em pé de guerra em virtude desse abuso do teste, o teste convertido numa espécie de quinquilharia numa loja de liquidação, ao invés de ser um instrumento usado com muita responsabilidade por um profissional devidamente preparado para tanto, e que deveria, como instrumental psicológico que é, ter todo um embasamento teórico e de pesquisa. Tivemos, mais de uma vez, problemas muito sérios, por exemplo, com a imprensa, que resolvia divulgar testes e publicar as pranchas do Rorschach em jornais, em revistas, o que significou ações movidas pelo Conselho contra essas publicações. Foi uma batalha muito grande essa

questão do teste e era fundamentada no seguinte ponto: a única pessoa que pode utilizar testes psicológicos é o psicólogo; nenhuma outra pessoa que não o psicólogo pode fazê-lo; se o faz é como leigo, e como leigo está sujeito à legislação vigente no País.

O Conselho era muito vigilante quanto a esses aspectos, não porque quisesse ser uma espécie de grande inquisidor, mas justamente para preservar a imagem do psicólogo. Então, essa proteção da Psicologia e do psicólogo do ponto de vista jurídico, legal, era uma preocupação muito grande. A outra tinha a ver com os psicólogos iniciantes. Tínhamos uma ação, chamemos assim, preventiva,

de orientação, de assistência, de aconselhamento, de guiar os primeiros passos dos jovens recém-formados, ajudando-os a entenderem melhor os seus deveres e direitos como psicólogo.

Um outro aspecto que acho também importante, é que as primeiras diretorias do Conselho, inclusive essa que eu presidi, davam muitíssima importância ao que a gente poderia chamar, no melhor sentido do termo, de *marketing* da Psicologia e do psicólogo. Havia um empenho enorme em bater às portas dos jornais, das revistas, das televisões, para esclarecer o que é o psicólogo, o que o psicólogo faz, como ele é preparado, por que é importante a sua presença

na escola, na empresa, na clínica, nos centros médicos etc. Havia, portanto, uma tônica que marcou muito essas primeiras diretorias do Conselho, de promover a profissão do psicólogo em São Paulo e no País.

Um dado que talvez seja interessante destacar é que havia uma convivência, uma colaboração muito intensa, entre o nosso Conselho e o Sindicato. Àquela época também o Sindicato dos Psicólogos se preocupava com essas coisas que mencionei, e tivemos muitas iniciativas em comum. Uma das lutas que tivemos naquela ocasião foi junto a deputados, para a criação de cargo de psicólogo escolar na rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Naquela ocasião,

chegou a ser formalizado um projeto, que estabelecia que daí em diante toda escola do primeiro grau, a partir de um certo número de alunos — era algo em torno de 500 alunos —, deveria ter um psicólogo permanente, dentro da própria escola. Esse empenho, na ocasião, significava que seria possível termos trabalho para milhares de psicólogos no Estado de São Paulo, por meio de concursos públicos. É curioso lembrar que naquela ocasião uma das nossas preocupações era que não tínhamos número suficiente de psicólogos em São Paulo para atender à possível demanda que seria representada por essa criação de cargos... Mas, de qualquer maneira, esse também é um momento de lembrar como a Psicologia tem sido infelicitada pelas idas e vindas da política em São Paulo e no País: a mudança de governo, de

secretários da Educação, as alterações no quadro político diretivo do País sempre foram adversas para nós. Então, isso que esteve prestes a se concretizar acabou não acontecendo, simplesmente porque foi posta uma pedra em cima desse projeto, pois o novo secretário da Educação não queria a presença dos psicólogos.

Talvez merecesse uma última referência ao fato de que havia uma imagem do Conselho, que eu não sei se está tão preservada hoje quanto foi no passado: o Conselho estava não só atento ao psicólogo e à ajuda ao psicólogo, mas também ao cliente. O Conselho se apresentava publicamente como o fórum no qual o cliente tinha todo o respaldo, todo o direito de levar as suas queixas e reclamações, as suas dúvidas, os seus problemas. Em alguns casos, havia pessoas que

vinham pedir ajuda no sentido de organizar, instalar e fazer funcionar algum tipo de serviço de atendimento a crianças, psicotécnico, e por aí afora. Então essa preocupação com o cliente fazia com que o nosso Conselho não fosse encarado como uma mera entidade a se preocupar exclusivamente com os privilégios, prerrogativas etc., do psicólogo, defendendo-o sempre; pelo contrário, em mais de um caso o Conselho teve que puxar as orelhas do psicólogo por não ter procedido de acordo com os ditames da época, de acordo com os ditames do exercício responsável da profissão.

(Samuel Pfromm Netto)

CAPÍTULO 4

Vocação científica

As atividades do CRP-06 não se limitaram estritamente àquelas definidas por dispositivos legais que o criaram. Cientistas e professores que eram, os conselheiros não deixaram de participar, em caráter individual ou representando o CRP-06, de simpósios, congressos, cursos, seminários, formaturas e outros eventos científicos ou acadêmicos. Mais do que isso, o CRP-06 buscou, ele mesmo, promover o desenvolvimento da Psicologia como ciência, e esse foi o sentido da instituição do “Psicólogo do Ano”, conforme se vê no livro das atas:

A partir de 1976, o Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região prestará uma homenagem anual a um expoente de Psicologia no Brasil, que, quer na pesquisa, quer no ensino, quer, ainda, na aplicação dos conhecimentos de técnicas de natureza psicológica, tenha contribuído de maneira notável e substancial para o progresso da Psicologia e tenha evidenciado sua capacidade neste domínio

e seu devotamento ao bem-estar individual e social e ao desenvolvimento científico e tecnológico da Psicologia em nosso meio.¹

Para aquele ano, 1976, o plenário dos conselheiros escolheu o homenageado em dois escrutínios: primeiro, para elaborar uma lista tríplice a partir de seis nomes previamente indicados; segundo, para eleger um entre os três. O escolhido, a ser homenageado em 27 de agosto, Dia do Psicólogo, foi Cícero Christiano de Souza.

Em 1977, foi eleita Noemy da Silveira Rudolfer; em 1978, o homenageado foi Durval Bellegarde Marcondes; e, em 1980, Anieli Meyer Ginsberg.

O ano de 1979 foi especial. Já em março de 1978, o conselheiro Samuel Pfromm Netto, então presidente da Diretoria do CRP-06, havia lembrado que no ano seguinte seria

comemorado o primeiro Centenário da Psicologia como Ciência, reportando ao primeiro laboratório de Psicologia, em Leipzig, fundado por Wundt (1879) (...); para tanto fica a lembrança de se organizar uma comissão dos festejos do centenário da Psicologia como Ciência neste CRP.²

Também o CFP, pela resolução nº 18, de 20/12/1978, oficializou as comemorações. O CRP-06, por sua vez, decidiu publicar um



No primeiro plano, Cícero Christiano de Souza, em ato que o homenageou como "Psicólogo do Ano", em 1976.

1. Ata da 51ª Reunião Plenária do CRP-06, de 9/8/1976.

2. Ata da 96ª Reunião Plenária do CRP-06, de 7/3/1978.

Noemy da Silveira Rdolfer,
homenageada como
"Psicóloga do Ano", em
1977.



texto sobre Wilhelm Wundt e seu laboratório de Psicologia de Leipzig (Alemanha), solicitando-o à psicóloga Maria Dulce Nogueira Garcez. Além disso, às faculdades e aos cursos de Psicologia recomendou que desenvolvessem aulas sobre o tema. As comemorações oficiais foram marcadas para o Dia do Psicólogo (27 de agosto), quando seria entregue a Medalha do Centenário da Psi-

cologia Científica para não apenas um psicólogo, mas vários, segundo o critério estabelecido na resolução CRP-06 nº 006/79, de 21/5/1979:

- a) Personalidades que se destacaram na docência da Psicologia desde os seus primórdios regionais;
- b) Personalidades que contribuíram para a Ciência Psicológica, na Região, seja na pesquisa, seja em trabalhos e obras de reconhecido e notório valor;
- c) Pessoas da Região que se empenharam no reconhecimento da Psicologia como profissão, no Brasil;
- d) Os atuais Conselheiros Efetivos e Suplentes do CRP-06 e os do Conselho Federal de Psicologia.³

A solenidade aconteceu no anfiteatro do Hilton Hotel. Na ocasião, o conselheiro presidente Waldecy Alberto Miranda proferiu um discurso saudando o reconhecimento de que o psicólogo já era merecedor. Mas, ao mesmo tempo, manifestou preocupações quanto ao futuro da profissão:

3. Conselho Regional de Psicologia. *Especial do Centenário da Psicologia Científica e Dia Nacional do Psicólogo*, 1979, pp. 5-6.

A cada 27 de agosto temos a satisfação de poder constatar nossa contínua afirmação, como profissão, no Brasil. Por outro lado, não esquecemos, também, que enfrentamos sérios problemas, como a ainda insuficiente capacidade de absorção do mercado de trabalho aos novos profissionais, gerando problemas de subemprego e mesmo desemprego, como o do nível de ensino; como o do ainda superficial conhecimento, da parte dos empresários e do poder público, a respeito da contribuição que o psicólogo pode trazer ao desenvolvimento de suas empresas e de suas instituições.⁴



Homenagem a Aniela Meyer Ginsberg, escolhida "Psicóloga do Ano", em 1980.

4. Idem, p. 16.

MEDALHA DO CENTENÁRIO DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA

HOMENAGEADOS*

<i>Adolfo Packer</i>	<i>Francisco Franco da Rocha</i>	<i>Maria José de Barros</i>
<i>Ana Rimoli Faria Dória</i>	<i>Fred S. Keller</i>	<i>Fornari de Aguirre</i>
<i>Aníbal Cipriano da Silva Santos</i>	<i>Guaraciaba Trench</i>	<i>Mário Wagner Vieira da Cunha</i>
<i>Aniela Meyer Ginsberg</i>	<i>Haim Grunspun</i>	<i>Mário Yahn</i>
<i>Anita C.M. Cabral</i>	<i>Italo Bologna</i>	<i>Noemy da Silva Rudolfer</i>
<i>Antonio D'Ávila</i>	<i>Jean Maugué</i>	<i>Norberto Souza Pinto</i>
<i>Antonio de Sampaio Dória</i>	<i>Joaquim Machado de Mello Jr.</i>	<i>Oswaldo de Barros Santos</i>
<i>Antunes de Oliveira</i>	<i>João Batista Damasco Penna</i>	<i>Otto Klineberg</i>
<i>Arrigo Leonardo Angelini</i>	<i>João Carvalhaes</i>	<i>Paulo Sawaya</i>
<i>Betti Katzenstein Schoenfeldt</i>	<i>João de Souza Ferraz</i>	<i>Pethö Sandor</i>
<i>Carolina Martuscelli Bori</i>	<i>Joel Martins</i>	<i>Raquel Vieira da Cunha</i>
<i>Cícero Christiano de Souza</i>	<i>José Novaes Paternostro</i>	<i>Raul Briquet</i>
<i>Madre Cristina Maria</i>	<i>José Rodrigues de Arruda</i>	<i>Raul de Moraes</i>
<i>Dante Moreira Leite</i>	<i>Jovino Guedes de Macedo</i>	<i>Roberto Mange</i>
<i>Dulce de Godoy Alves</i>	<i>Joy Arruda</i>	<i>Romeu de Moraes Almeida</i>
<i>Durval Bellegarde Marcondes</i>	<i>Judith Hallier Lisboa Dias</i>	<i>Suzy Vijande Cambraia</i>
<i>Edmur de Aguiar Witaker</i>	<i>Juventina Patrício Santana</i>	<i>Thodorus van Kolck</i>
<i>Enzo Azzi</i>	<i>Lauro Monteiro da Cruz</i>	<i>Ugo Pizzolli</i>
<i>Ernestina Giordano</i>	<i>Lourdes de Campos Viegas</i>	<i>Virgínia Leone Bicudo</i>
<i>Eugênia Moraes de Andrade</i>	<i>Manuel Bergstrom Lourenço Filho</i>	<i>Yvone A.G. Khouri</i>
<i>Eulália Alves de Siqueira</i>	<i>Maria Dulce Nogueira Garcez</i>	
<i>Eurípedes Simões de Paula</i>	<i>Maria da Penha Pompeu de Toledo</i>	

*Alguns em caráter póstumo.

WUNDT, FUNDADOR DA PSICOLOGIA CIENTÍFICA

Nascido em 1832 em Mannheim (Baden) na Alemanha e falecido em 1920 em Leipzig, Wilhelm Wundt é considerado o primeiro Psicólogo genuíno da história da Psicologia e é conhecido como o "Pai da Psicologia Experimental". Na realidade cabe-lhe o mérito de haver sido o primeiro a propor a noção de Psicologia como ciência independente e de ter estabelecido condições para o estudo dos fatos psíquicos em situação experimental. Quase setenta anos de sua longa vida, dedicados à preparação acadêmica e ao magistério universitário, foram consagrados incansavelmente à pesquisa e às publicações científicas. Iniciando suas atividades no campo da Fisiologia, seu interesse concentrou-se depois nos fenômenos da Psicofisiologia (denominação que propôs inicialmente para a nova ciência), para expandir-se mais tarde ao campo da Psicologia Geral.

(...)

A formação acadêmica, iniciada na Universidade de Tübingen, teve seus anos decisivos em Heidelberg e seu coroamento em Berlim (...). Obtidos o diploma e o doutoramento em medicina, Wundt ingressa na carreira universitária em Heidelberg (1857). (...) Durante sete anos, até 1864, prossegue seus trabalhos experimentais no campo da Fisiologia e os divulga em ensaios. São desse tempo também duas de suas obras programáticas [Contribuições à teoria da percepção sensorial e Preleções sobre a alma dos homens e dos animais], que já revelam a orientação de seu interesse para o campo da Psicologia.

(...)

Em 1864 Wundt é promovido a professor extraordinário (...) e continua por mais um decênio o seu trabalho em Heidelberg.

O seu interesse pela Psicologia se acentua. A publicação em 1873-1874 de Princípios de psicologia fisiológica (...), considerado por muitos o mais importante livro da história da psicologia moderna, trouxe sua consagração definitiva como Psicólogo. (...)

Em 1874 Wundt é transferido para Zürich como titular da cátedra de Filosofia e no ano seguinte passa a exercer a mesma função na Universidade de Leipzig, cargo no qual foi conservado até a ocasião de sua morte, ocorrida em 31/8/1920. Pode parecer estranho à nossa mentalidade atual que Wundt tenha ocupado uma cátedra de Filosofia, embora preocupado primordialmente com temas psicológicos aos quais imprimia uma investigação experimental.

Na época não haveria motivo para tal estranheza, pois a Psicologia era considerada formalmente incorporada ao campo da Filosofia e as cátedras de Filosofia é que se encarregavam de estabelecer e manter os laboratórios. De fato, quatro anos depois de haver assumido a cátedra de Filosofia em Leipzig, no decurso do ano de 1879, Wundt funda o seu "Laboratório de Psicologia" (...), o primeiro especificamente dedicado à Psicologia que a história registra e que serviu de inspiração e modelo para tantos outros. Nesse laboratório foram treinados grupos representativos de psicólogos que deram um impulso decisivo à nova ciência, tanto na Europa como na América do Norte.

(Conselho Regional de Psicologia 6ª Região. Wilhelm Wundt. Perfil de um pioneiro. Trabalho de pesquisa bio-bibliográfica sobre Wundt, elaborado pela psicóloga Maria Dulce Nogueira Garcez. São Paulo, 1979.)

PSICOLOGIA NO BRASIL

Muito antes de a Psicologia existir como profissão formalizada juridicamente, ela já estava presente no País como estudo, como aplicação, como exercício de atividades, que hoje certamente seriam reconhecidas como atividades de natureza psicológica. Ela existia a partir de um número relativamente pequeno de possíveis formas de preparação profissional.

A primeira delas, certamente, foram as Escolas Normais dos Institutos de Educação. É bom lembrar que a história da Psicologia na primeira metade do século é, em grande parte, uma história ligada ao ensino normal, à formação de professores. Foi nesses estabelecimentos de ensino



— Escolas Normais —, que grande número de psicólogos trabalharam, tiveram seus laboratórios, fizeram suas pesquisas e realizaram as suas incursões até no território do aconselhamento e da clínica. Nos anos 20, Lourenço Filho já tinha o seu laboratório de Psicologia instalado em Escola Normal. A Escola Normal da Praça da República — o Instituto de Educação da Praça —, em São Paulo, teve o segundo laboratório de Psicologia do País. O primeiro laboratório não foi em São Paulo, foi na Escola Normal de Amparo, uma

cidade do interior de São Paulo. Amparo foi pioneira em instalar um laboratório para pesquisas de medidas de inteligência, testes psicológicos, intervenção do psicólogo em educação especial, em virtude de uma figura injustamente esquecida na nossa Psicologia: Clemente Quaglio. Logo depois, outras Escolas Normais também passaram a ter seus laboratórios, e o próprio Quaglio foi convidado para vir a São Paulo instalar, na Escola Normal da Praça, uma espécie de réplica ampliada do seu laboratório de Amparo.

Em segundo lugar, há sem dúvida a contribuição dos médicos. Não poucos médicos gostavam de Psicologia, particularmente os da área psiquiátrica, e

daí o surgimento, também em São Paulo, de uma corrente expressiva, que se espalhou no País todo, de médicos que cultivavam a Psicologia — uma vertente sem dúvida muito influenciada pela visão psicanalítica. Eu me refiro a figuras como Durval Marcondes. O nascimento da Psicologia Escolar em São Paulo foi, sem dúvida nenhuma, o serviço que Durval Marcondes dirigiu junto à Secretaria da Educação do Estado, na condição de médico psiquiatra. Foi um pioneiro extraordinário na atuação junto a crianças, verificação de dificuldades de aprendizagem, problemas de personalidade etc., dando início a um trabalho muito fecundo de padronização de testes psicológicos, de realização de exames.

Também tivemos não poucos casos de pessoal formado em Filosofia, que passou a se dedicar à Psicologia; ou formado em Direito, que é uma área principalmente de Psicologia aplicada à Justiça, Criminologia e coisas do gênero; e psicólogos originados de Engenharia. E tudo isso resulta, entre outras coisas, no primeiro congresso de Psicologia, realizado já em 1938, em São Paulo, com apresentação de estudos, pesquisas e trabalhos sobre dificuldade de aprendizagem das crianças, problemas de personalidade, discussão a respeito de instrumentos e fundamentos teóricos em uso na Psicologia de então. Portanto, no Estado e no País, a Psicologia não nasceu de repente, mas foi cultivada sob essa forma

ainda rudimentar e pioneira por não poucos cultores formados em diferentes áreas.

Toda essa atividade de produção de conhecimento, de divulgação e de aplicação da Psicologia encontrou um dos seus principais baluartes na então nascente Universidade de São Paulo. Ali, muito cedo, surgiram pessoas que gostavam de Psicologia, que faziam Psicologia, sob a liderança, no tempo da II Guerra Mundial, de um psicólogo social de renome internacional, já falecido, Otto Klinenberg. Unidos a ele, vários outros professores de Psicologia ligados à tradição normalista e à tradição da Filosofia criaram a Sociedade de Psicologia de São Paulo, nos anos 40.

A Sociedade foi, inegavelmente, o foco principal de irradiação da Psicologia em todo o Estado, porque, além de congregar os que então exerciam atividades relacionadas com a Psicologia, passou a desenvolver um amplo programa de cursos de especialização, de preparação em técnicas psicológicas, conferências, palestras etc. Quer me parecer que a Sociedade de Psicologia de São Paulo foi a pioneira, as outras vieram depois, mas isso precisaria verificar. O fato é os outros Estados seguiram o caminho paulista de criarem também esses organismos que integravam, que reuniam os psicólogos.

Dos cursos em que se ensinavam matérias psicológicas merecem registro a USP e a PUC (cujo curso de Psicologia surgiu da fusão da Faculdade São Bento e o

Instituto Sedes Sapientiae), em São Paulo; no Rio, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), que tinha à sua frente uma figura que é um verdadeiro gênio, Emílio Mira y Lopes, espanhol de nascimento. Também no Rio de Janeiro havia a figura de um gigante da Psicologia brasileira, chamado Lourenço Filho. Pessoas como Noemy Rudolfer, Anita Cabral e Arrigo Angelini, na USP, e Enzo Azzi, na PUC, também já estavam, por assim dizer, formando psicólogos para o Brasil. Seria um não mais acabar de citar nomes expressivos — o Padre Benkö, por exemplo — da Psicologia nesses Brasis dos anos 40, 50, até a década de 60.

(Samuel Pfromm Netto)

LOURENÇO FILHO, UM PIONEIRO

O professor Lourenço Filho não se dizia psicólogo, achava que era um professor. Ele foi professor da Escola Normal de Piracicaba, e depois reorganizou o laboratório de Psicologia do Instituto de Educação Caetano de Campos. Tinha como assistente a professora Noemy da Silveira Rudolfer. A principal produção do laboratório foram os famosos testes ABC para verificação da maturidade para a leitura e para a escrita. Esses testes tiveram uma repercussão muito grande não só no País como também em vários países da América Latina.

(Arrigo Angelini)

CAPÍTULO 5

Surge a oposição

O CRP-06, em suas publicações, manifestava preocupações semelhantes às aquelas apontadas por Waldecy Alberto Miranda na solenidade do Centenário da Psicologia. Em editorial do *Informativo*, de março de 1980, afirmou Saulo Monte Serrat, então conselheiro presidente:

Desfrutamos (...) de uma situação privilegiada: quer em relação a outras atividades profissionais anteriores à nossa e que não conseguiram até hoje uma definição profissional como a alcançada em Psicologia; quer em relação aos Psicólogos de inúmeros países, que não possuem a autonomia e a amplitude de atuação do Psicólogo brasileiro. Mas devemos admitir com realismo, antes de ter consolidada no mundo o trabalho, a Psicologia está enfrentando vários e sérios problemas.

Um deles é a limitação do campo de trabalho, responsável

pelo aumento anual do contingente de profissionais desempregados ou com subemprego.

Outro é a formação deficiente proporcionada por vários cursos de Psicologia, responsáveis pelo despreparo com que muitos iniciam sua vida profissional

Se a estes problemas acrescentarmos as agressões externas que a classe vem sofrendo, quer por parte de outros profissionais, que procuram invadir nossa área de trabalho, quer por um número incontável de charlatões de toda espécie que (...) aviltam indiretamente o exercício de nossa profissão, teremos o quadro dos principais problemas que defrontamos.¹

Num dos números seguintes da mesma publicação, Myriam Augusto da Silva Vilarinho, então na Secretaria do CRP-06, vaticinava:

A década de 80 inicia-se pela disposição dos Psicólogos de lutarem unidos pela preservação de seus direitos legais, pela autonomia de sua ação específica no campo de trabalho, mesmo quando este seja um campo interdisciplinar.²

Ameaças à autonomia do exercício profissional apareciam, por exemplo, no projeto de lei nº 2.726/80, apresentado pelo deputado Salvador Juanelli, que propunha na prática subordinar ao médico todos os profissionais de saúde, entre eles o psicólogo. O projeto não foi aprovado, mas iniciativas como essa e a situação de desemprego ou subemprego de muitos psicólogos, que o CRP-06 denunciava, indicavam que algo estava acontecendo com a profissão.

1. *Informativo*, ano 2, nº 6, mar. 1980, p. 1.

2. *Informativo*, ano 2, nº 8, jul. 1980, p. 1.

Comunicado

O CRP-06 informa aos Psicólogos e alunos de Psicologia da 6ª Região, e ao público em geral, que o Conselho Federal de Psicologia está acompanhando de perto a tramitação do projeto de lei nº 2.726/80 que, de modo totalmente inaceitável, fere a autonomia profissional dos Psicólogos e de outros profissionais da área da saúde: cirurgiões-dentistas, farmacêuticos, obstetizes, fonoaudiólogos, assistentes sociais, educadores sanitários, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, ortopedistas, enfermeiros, fisicultores, nutricionistas. Além de se ter dirigido ao sr. Presidente da Câmara Federal e a outros parlamentares, o CFP programou para o dia 27 p.p., em São Paulo, uma reunião de todos os Presidentes de Conselhos Federais cujos profissionais poderão ser afetados pela insólita iniciativa, em busca de providências que deverão ser tomadas em comum. (...)

(Informativo, ano 2, nº 8, jul. 1980, p. 3; também publicado em Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo.)

E com o CRP-06 também. Em suas atas, de 7/4/1980, há um enigmático registro:

Pedindo a palavra, o conselheiro Carlos Del Nero estranhou o comparecimento do Conselho Regional de Psicologia a um Ato Público, como havia sido a reunião a [sic] Sindicato dos Psicólogos. Sua estranheza foi secundada pelo conselheiro Samuel Pfromm Netto. Por determinação do sr. presidente, foi lido para o plenário o ofício no qual o Sindicato dos Psicólogos convidava o CRP-06 para o ato de apresentação pública da nova Diretoria, em seguida, a conselheira Rachel Lea Rosenberg fez um relato daquela reunião, à qual compareceu por designação do sr. presidente.³

Por que era "estranho" o CRP-06, na figura de uma representante, comparecer à posse da diretoria de uma entidade irmã, da mesma categoria, com a qual sempre manteve relacionamento cordial?

3. Ata da 155ª Reunião Plenária do CRP-06, de 7/4/1980.

Uma possível resposta encontra-se na expressão “ato público”, como foi chamado o evento. Na época, o termo designava manifestações, assembléias, encontros, passeatas e outros atos, cujo nome estava interdito por conotar oposição ao regime militar. Em suma, o que se “estranhava” era o envolvimento do CRP-06 em um “ato de apresentação pública da nova Diretoria”, que se revestia de significados políticos e oposicionistas.

Oposicionista, por sinal, entre os próprios psicólogos, como esclareceria, anos depois, um artigo do *Jornal do CRP-06*:

Em 1978, foi promovido um Fórum de Debates, com o apoio de Madre Cristina, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Esse Fórum refletia a necessidade de os psicólogos se reunirem para discutir conjuntamente qual era a situação concreta da profissão, naquele momento. De uma pesquisa feita pelos participantes do Fórum e das discussões sobre os dados desta pesquisa, concluiu-se: a profissão está com o mercado restrito, salários baixos, condições precárias de trabalho etc. Diante desta conclusão, o Fórum (...) foi transformado num movimento de oposição para concorrer às eleições no Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e no CRP-06 (...).⁴

A eleição no Sindicato aconteceu em novembro de 1979 e a oposição venceu no primeiro escrutínio. Foi a apresentação da diretoria assim eleita que assumiu o caráter de “ato público”. Meses depois, seria a vez do CRP-06.

Em 14/4/1980, uma reunião plenária extraordinária do CRP-06 deu posse à Comissão Eleitoral para organizar a eleição, em 25 de julho, do novo conselho para o triênio 1980-1983. Inscreveram-se duas chapas — fato inédito até então. A Chapa 1, com a

4. Como se constrói a nossa história?, *Jornal do CRP-06*, nº 50, s/d [meados de 1987].

Ana M. Bahia Bock
(à esquerda) e **Odette de**
Godoy Pinheiro, da chapa
de oposição nas eleições do
Sindicato dos Psicólogos,
em 1979.



participação de alguns conselheiros da gestão 1977-1980, propunha:

- União de todas as forças, tendências, linhas, posições etc. em defesa da profissão;
- consolidação do conjunto de leis que regulamentam a nossa profissão, tornando-as mais claras, efetivas e atualizadas;
- adequação das características da profissão às necessidades atuais da sociedade e conseqüente ampliação das áreas de trabalho;
- maior participação do psicólogo tanto na estrutura do próprio Conselho como na solução de problemas da sociedade;
- campanha de esclarecimento à opinião do público e dos órgãos das áreas da Saúde, Educação e Trabalho quanto às reais formas de contribuição do psicólogo para a prevenção e solução de problemas das várias faixas da população.⁵

5. *Informativo*, ano 2, nº 8, jul. 1980, anexo.

A Chapa 2, identificada como oposição, anunciou seu programa de forma ainda mais telegráfica:

Nossa proposta é promover a participação e debate de toda categoria em torno de seus problemas e interesses, bem como contribuir para a aplicação da Psicologia voltada para as necessidades da maioria da população. Idéias básicas e mínimas: efetivar e ampliar a legislação profissional, ampliar o mercado de trabalho; reestudar os princípios éticos.⁶

Lidos quase 15 anos depois, esses textos, por si, não permitem estabelecer substanciais diferenças entre as chapas. É possível, no entanto, identificar-lhes certas nuances. A Chapa 1 menciona “solução de problemas da sociedade” ou “prevenção e solução de problemas das várias faixas da população”, enquanto a Chapa 2 fala em “Psicologia voltada para as necessidades da maioria da população”. Ao pé da letra, ambas as propostas são quase idênticas. Mas a fórmula da Chapa 2 partilha de um jargão da época, uma espécie de senha que desencadeia um conjunto de significados para além da literalidade das palavras. Ela não diz “problemas” (da sociedade ou de faixas da população); fala “necessidades da maioria da população” — e faz eco a tantas outras falas que, naqueles anos, passaram a se manifestar em “atos públicos” reivindicando as liberdades democráticas como principal pré-requisito para atender às “necessidades da maioria da população”.

Em 1977, os estudantes, enfrentando a repressão policial, tinham retomado as ruas e iniciaram, em São Paulo, a reconstrução da sua entidade máxima, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Em agosto do mesmo ano, o jurista Goffredo da Silva Telles Jr. lançou na Tribuna Livre do Largo de São Francisco, em frente à Faculdade de Direito da USP, a *Carta aos Brasileiros* exigindo as

6. Idem.

DEPOIMENTO

No final dos anos 70, começou o fórum, um movimento de oposição à forma como o Conselho estava sendo conduzido. Eu dava aula na UMEC (em Mogi das Cruzes) e no Objetivo. Então, algumas pessoas que trabalhavam comigo me convidaram e comecei a participar das reuniões, lá no Sedes. Participavam profissionais, docentes e alunos que estavam fazendo o curso. Desse fórum saiu primeiramente o grupo que formou a chapa que ganhou o Sindicato. E logo em seguida saiu a primeira chapa de oposição ao Conselho. Eu e a Yvonne Khoury estávamos nas duas chapas, a idéia era fazer a ponte entre o Sindicato e o Conselho. Mas a Yvonne ficou mais ligada a CRP; eu é que fiquei realmente com os dois — o que não foi fácil, foi um negócio muito complicado.

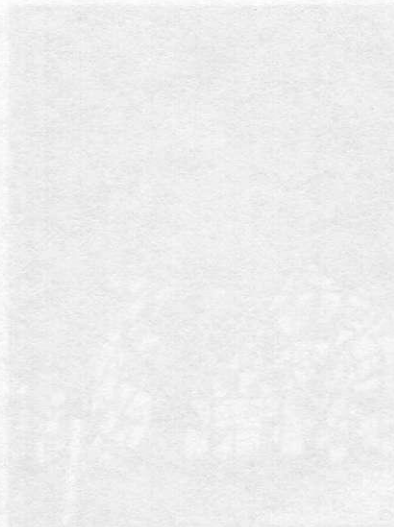
(Sérgio Leite)

liberdades democráticas. Em maio de 1978, trabalhadores de várias categorias, principalmente metalúrgicos das cidades paulistas do ABC, Osasco, São Paulo e de outras regiões, iniciaram uma série de movimentos grevistas, os primeiros desde 1968, exigindo reposição das perdas salariais decorrentes da manipulação de índices de inflação. Em 27/8/1978, o Movimento Custo de Vida organizou uma manifestação pública na Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, protestando contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade. Em 1979, o general João Baptista Figueiredo sucedeu a Geisel na Presidência da República, e eclodiram novos movimentos grevistas, envolvendo várias categorias — inclusive professores universitários e de primeiro e segundo graus do Estado de São Paulo, até então pouco acostumados com essa forma de encaminhamento de suas reivindicações. Proliferaram no País os comitês pela anistia ampla, geral e irrestrita, cujos objetivos seriam parcialmente alcançados com a Lei de Anistia, sancionada em 28/8/1979. Meses depois, foi aprovada a reforma partidária, possibilitando a existência de vários partidos políticos. Era o início do fim do regime militar.

OPOSIÇÃO NO SINDICATO

O nosso movimento de oposição começou em 1979 e não foi casualmente. O problema do nosso Sindicato até esse período não foram os seus dirigentes. Não podemos ir além do que a história nos possibilita e a história da nossa categoria não possibilitava antes um avanço de consciência política muito grande. O Sindicato foi um representante autêntico dessa omissão. Nós ganhamos as eleições em 1979 porque foi o momento oportuno e possível de acontecer isso. Naquela época, o sindicalismo em geral volta a ganhar força na história da sociedade brasileira, contra o peleguismo estabelecido então.

(Depoimento de Ana M. Bahia Bock, ex-presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, em Como se constrói a nossa história?, Jornal do CRP-06, s/d [meados de 1987].)



O primeiro movimento foi
a renovação do Sindicato.
A classe se candidatou por
uma gestão mais
democrática, porque a
gente tinha uma outra
visão de democracia: não
era só eleger as coisas,
mas também discutir muito
maior participação para os
nossos colegas. Tinha uma
gestão muito mais
democrática, aberta,
ouvindo as pessoas, não só
representando, mas
participativa. E a classe
ganhou o Conselho e a
presidência. Em seguida, já
houve eleição para o
Conselho e ali a
organização foi para a mesma
e gente queria um
Conselho mais
democrático, mais aberto,
que pudesse estar falando
pela categoria.

(Yvonne Ribeiro)

Parte II

Psicologia e sociedade

CAPÍTULO 6

Formação em questão

As eleições no CRP-06 deram vitória à Chapa 2, de oposição. O Jornal do CRP-06 assim descreve as novas diretrizes adotadas:

Antes, tratou-se de um [trabalho] político restrito a ser legalista, burocratizante, com ênfase na fiscalização profissional. A partir de 1980, procurou-se imprimir uma política que fosse menos restritiva, tentando promover a organização dos psicólogos, assim como estimular a prática de manter debates vivos sobre questões afeitas ao trabalho, que abrangem as dimensões ética, técnica teórica, salarial etc.

Até 1980, o CRP-06 funcionou com base somente nas comissões "oficiais" como as de Divulgação, Fiscalização, Ética e Diretoria. Depois, foram criadas novas Comissões, diversificando as existentes, como as de Saúde, Educação, Trabalho, Trânsito etc. Além de estarem incluí-

dos os conselheiros, foram convidados outros psicólogos para trabalharem juntos nestas comissões, chamadas de "extra-oficiais".¹

Já numa das primeiras reuniões plenárias da nova gestão, em 15/9/1980, propôs-se a criação de uma comissão para examinar a situação do ensino de Psicologia e dos estágios. Não que até então esse tema não tivesse sido discutido. Mas como a questão era da competência do Conselho Federal de Educação, o CRP-06 não ousou fazer mais do que elaborar sugestões e propostas de reformas no currículo mínimo dos cursos de Psicologia. Por exemplo, em 9/5/1977, o plenário do CRP-06 reuniu-se em caráter extraordinário para, entre outros itens, ouvir a palestra da psicóloga Odette Lourenção van Kolck, conselheira do CFP, que presidia uma comissão do CFP encarregada de elaborar uma proposta de novo currículo mínimo de Psicologia, a pedido do Conselho Federal de Educação. No ano seguinte, o CRP-06 deliberou que a melhor proposta de currículo era a que havia sido apresentada pelo Grupo Setorial de Psicologia do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do Ministério de Educação e Cultura, com a colaboração do conselheiro Samuel Pfromm Netto. Em reunião posterior, em 1979, o CRP-06 decidiu oficiar o CFP a respeito dessa deliberação, sugerindo, porém, algumas alterações, como a supressão da frase "terrorismo e desvios ideológicos", altamente questionável, que se encontrava na parte introdutória da proposta. No mesmo ano também indicou, junto ao Conselho Federal de Educação, três psicólogos para a Comissão de Credenciamento de cursos de graduação e pós-graduação na área de Psicologia.

Mas o que agora se propunha tinha uma amplitude maior — como explica uma publicação da Comissão de Ensino:

1. Como se constrói a nossa história?, *Jornal do CRP-06*, s/d [meados de 1987].

DEPOIMENTO

Das reuniões que a gente fazia no Sedes, em 1979, tive pouca participação, pelo fato de trabalhar no interior. Aí decidiu-se fazer uma chapa para o Sindicato. E ganhamos a eleição. Quando o pessoal assumiu, foi um choque: a antiga diretoria tinha demitido todos os funcionários, entregou o Sindicato sem nenhum equipamento, acho que venderam as máquinas todas, era a tática da terra arrasada. Depois, pensou-se em constituir uma chapa para o Conselho, que tinha um âmbito de atuação mais amplo. Aí o pessoal me chamou. Então fomos discutir a chapa, que teria um caráter de frente. Nessa época, acho que não tinha ninguém ligado a um partido. Eu tinha tido militância no movimento estudantil, mas nunca fui de partido. Mas, em termos ideológicos, era uma frente mesmo. Havia um pessoal liberal, um pessoal mais marxista. Então, a gente fazia reunião para campanha. Eu me lembro de uma, na casa da Yvonne Khouri, em que a gente ficou envelopando cartas: eram apenas 3.000 psicólogos na época, não saía tão caro.

(José R. Tozoni Reis)

Luiz Otávio de Seixas Queirós, um dos conselheiros eleitos pela chapa de oposição, em 1980.



Formada por oito pessoas, ligadas diretamente ao ensino, [a Comissão de Ensino] propõe como objetivos discutir a formação do psicólogo da 6ª Região e contribuir para a necessária reformulação curricular, pois muitos dos problemas referentes ao exercício profissional têm sua origem nas condições de formação. Além disso, o currículo mínimo é o mesmo estabelecido há 20 anos (...). (...)

A partir dessas considerações a Comissão de Ensino (...) tenta organizar sistemáticas de discussão sobre o ensino de Psicologia com a categoria, inclusive com os ainda em formação acadêmica. O que se visa é conquistar espaço e autoridade para que os psicólogos, representados em seus órgãos, assumam a formação de novos profissionais, ao invés de delegar esta função a outras pessoas e outras instituições.²

2. Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. *Comissão de Ensino. Análise dos currículos dos cursos de Psicologia*. São Paulo, 1982, p. 2.

A primeira fase dos trabalhos da Comissão consistiu na análise quantitativa dos currículos vigentes dos cursos de Psicologia da 6ª Região. Em seguida, realizaram-se algumas entrevistas com supervisores das faculdades para avaliar as atividades de estágios fornecidos aos alunos. Foram quase dois anos de pesquisa e análise. Para discutir os resultados obtidos e propor alternativas e soluções, a Comissão realizou, em 5/6/1982, o I Seminário sobre Currículos dos Cursos de Psicologia, com a participação de cerca de 120 representantes de alunos, professores, supervisores e administradores de todas as faculdades de Psicologia da região. Os participantes dividiram-se em cinco grupos de discussão; posteriormente, seus relatórios foram debatidos coletivamente.

De modo geral, a ênfase recaiu na crítica da segmentação e da dicotomia entre a teoria e a prática e entre as áreas Clínica, Escolar e Industrial. Isso, segundo um dos grupos, decorreria da "própria concepção que se tem a respeito do conhecimento numa sociedade burguesa: algo fragmentado, cindido em teoria e prática".³ A superação dessas dicotomias, segundo a maioria dos grupos, deveria passar por uma reflexão sobre o perfil de profissional que se pretende formar. E tal reflexão não poderia deixar de examinar a função social do psicólogo, levando em conta, quase sempre de modo explícito, o que, na época, se chamava "necessidades da maioria da população":

A principal indagação relativa ao crescente fracionamento, que se observa basicamente nas áreas profissionalizantes, apontou para o questionamento do sentido da especialização do psicólogo no contexto da realidade da sociedade brasileira.

A partir dessa indagação foi colocado que repensar a formação do psicólogo impõe-se pela necessidade de se reorientar a prática dessa profissão no curso das transfor-

DEPOIMENTO

Acho que a categoria recebeu bem a nossa proposta, porque tivemos uma votação boa. Estavam, acho, esperando uma coisa desse tipo. Acho que todos nós tínhamos tido experiências muito desagradáveis com o Conselho anterior, excessivamente burocrático: para você falar com o conselheiro, marcava para daí três dias, era uma coisa complicadíssima e, às vezes, as respostas para os problemas não vinham. Então, queríamos realmente estar respondendo mais, aproximar o Conselho do psicólogo e trazer o psicólogo para dentro do Conselho, porque o Conselho não esgota a categoria.

(Yvonne Khouri)

3. Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. Comissão de Ensino. *Anais do I Seminário sobre Currículos dos Cursos de Psicologia*, São Paulo, 1982, p. 9.

Yvonne Khouri, participante do fórum de psicólogos e da chapa de oposição nas eleições do CRP-06, de 1980.



mações exigidas pela sociedade brasileira, face aos problemas nela presentes. Portanto, como ponto de partida para uma avaliação e revisão dos currículos, foi posta como necessária uma caracterização dos problemas existentes na sociedade e a explicitação de um posicionamento perante eles.

Para tanto foi considerada como imprescindível a participação de representantes da comunidade (associações de classe, sindicatos, associações de bairro etc.) nos debates sobre o currículo dos cursos de Psicologia.

Nessa perspectiva foi ressaltado também que a discussão do currículo deve abranger questões relativas ao ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, apontadas para uma formação profissional inserida no universo político-cultural e científico da sociedade. [Grupo 1.]

Não seria a partir de uma concepção de psicólogo que [se] formulariam propostas de modificação do currículo? Nós, psicólogos, sabemos que profissional formar? (...)

O grupo entende que seria aconselhável levar para as faculdades de Psicologia as discussões em torno da função social do psicólogo, buscando o amadurecimento de uma visão profissional e de homem que servisse de subsídio para a formulação de modificações no currículo. [Grupo 2.]

Propõe-se como tema discutir qual a formação que nós psicólogos desejamos. Esta questão é redefinida com colocações que dizem respeito às necessidades da população brasileira. [Grupo 3.]⁴

O resultado do Seminário, segundo o *Jornal do CRP-06*, foi um documento que, entre outras coisas, propõe:

- 1) Que a Comissão de Ensino do CRP deverá entrar em contato com as faculdades solicitando um relato de suas experiências curriculares. Toda experiência relatada ao CRP deverá ser distribuída a todas as faculdades.
- 2) Que deverá ser incentivada a formação de Comissões Curriculares nas faculdades, para discussão de seus respectivos currículos; e que o CRP deverá colocar sua estrutura (...) à disposição destas comissões.
- 3) Que a Comissão de Ensino: a) entre em contato com o Conselho Federal de Educação, tentando obter todas as disposições sobre currículos e sobre mudanças de currículos; b) sensibilize as autoridades sobre as deficiências dos atuais currículos; c) denuncie as medidas que venham a ser tomadas pelas faculdades que impliquem (...) diminuição das condições mínimas para a formação profissional do psicólogo.⁵

4. Idem, *ibid*.

5. Seminário discute currículos dos Cursos de Psicologia, *Jornal do CRP-06*, nº 8, mai./jun. 1982.

MENOS POLÍTICA, MAIS PSICOLOGIA

Inicialmente, éramos tão poucos que era preciso fazer uma força enorme para convencer as pessoas a participarem do Conselho. Então, não existiam grupos ou coisas desse gênero, era algo informal e bem integrado. À medida que se expandiram os quadros dos próprios Conselhos, essas coisas foram se tornando mais difíceis. É a partir daí que surgem, pelo natural correr das coisas, agrupamentos de pessoas com essa ou aquela visão, constituindo então as chapas para as eleições.

Agora, eu só fico a pensar se a ênfase nisso tudo não deveria ser sempre a profissão. O foco é o nosso exercício profissional, a defesa dos nossos direitos, a defesa da nossa imagem junto à população, a



preocupação com um atendimento adequado às demandas da população. Sob esse aspecto, a luta que encetamos me parece que não teve prosseguimento. Nos últimos anos, se alguma coisa pode ser dita é que as entidades em geral têm pecado pela sua ausência, têm feito pouca promoção do psicólogo.

O psicólogo precisa superar divergências, animosidades, besteiróis, que no passado tomaram de assalto o seu discurso. Se algo pode ser tirado como moral da história é que talvez tenhamos nos

esquecido de uma lição que os primeiros Conselhos aprenderam — e bem: precisamos fazer o nosso *marketing*, precisamos insistir junto aos poderes constituídos, ao mundo empresarial, médico, educacional etc. que passem a contar com psicólogos bem preparados, treinados e aperfeiçoados, para atender a essa demanda muito grande de serviços de natureza psicológica que são necessários, ao verificarmos esses dados tão contristadores que o País tem, nesses anos 90, do ponto de vista de agravamento de problemas sociais sérios — o que certamente não teria acontecido se nesses últimos 10, 20 anos os psicólogos fizessem menos política e mais Psicologia!

(Samuel Pfromm Netto)

ESTRITAMENTE PROFISSIONAL

O primeiro currículo de Psicologia foi aprovado com a resolução do Conselho Federal de Educação. Mas quero dizer que tivemos o cuidado, na ocasião, de não invadir área alheia, e explico: tínhamos uma tarefa muito grande dentro da própria profissão de Psicologia — estabelecer os Conselhos, estabelecer o Código de Ética Profissional, estabelecer os procedimentos etc. etc. — que procuramos nos abster de qualquer intromissão, em áreas que achávamos que não eram da competência do Conselho. Fomos muito cuidadosos em nos manter dentro das atribuições do Conselho Federal de Psicologia, que eram atribuições estritamente profissionais, e não da formação dos cursos.



Outra coisa também que depois veio a ocorrer, mas que na ocasião tivemos muito cuidado, era nos abster de qualquer manifestação de caráter político. Sabemos que, posteriormente, os Conselhos e mesmo o Sindicato começaram a se manifestar sobre a situação do País, e até hoje isso ocorre, mas achávamos que tínhamos tarefas demais para realizar dentro da profissão de psicólogo, sem nos ater a problemas que eram da alçada de outras instituições. Hoje, com o regime em que vivemos, democrático, a manifestação política de

uma entidade, como um Conselho ou um Sindicato, tem algum sentido na sociedade. Acho que tem sentido, porque a democracia vive exatamente do confronto de posições, de opiniões, de pontos de vista. Agora, se isso auxiliou ou contribuiu para melhorar a profissão do psicólogo... É possível que em alguns casos isso tenha melhorado, porque em certas situações é possível mostrar que a atuação do psicólogo, por exemplo, pode melhorar a condição de uma comunidade, pode trazer uma contribuição positiva. Então, acho que como um meio de chamar a atenção das autoridades para a atividade do psicólogo, isso eu acho que é importante.

(Arrigo Angelini)

CURRÍCULO E FISCALIZAÇÃO

Fizemos um levantamento de todos os currículos dos cursos de Psicologia do Estado de São Paulo. Realizamos uma série de plenárias. A gente estava vendo que as questões do exercício profissional era decorrente da formação. Então, havia, primeiro, um grande problema de mercado, na medida em que existe uma política de formar profissionais numa quantidade absurdamente maior do que aquele que é requerido pelo mercado de trabalho. Segundo, havia a questão qualitativa: as faculdades que estavam se constituindo não tinham a finalidade de formar coisa nenhuma; elas queriam era lucro. Então, a gente pensava que era importante definir uma linha de intervenção na formação. Foi a primeira vez que o Conselho



começou a fazer isso, mas ainda era uma coisa de tentar intervir nas faculdades, organizar os professores e alunos e pressionar as faculdades. Foi importante, mas acho que hoje a questão é outra: é ingressar no campo social para que se tenham meios de controle social sobre a estrutura educacional.

A gente já estava sofrendo as consequências da política de privatização do ensino, da transformação do ensino superior nesse supermercado que a ditadura fez. Havia problemas, que eram

problemas de massa: não era um psicólogo ou outro, seriam muitos psicólogos mal formados, sem poder exercer a profissão. Por isso, era preciso mudar a ênfase em relação à fiscalização. A legislação que regulava o Conselho era própria da ditadura. Era uma intimidação individual, partindo do pressuposto de que o que ocorre de errado na profissão não tem nada a ver com os processos sociais, com deformação da profissão, tem a ver com a pessoa. Na época, a gente já tinha uma percepção de que não fazia sentido ficar naquela forma de fiscalização, ficar procurando pessoas que estivessem desviadas. Então, era preciso mudar de fiscalização para orientação.

(José R. Tozoni Reis)

ESPAÇO DE REFLEXÃO POLÍTICA

Na nossa gestão, a proposta principal era transformar a entidade num espaço mais participativo, em que os profissionais estivessem discutindo as suas práticas, um espaço de reflexão política, com a possibilidade de toda a autarquia estar participando, nacionalmente, junto com outros, para enfrentar as questões maiores. Eu me lembro que uma das linhas de ação que a gente fez, tanto no Sindicato quanto no Conselho, foi criar comissões por área. Eu, particularmente, trabalhei durante muitos anos, na chamada Comissão de Psicologia Escolar, que era mista, quer dizer, era CRP e Sindicato. No Conselho, também coordenei a Comissão de Ensino, que era a Comissão que fez os primeiros estudos sobre o



currículo, a questão da formação. Então, durante praticamente quatro ou cinco anos, dediquei toda a minha ação em cima desses dois temas: a atuação do psicólogo escolar e a questão da formação.

Acho que essa primeira gestão nossa cumpriu um papel muito importante, para iniciar um processo que até hoje está caminhando. Ela teve a coragem de se confrontar com aquilo que havia. Naquela época, o Conselho era um órgão muito mais corporativo do que hoje. Mas o que

ocorreu lá foi o que já estava ocorrendo em toda a sociedade — uma renovação política, de cabeça, de visão, de participação; estávamos passando por uma redemocratização. Para o pessoal que veio depois foi um pouco mais fácil, porque já havia, no Conselho, novas idéias, novas perspectivas políticas.

(Sérgio Leite)

CAPÍTULO 7

Perfil do psicólogo

As discussões sobre o currículo de Psicologia ou a função social do psicólogo exigiam dados mais sólidos sobre o perfil do profissional da área. Havia também a situação com que esse profissional se defrontava — a respeito da qual concordavam tanto os conselheiros da gestão anterior, quanto os que venceram nas eleições de 1980:

De um lado, (...) [houve] a multiplicação da oferta de vagas no ensino superior, notadamente na rede particular.

(...)

De outro lado, a ampliação do mercado de trabalho não acompanhou a expansão observada na formação profissional, principalmente após o declínio da chamada “fase do milagre brasileiro”. Neste contexto aumentaram os índices de desemprego e a baixa remuneração salarial.¹

1. Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. Comissão de Ensino. *Análise dos currículos dos cursos de Psicologia*. São Paulo, 1982, p. 1.

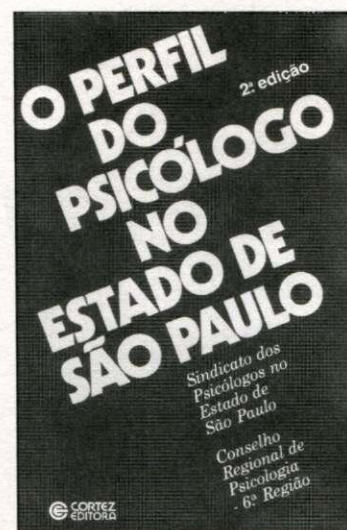
Mas essa situação precisava ser melhor diagnosticada, a partir de levantamento metodologicamente rigoroso de dados:

Desde 1980, quando o então movimento de oposição assumiu a direção do Sindicato e do Conselho Regional de Psicologia e iniciamos o nosso trabalho, nos demos conta de que desconhecíamos muitas das características da categoria que passávamos a representar. Fazíamos perguntas tais como: Será que a maioria dos psicólogos trabalha na profissão? Em que tipo de trabalho? Ganhando quanto? Será que existem muitos psicólogos desempregados? As oportunidades de emprego aparecem com o término do curso? A realidade da Capital é a mesma do Interior? Será que os psicólogos conhecem suas entidades de classe? Por que não se associam ao Sindicato?

Foi então que pensamos em realizar uma pesquisa, que nos fornecesse este perfil para melhor pensarmos a nossa prática.²

Em 1981, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) foi contratado pelo CRP-06 e pelo Sindicato dos Psicólogos para desenvolver a pesquisa. Simultaneamente, o CRP-06 iniciou gestões junto ao CFP para realizar estudo semelhante em âmbito nacional. Os trabalhos do DIEESE levaram um ano e meio para serem concluídos. Seus resultados foram apresentadas em 27/8/1983, na ocasião da posse do novo Conselho (triênio 1983-1986), e editados em livro, em 1984, com o acréscimo da transcrição de uma mesa-redonda sobre os dados obtidos. A pesquisa nacional só seria realizada em 1985-1987 e seus resultados, publicados em 1988.

Os dados coletados pelas duas pesquisas mostraram que os



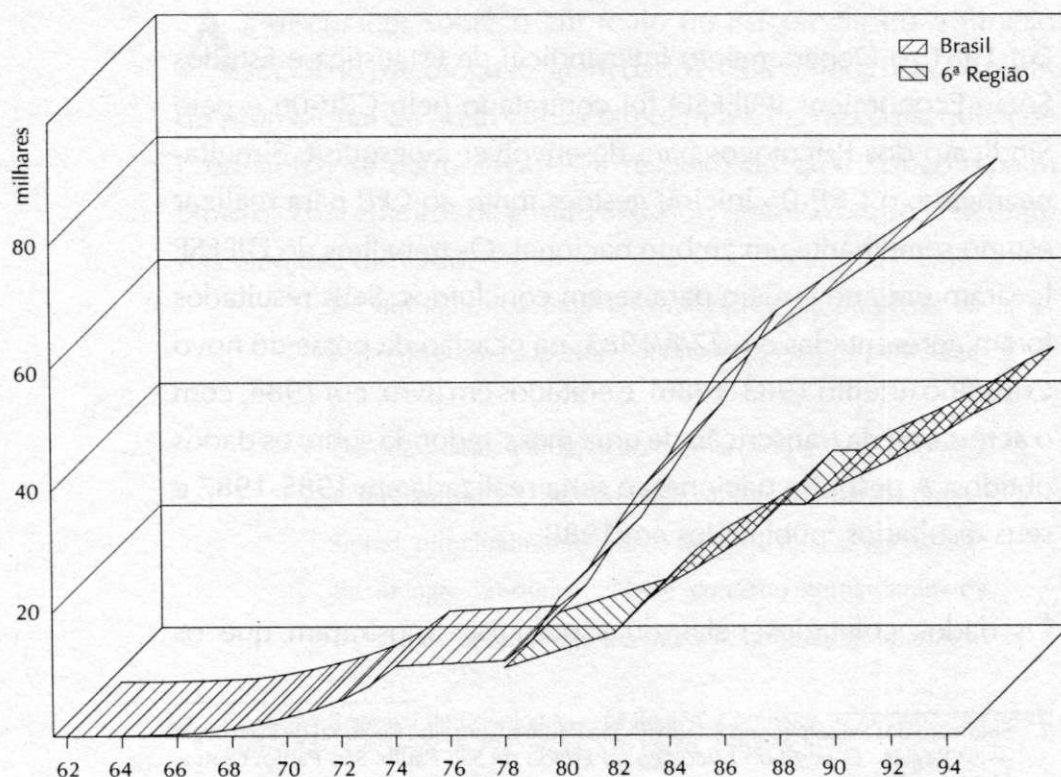
Capa da segunda edição do livro que sistematiza a pesquisa encomendada ao DIEESE pelo CRP-06 e pelo Sindicato dos Psicólogos.

2. Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. *O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1984, pp. 7-8.

psicólogos constituíam um grupo profissional em crescimento acelerado. Em 1962, quando o MEC, em decorrência da lei nº 4.119, iniciou o cadastramento dos psicólogos, 15 pessoas — apenas 15! — solicitaram e obtiveram seu registro. Em 1967, o número de psicólogos registrados chegou a 500; no ano seguinte, essa cifra aumentou em mais de duas vezes (1.133); e, em 1969, foi para 1.985. Em 1974, último ano em que o MEC realizou o cadastramento, havia, ao todo, 11.343 psicólogos registrados. Quatro anos depois, quando os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia já tinham, presumivelmente, absorvido todo o serviço antes executado pelo MEC, havia no País 12.139 psicólogos com registro profissional; em 1980, esse número quase dobrou (22.387); em 1984, duplicou novamente (45.408); e, em 1986, chegou a 60.401 (ver gráfico).

PSICÓLOGOS INSCRITOS (ATIVOS E INATIVOS)

BRASIL E 6ª REGIÃO



Tal crescimento, obviamente, estava relacionado com a expansão quantitativa de cursos de Psicologia, estimulada, por sua vez, pelas possibilidades de mercado abertas com a regulamentação da profissão de psicólogo. Em 1983, pouco mais de uma década após a fundação do Instituto de Psicologia da USP, já havia 76 cursos em todo o País, dos quais 50 em instituições privadas e 26, públicas — número superior ao dos cursos, por exemplo, de Medicina ou de Engenharia Civil. O Estado de São Paulo, principal base do CRP-06, concentrava grande parte dos cursos de Psicologia. Não por acaso, também ali se encontravam, quase a metade dos psicólogos em atividade no País.

Como não poderia deixar de ser, a maioria desses psicólogos era jovem. Em 1981, no Estado de São Paulo, havia 55,8% de psicólogos com 22 a 30 anos de idade e 33,9% com 30 a 40 anos. Em 1987, em toda a região abrangida pelo CRP-06, eles tinham envelhecido ligeiramente: 35,6% na faixa etária de 22 a 29 anos e 51,8% na de 30 a 39 anos. Segundo a pesquisa do CFP, a média nacional não era muito diferente disso, oscilando, para faixa de 22 a 39 anos, entre 73% (CRP-03) e 90% (CRP-08).³

Ambas as pesquisas também mostraram que havia uma grande predominância de mulheres entre os psicólogos: em 1981, no Estado de São Paulo, 87,6% de profissionais em Psicologia eram mulheres; em 1987, no País, essa taxa situou-se entre 82% (CRP-04) e 90% (CRP-03 e CRP-07), ficando o CRP-06 com 85,7%.

Segundo o *Jornal do CRP-06*, os demais dados coletados pelo DIEESE para o Estado de São Paulo podem ser assim resumidos:

Dos que se formam, 43% complementam sua formação.

A maior procura é para Psicologia Clínica (59%), seguida de Psicologia Organizacional (15%), Psicologia Educacio-



Capa do livro publicado pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo.

3. O CRP-08, com jurisdição no Estado do Paraná, foi criado em 1979.

nal (9%) e a área de ciências humanas (6%) (...).

(...) Dos que se formaram, 66% exercem a profissão. Dos 34% que não exercem, 15% estão desempregados, 17% exercem outra atividade profissional e 2% nunca trabalharam. Um outro dado preocupante: menos de 30% das famílias de psicólogos conseguem a maior parte da renda familiar desta profissão, que necessita ser complementada pelo trabalho do cônjuge ou dos pais.

(...)

Dos que exercem a profissão, 54% são autônomos, 37% contratados pelo regime da CLT e 4%, funcionários públicos. “O número de autônomos — lembra a presidente do Sindicato [de Psicólogos no Estado de São Paulo, Ana Maria Bahia Bock] — poderia levar a acreditar que a situação é boa. No entanto, a pesquisa demonstrou que esta situação ocorre porque é a única possibilidade que a categoria encontra de se vincular ao mercado.” Apesar de autônomos, estão ganhando de 1 a 3 salários mínimos e meio, trabalhando de 1 a 20 horas por semana.

“Na realidade, a Psicologia se caracteriza como um subemprego”, diz Ana Maria. Dos desempregados (15% do total), mais da metade (54%) simplesmente não encontra emprego, 15% não encontram salário satisfatório e 6% não encontram emprego na área de interesse.⁴

Segundo o DIEESE, a remuneração média do psicólogo no Estado de São Paulo, em 1981, era de 6,4 salários mínimos. Cerca de 60% da categoria, no entanto, recebiam abaixo dessa média e quase 20% menos de 2,5 salários mínimos. É preciso também levar em conta que embora o salário mínimo fosse fixado em Cr\$ 11.928,00 (novembro de 1981), o DIEESE calculava que seu valor deveria ser de Cr\$ 37.300,00. Por tudo isso, a presidente do Sindicato dos Psicólogos, encarregada de apresentar os resul-

4. Sindicato mostra pesquisa, *Jornal do CRP-06*, nº 17, set./out. 1983.

tados da pesquisa durante a posse dos conselheiros do CRP-06 eleitos para o triênio 1983-1986, arrematava:

“Na realidade, a Psicologia se caracteriza como um subemprego” (...). Dos desempregados (15% do total), mais da metade (54%) simplesmente não encontra emprego, 15% não encontram salário satisfatório e 6% não encontram emprego na área de interesse.⁵

DEPOIMENTO

Pegando os dados da pesquisa que o Sindicato e o Conselho fizeram sobre o perfil do psicólogo, a gente vê que a categoria é extremamente conservadora. Até acho que os Conselhos que fizemos foram muito avançadas em relação à categoria. Acho que a nossa eleição refletiu mais um momento de reação contra a ditadura, um esforço concentrado para sair do lodo, mas não que a categoria tivesse tido uma visão política. Então, havia um descompasso entre o que a gente propunha e o que a maioria da categoria queria. Mas era uma contradição, porque, afinal, éramos eleitos. Não mentíamos para a categoria. Quando a gente expunha a nossa plataforma, eles sabiam o que estava acontecendo. Mas a questão da coerência política não é só da categoria, o País é assim.

(Sérgio Leite)

5. Idem.

PERFIL DO PSICÓLOGO: UM DEBATE

Em dezembro de 1983, o CRP-06 e o Sindicato dos Psicólogos realizaram um debate sobre os dados coletados pela pesquisa do DIEESE com os psicólogos Ana M. Bahia Bock, Yvonne Gonçalves Khouri, Kimie Yamamoto, Lazslo Antônio Ávila, Luiz Humberto Sivieri, Marilena Kerches de Oliveira Silva Leite, Odette de Godoy Pinheiro, Sérgio Antônio da Silva Leite, Sueli Duarte Pacífico e Wanda Maria Junqueira Neves. Abaixo, resumo dos itens desse debate, extraídos de O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo:

1. Uma profissão feminina

O fato (...) [de a] categoria ser feminina é um dos determinantes das condições observadas: trabalha pouco, ganha mal e está satisfeita com a profissão.

2. A profissão centrada na prática clínica

Quando alguém diz que é psicólogo, a primeira coisa que se pergunta é onde é seu escritório.

Uma consequência da ênfase nessa prática é que despreparou o psicólogo para assumir novos mercados com possibilidades mais amplas.

3. O problema da formação profissional

O "boom" da universidade possibilitou à classe média o sonho da ascensão pela educação. É um mito... Hoje você estuda cinco anos para ficar desempregado.

A população não está sendo atendida pelo psicólogo... Então, que formação é essa, considerada social, que não atinge a maioria da população?

4. O problema do currículo dos cursos de Psicologia

Conclusão da Comissão de Ensino do CRP em 82: não é possível pensar uma reformulação curricular enquanto se mantiver a atual estrutura da universidade.

5. Condições de trabalho

Talvez tornar-se autônomo seja a única forma que o psicólogo encontra para se vincular ao mercado de trabalho.

6. O papel das entidades de classe

A imagem do Sindicato para a categoria é daquele órgão que vale quando o indivíduo tem patrão, e de preferência use macacão... É uma coisa de proletário, não de liberal...

7. Perspectivas para a categoria

A possibilidade (...) [de a] categoria se firmar como socialmente importante vai depender de sua capacidade de se auto-rever, buscar novas formas de atuação... Neste sentido a entidade é muito importante.

(Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região. O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo. São Paulo, Cortez, 1984, pp. 99 ss.)

FORMAÇÃO, BANALIZADA

Nesses últimos 20 anos, acho que a formação do psicólogo foi para pior, houve uma banalização muito grande. O que aconteceu foi que o governo brasileiro decidiu que todo mundo precisava fazer faculdade, e aí se fez com que os cursos menos problemáticos se multiplicassem, sem importar para a qualidade. Nisso estavam envolvidos interesses fortes; há gente que lucrou muito com isso. O problema não é que se multiplicaram os cursos e o número de psicólogos; afinal, todo mundo tem o direito de fazer faculdade. Mas uma *boa* faculdade. O problema está nessa palavrinha. Se é para multiplicar, então que se multiplique, mas de uma forma que se possa garantir uma formação de qualidade. Contra toda



essa banalização, acho que o Conselho deve tentar manter a Psicologia como algo que tem o que dizer, que tem o seu papel social.

No caso da USP, acho que ela mudou bastante o tipo de formação que dá, mas não vejo como poderia ser diferente. Primeiro, porque a Psicologia evoluiu. A par disso, a sociedade evoluiu e está evoluindo por um outro lado. A situação econômica das pessoas é muito diferente da época que fiz faculdade. Hoje, o aluno não chega na universidade com uma visão romântica de que “eu vou aprender tudo que

puder”; ele chega muito mais realista: “eu vou aprender, porque preciso sobreviver num determinado tipo de sociedade”. Isso muda muito a forma com que as pessoas encaram a sua própria formação, e, em função disso, os docentes também acabam mudando. O aluno já tem idéias muito claras do que quer para sua própria sobrevivência — e acho que está certo, até certo ponto. O que critico nos meus alunos é que isso está levando a uma perda da curiosidade, que acho essencial nessa fase da vida — curiosidade não para ser pesquisador no futuro, mas para abrir a possibilidade de ser crítico na sua própria profissão e na sua própria sociedade.

(Regina Maciel)

CAPÍTULO 8



Defesa do mercado de trabalho

Subemprego e até mesmo desemprego já faziam parte do dia-a-dia do psicólogo. Esse foi o caso da demissão de psicólogos das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), registrado no livro de atas do CRP-06, em 4/1/1982:

Tendo em vista a demissão em massa de professores psicólogos na citada faculdade, ocorrida neste final de ano; e tendo em vista que tal prática vem se tornando mais e mais freqüente em diversas outras faculdades de Psicologia, nas quais tais demissões ocorrem sem justa causa, e com finalidade de conseguir um rebaixamento de salário que atinge a dignidade da profissão, refletindo-se também na qualidade do ensino superior de Psicologia, decidiu-se o plenário publicar em jornais de grande circulação um comunicado, denunciando tal prática, bem como alertando quanto à infração ética que significa o aceitar cargo de colega demitido em tais condições (...).¹

Jornal do CRP /06 NOVEMBRO/DEZEMBRO — 1981
ANO 1 Nº 6

ÓRGÃO OFICIAL DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO

Demissões de psicólogos nas FMU provocam reação da categoria

A FMU entrou na era do marketing. O ensino é um produto; os alunos, os consumidores. Assim, as questões pedagógicas passam a um segundo plano. Essa foi a única "explicação", dada verbalmente a um professor demitido, urdida pela direção das Faculdades Metropolitanas Unidas para as quase 100 dispensas de professores, 24 dos quais supervisores do 5º ano de Psicologia (todo um departamento), ocorridas em janeiro. Essas demissões, feitas por carta, já se tornaram praxe no período de férias, em que muitos professores e alunos se encontram fora da cidade, tornando difícil qualquer reação organizada. Além disso, janeiro é um período em que a lista de aprovados nos vestibulares ocupa as páginas dos jornais. E as demissões de professores em janeiro há muito deixaram de ser novidade.

E não é só na FMU que ocorreram demissões de supervisores (os quais, é importante lembrar, são todos credenciados junto ao CRP). Na Faculdade de Farias Brito foram demitidos 5 dos 9 supervisores de clínica psicológica, após uma série de desentendimentos entre o departamento e o novo diretor de clínica. Ao que tudo indica, ele detém o direito de pretensão impor ao funcionamento da clínica, inclusive cortando

que impostos e a educação esteja entre as obrigações do Estado. Da privatização decorre uma estrutura empresarial que desvincula ensino e pesquisa e remunera os professores apenas por horas-aula e não por suas demais atividades, como atendimento a alunos, preparação de aulas, etc. Tudo isso vem acarretar uma queda crescente no nível desse mesmo ensino e, consequentemente, dos profissionais por ele formados.

Desta forma, as instituições particulares de ensino superior tornaram-se verdadeiras "indústrias", proliferando em número muito grande e tendo seus interesses voltados apenas a uma rentabilidade cada vez maior, em detrimento das preocupações didáticas e pedagógicas. Assim, tem-se um único professor para uma classe de mais de 100 alunos e a sistemática substituição dos mestres que atingem um determinado status profissional (e, portanto, salarial) por outros de nível inferior.

As cíclicas demissões de janeiro inserem-se nesse quadro. Elas continuam a ocorrer, não obstante as escolas particulares de ensino superior obtenham anualmente substanciais reajustes nas mensalidades com base justamente em suas folhas de pagamento. Uma vez obli-

tem tido uma atuação decidida frente às sistemáticas dispensas injustificadas de professores, ocorridas nesta época de férias. "A entidade não só não tem assumido suas responsabilidades, como até opõe dificuldades à filiação dos professores", destacou um dos professores presentes à reunião do sindicato.

Uma das resoluções desta reunião (que teve um caráter preliminar) foi justamente procurar-se a diretoria do SINPRO e cobrar um posicionamento mais claro da entidade. Foram também propostas a regularização de reunião das entidades ali presentes, no sentido de dar continuidade à movi-

mentação e fazer frente às demissões injustificadas; reuniões das mesmas entidades representativas dos professores junto às direções das escolas, em que ocorrerem demissões, a fim de discutir as medidas cabíveis; pressão junto à Assembleia Legislativa e ao Ministério do Trabalho (algumas demissões tiveram inclusive um caráter legal, como a de uma professora grávida na FMU); fiscalização, por parte dos sindicatos, Conselhos Regionais e Associações Profissionais, no sentido de quem substituir os demitidos e uma luta geral pela estabilidade no emprego.

(Veja a posição do CRP na página 2)

Jornal do CRP-06 denunciando as demissões nas FMU. Abaixo, comunicado oficial da entidade sobre a questão.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO
SÃO PAULO - MATO GROSSO - MATO GROSSO DO SUL,
AV. BRIG. FARIA LIMA, 1084 - 10º ANDAR - TEL. 212-8111 E 212-8133 - CEP 01452 - SÃO PAULO**

COMUNICADO

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, face às inúmeras demissões sem justa causa, dos coordenadores e supervisores responsáveis pelos serviços de estágios profissionalizantes, bem como de professores psicólogos do Curso de Formação de Psicólogos da Faculdade de Psicologia das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, que podem implicar em rebaixamento salarial que atingirá a dignidade da profissão, levando, consequentemente, à deterioração da qualidade do ensino, com todas as implicações conhecidas ao prestígio profissional, comunica que, com base no Artigo 79 do Código de Ética Profissional dos Psicólogos no Brasil, considera em infração ética, e portanto sujeitos às penalidades previstas pela Lei Federal nº 5.766 de 20 de dezembro de 1971, Capítulo VII, os psicólogos que aceitarem emprego ou tarefa deixados pelos colegas demitidos.

São Paulo, 04 de janeiro de 1982.
MOYSES CAMPOS DE AGUIAR NETTO
Conselheiro-Secretário

Comunicado publicado pelo CRP nos principais jornais de São Paulo.

O problema não era propriamente de ordem profissional e sim, trabalhista — e, portanto, sindical. Mas diante da situação por que passava a categoria, o CRP-06 não podia se omitir: assumindo o que lhe competia, orientou os psicólogos que não foram demitidos a não acumularem as atribuições dos demitidos — como vinha solicitando a direção da escola —, esclarecendo que tal atitude era passível de punição prevista no Código de Ética. Além disso, comunicou o ocorrido ao CFP e aos demais CRPs; encaminhou um ofício ao Ministro do Trabalho, esclarecendo

DEPOIMENTO

Na questão das FMU, o Conselho assumiu que não devíamos deixar isso em branco. Porque se percebeu que a questão da formação não era um problema do currículo mínimo, mas da faculdade, da carreira docente — falta de docente bem formado —, do tipo de concepção que estava sendo transmitido nos cursos. Quando a gente se apercebeu disso, deixamos de brigar com o Conselho Federal de Educação em torno da mudança do currículo mínimo, e a luta passou a se concentrar em função das questões concretas que surgiram principalmente nos cursos que proliferavam por aí, que eram basicamente caça-níqueis. Agora, o que é que a gente conseguiu? Praticamente nada. No nível de formação, acho que os avanços na discussão foram grandes, mas no nível de lei foi quase nada, porque a coisa toda está na mão de um órgão chamado Conselho Federal de Educação, que órgão foi dominado pelo capital privado ou pelo ensino particular.

(Sérgio Leite)

sua posição; e convidou a delegada do MEC em São Paulo a debater o caso em uma reunião plenária.

O CFP, após reunir-se com o Ministro do Trabalho, sugeriu que o CRP-06 reconsiderasse a decisão de instaurar processo ético contra aqueles que assumissem as vagas dos demitidos, contanto que a escola voltasse atrás em relação a algumas demissões. O CRP-06, porém, manteve sua posição. A tensão era muito grande:

O conselheiro Luís Otávio de Seixas Queiroz apresentou proposta de reunião paritária do Conselho Regional de Psicologia — 6ª Região (CRP-06) com as FMU, apresentada pelo presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Waldecy Alberto Miranda, a ser marcada naquela instituição. Decidiu o plenário apenas estabelecer contato com a referida entidade, após recebimento do ofício de desagravo do CFP, conforme decisão da plenária daquele Conselho reunida em 20/3/1982, em Brasília; o contato, se ocorrer, deverá ser marcado através do Conselheiro-Secretário, e sem a presença do sr. Waldecy Alberto Miranda.²

A Sociedade de Psicodrama de São Paulo solidarizou-se, em carta, com a atitude assumida pelo CRP-06 em relação à demissão dos psicólogos das FMU. Outras cartas e telegramas de apoio também chegaram ao CRP-06. O próprio CFP, em ofício datado de 30/3/1982, acabou por apoiá-lo. Por fim, duas psicólogas solicitaram um parecer do CRP-06 sobre as condições de contratação propostas pelas FMU. Investigação feita, apurou-se que "as condições anteriores (...) são exatamente iguais às atuais declaradas pelas interessadas".³ O *Jornal do CRP-06* já podia comemorar, mas sem baixar a guarda:

2. Ata da 241ª Reunião Plenária do CRP-06, de 22/3/1982.

3. Ata da 245ª Reunião Plenária do CRP-06, de 19/4/1982.



No detalhe da capa do Jornal do CRP-06 sobre o "Caso FMU", fac-símile da carta de demissão, em que a direção da escola deseja aos dispensados "sucessos sempre crescentes na difícil carreira que escolheu".

O "caso FMU" parece estar praticamente resolvido. Segundo o novo coordenador de estágios da escola, todos os supervisores contratados em substituição aos demitidos foram admitidos em condições idênticas às destes, tanto em termos de salário como de atribuições e de carga horária.

(...)

A Comissão de Orientação e Fiscalização levantou um dossiê dos convites feitos para preenchimento de vagas dos demitidos. Se (...) se constatar alguma irregularidade, o CRP mantém sua disposição de instaurar processos éticos, conforme fez publicar nos jornais de grande circulação, em janeiro deste ano.⁴

Esse foi, talvez, o caso mais rumoroso de demissão, mas não o único. Em janeiro de 1982, o CRP-06 recebeu uma denúncia de

4. FMU recua e contrata nas condições exigidas pelo CRP, *Jornal do CRP-06*, nº 8, mai./jun. 1982.

DEPOIMENTO

Acho que tínhamos uma visão bem clara de que havia um campo em que poderíamos estar atuando muito bem: o campo da Educação. Acho que tentamos mudar nesses anos e pensar um pouco mais a nossa participação enquanto pessoas que lidam com o povo — isso foi uma marca muito grande nossa, de estar repensando a formação no sentido de possibilitar ao psicólogo uma ação social maior. Nesse sentido, tivemos também que estar defendendo alguns campos que não estávamos valorizando suficientemente, por exemplo, a questão do psicólogo no ensino de 2º grau. Quando a lei abriu essa possibilidade para psicólogos, nós não nos apresentamos e, claro, o governo teve que resolver o problema, permitindo que os pedagogos entrassem nesse campo. Então, fizemos um trabalho de retomar esse espaço, não no sentido de preterir os pedagogos, mas de possibilitar que os psicólogos também pudessem trabalhar e tivessem preferência pela sua formação mais específica, especialmente em relação ao 2º grau.

(Yvonne Khouri)

demissões de psicólogos na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. Suspeitava-se que o motivo dessas demissões — “falta ética” — encobrisse perseguição político-ideológica. O curioso era o fato de a denúncia ter sido encaminhada ao CRP-06 e não ao CRP-04 (que abrange Minas Gerais e Espírito Santo) — para onde o caso foi, afinal, remetido. Ainda no início de 1982, o CRP-06 também cuidou de demissões nas Faculdades Paulistas e nas Faculdades Farias Brito.

Havia também problemas de contratação. Em junho de 1981, o CRP-06 e o Sindicato dos Psicólogos realizaram uma reunião para discutir o problema de mais de cem psicólogos da Prefeitura Municipal de São Paulo, que, concursados em 1977, até então não haviam sido convocados. Audiências com as autoridades foram marcadas; numa delas, o Secretário da Higiene e Saúde “previu o aproveitamento dos psicólogos concursados para os postos de saúde que irão ser criados pela Prefeitura”.⁵

Mas nada de convocação. Em 2/12/1981, no primeiro dos processos movidos contra a Prefeitura, os psicólogos obtiveram total ganho de causa. A Prefeitura, no entanto, entrou com recurso, que só seria julgado em 1983, dando novamente ganho de causa aos psicólogos. Num outro processo, os psicólogos obtiveram sentença desfavorável na primeira instância, mas ao recorrerem, conseguiram reverter a situação.

O CRP-06 também tratou da criação de cargos e funções para o psicólogo. Em março de 1982, decidiu enviar um ofício ao governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, solicitando que sancionasse a lei, recém-aprovada pela Assembleia Legislativa, que instituía a assistência psicológica na rede estadual de ensino. A lei, no entanto, seria vetada.

5. Ata da 217ª Reunião Plenária do CRP-06, 24/8/1981.

Outra frente de defesa da profissão aberta pelo CRP-06 foi a reivindicação da possibilidade de deduzir do imposto de renda os honorários pagos pelos serviços psicológicos, tal qual fazem os pacientes de médicos. Tal proposta equivalia mais do que tentar aumentar a clientela dos psicólogos em tempo de crise: significava fazer reconhecer o psicólogo como profissional com *status* equivalente ao do médico — e isto exatamente quando propostas como a do deputado Salvador Juanelli desqualificavam-no, procurando subordiná-lo ao médico.

Por sinal, a questão do imposto de renda passou a ser cogitada pelo CRP-06, ainda sob a gestão dos conselheiros do triênio 1977-1980, na época em que esse deputado havia apresentado o seu malogrado projeto. Numa reunião plenária, no primeiro semestre de 1980, o conselheiro Carlos Del Nero aproveitou a presença da então conselheira federal Maria Ignez-Longhin de Siqueira para solicitar ao CFP apoio à reivindicação. Em agosto, o CRP-06 decidiu

oficiar ao CFP sugerindo que inicie gestões enérgicas junto ao Ministério da Fazenda no sentido de que serviços psicológicos sejam considerados dedutíveis (...).⁶

Logo em seguida, houve a renovação do Conselho, mas a causa permaneceu. Na reunião plenária do CRP-06, de 5/10/1981, a conselheira Ghislaine Gliosce da Silva Moreira informou que assessores da Receita Federal entraram em contato com o CFP, comunicando que estavam elaborando uma portaria ou um projeto de lei permitindo a dedução do imposto de renda de despesas com psicólogos. O próprio secretário da Receita Federal, porém, desmentiu a informação.

Diante do impasse, o CRP-06 decidiu alargar a questão, situando-a na luta pelo direito de todos à saúde:

6. Ata da 166ª Reunião Plenária do CRP-06, 4/8/1980.

DEPOIMENTO

Como era uma profissão nova, havia muita incompreensão da função do psicólogo, e foi por isso que houve essa resistência para que a Receita Federal considerasse a atuação do psicólogo como uma atividade que pudesse ser, a exemplo da clínica médica, também dedutível do imposto de renda. Eu me lembro que foi na minha gestão que iniciamos todo o trabalho junto ao Ministério da Fazenda, para que as pessoas com o atendimento psicológico fossem contempladas na dedução do imposto de renda. Posteriormente, fonoaudiologia e a fisioterapia, que são outras especialidades que não são médicas propriamente ditas, também foram incluídas. Temos o fisioterapeuta, o fonoaudiólogo e o psicólogo, todos eles contribuindo para o bem-estar da pessoa, e todos esses agora estão contemplados pela Receita. Quer dizer, é uma questão de evolução e de compreensão melhor das funções das diversas profissões.

(Arrigo Angelini)

A conselheira Vera Lúcia Colucci relatou os trabalhos desenvolvidos (...) junto ao Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo; nesse sentido, está-se elaborando uma carta historiando o problema, além de uma pesquisa junto aos psicólogos clínicos, para se saber como têm resolvido a questão [e] verificar se é de seu interesse essa luta; este último ponto foi amplamente discutido pelos conselheiros presentes que, ao final, decidiram pela manutenção da posição do CRP-06, em termos de uma luta pela questão da saúde, como um todo, e do psicólogo como profissional a ela ligado, em particular.⁷

Em 27/3/1982, uma reunião de psicólogos, deliberou pela continuidade do movimento, ratificando que a luta era

pela qualificação do psicólogo como profissional de saúde, que efetivamente é, junto à Secretaria da Receita Federal (...) [e] pelo direito do contribuinte a abater as despesas com psicólogos (...).⁸

Também se decidiu que a questão teria ampla divulgação pelos meios de comunicação de massa; programaram-se reuniões entre várias entidades de psicólogos e a Receita Federal; e os parlamentares seriam pressionados. O desfecho dessa história foi anunciado em um título no *Jornal do CRP-06*: "Em setembro, IR promete regulamentar dedução".⁹ De fato, a partir de 1983 (e valendo para o exercício fiscal de 1982), pessoas físicas passariam a abater no imposto de renda as despesas com serviços psicológicos.

7. Ata da 237ª Reunião Plenária do CRP-06, 1/3/1982.

8. Ata da 243ª Reunião Plenária do CRP-06, 5/4/1982.

9. Projeto prejudica psicólogos e mobiliza categoria, *Jornal do CRP-06*, nº 8, mai./jun. 1982.

Defesa do espaço de atuação profissional nunca saía da ordem do dia. Em 1983, tramitou na Comissão de Legislação Social do Congresso Nacional o projeto de lei nº 32/80, que tornava privativa do Técnico de Administração uma série de cargos, funções e atribuições que há muitas décadas tem sido tradicionalmente responsabilidade dos psicólogos, como a chefia, seleção e administração de pessoal.¹⁰

Contra tal projeto, foi encaminhado um abaixo-assinado à Comissão de Legislação Social; telegramas de repúdio foram endereçados aos parlamentares; e comunicados na imprensa buscaram sensibilizar a opinião pública. O projeto receberia parecer contrário da Comissão de Legislação Social.

De modo semelhante, a Câmara dos Deputados também rejeitou, em junho de 1983, o projeto nº 2.303-A/79, que dava regulamentação ao musicoterapeuta, impedindo aos psicólogos o uso de técnicas de expressão corporal e a música nos procedimentos terapêuticos. Mas em 1984, um projeto de lei semelhante, regulamentando a profissão de musicoterapeuta, tramitou no Congresso Nacional, exigindo novas moções de repúdio do CRP-06. Acatando esses protestos, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal rejeitaria o projeto.

10. *Jornal do CRP-06*, nº 13, mar./abr. 1983.

CONFLITO ENTRE PROFISSÕES

Hoje, a Psicologia está consolidada. No entanto sempre há tentativas, alguma iniciativa mais conservadora, como a do projeto Juanelli, que era um projeto que subordinava todo profissional de saúde a um médico. E isso ainda existe em algumas práticas. Alguns convênios de saúde só pagam o trabalho do psicólogo se for indicado por um médico. Então, esses conflitos persistem, especialmente quanto aos médicos. O modelo dominante da Psicologia, que aparece para a sociedade, no qual ela é identificada, é o modelo médico. Então, no momento em que surgiu, ela veio disputando um espaço que era dos médicos. O conflito também persiste não mais em termos da disputa da



exclusividade no mercado, mas da disputa de poder. Por exemplo, nas unidades de saúde, há profissionais de várias áreas. Entre eles, o psicólogo é quem tem mais prestígio, depois do médico. Então, muitas vezes há disputa com o poder do médico. É claro que há diversas nuances. Há lugar em que existe realmente um trabalho de equipe, com respeito e integração. Em outros lugares, há um conflito permanente entre médico e psicólogo; e em outros, até com assistente social.

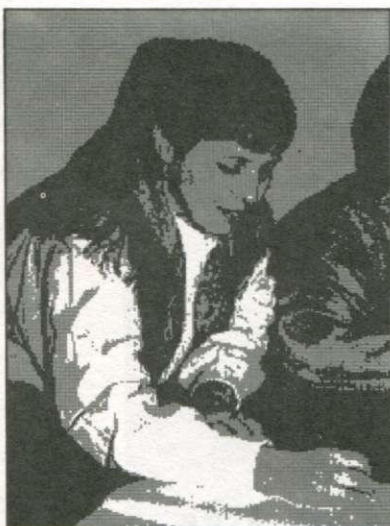
Com os educadores também, como é o caso

dessa questão da Psicopedagogia. Quiseram até criar um curso de Psicopedagogia, que é uma coisa integrada na prática do psicólogo. A disputa se faz também até no magistério, de matérias de Psicologia. Por exemplo, o pedagogo, até uma certa época, tinha prioridades sobre o licenciado em Psicologia para lecionar disciplinas psicológicas no 2º grau. Depois, houve uma ação no Conselho e isso foi corrigido. Os administradores de empresas também quiseram passar uma lei estabelecendo que qualquer cargo de gerência, de gerenciamento, de chefia tinha que ser ocupado por administrador.

(José R. Tozoni Reis)

DISCUSSÃO QUE DEIXA DOENTE

Qual é a diferença entre um engenheiro e um arquiteto? Onde acaba um e onde começa o outro? Qual é a diferença entre um psicólogo profissional e um administrador? O que pode fazer um e o que pode fazer o outro? Discutir reserva de mercado é deixar qualquer um doente, porque é uma discussão que não deveria acontecer. Com os pedagogos, chegamos a realizar uma discussão aberta em que a gente discutiu as formas de atuação, onde é que fica a Psicologia, onde é que fica a Pedagogia. A discussão não se esgotou, mas o que mais me deixava brava era que, no meio da discussão importante do ponto de vista teórico, a gente era obrigada a introduzir toda a questão financeira e jurídica de reserva de



mercado. Na minha opinião, se o mercado brasileiro fosse suficientemente educado e consciente, não haveria necessidade de estar fazendo essa discussão. Profissional é profissional, seja fazendo X, Y, Z, ele é competente, quer dizer, a questão da competência vai passar não mais por uma definição legal, mas por uma definição de mercado. E hoje a gente não tem isso porque a população não sabe. Então, fica essa confusão. Ficar discutindo com o Conselho de Administração se a gente pode ou não pode fazer tal

coisa é uma discussão ridícula, que não leva a lugar nenhum, porque o importante não é isso; o importante é quem está recebendo esse serviço e se está recebendo um bom serviço. Para isso, o que importa é existir profissional competente, seja ele administrador, psicólogo, médico, o que for. Essa discussão da reserva de mercado me deixava louca da vida, que é uma coisa que não deveria acontecer, mas acaba acontecendo, até porque a própria fundação dos Conselhos passa por aí — a questão de quem pode ganhar o quê e como, quem pode vender o quê ou fazer o quê. Está errado, está errado!

(Regina Maciel)

CAPÍTULO 9

Conflito com o CFP

A rotina do CRP-06 tornava-se cada vez mais agitada. Sintoma dos novos tempos, o órgão deparava-se com questões inusitadas como implicações éticas “em caso de paralisação do trabalho como instrumento de reivindicação”.¹ Certos hábitos e estilos de condução da entidade foram abandonados. Esse foi o caso de “Psicólogo do Ano”. Por sinal, em 1981, a última pessoa que foi indicada para essa homenagem — a Madre Cristina Dória, do Instituto Sedes Sapientiae — não aceitou a láurea e sugeriu que se realizasse, no Dia do Psicólogo, uma mesa-redonda sob sua coordenação. O próprio Dia do Psicólogo perdeu o caráter solene e cerimonioso: em 1982, a data foi comemorada com um debate sobre planos de saúde, a educação e o desemprego, contando com a participação de representantes de partidos políticos.

1. Ata da 203ª Reunião Plenária do CRP-06, de 18/5/1981.

Nesses tempos de mudanças, a categoria dos psicólogos cresceu consideravelmente e com um novo perfil, ampliou-se o mercado de trabalho e surgiram novas demandas, novos problemas. Respondendo a isso e também executando as diretrizes que haviam concebido, os conselheiros multiplicaram as comissões e grupos de trabalho ("formais" e "informais"). Mais do que isso, na reunião plenária de 6/6/1982, aprovou-se um sistema de avaliação constante do desempenho do próprio CRP-06:

Decidiu-se: 1) As comissões passarão a ter a primeira meia hora de cada reunião plenária ordinária, para relato e discussão de suas atividades. 2) Que

a cada dois meses se proceda a uma reavaliação global do desempenho do conselho. 3) Cada comissão terá um fiscal como integrante e à disposição para as atividades de fiscalização que a própria comissão designar, devendo a Comissão de Orientação e Fiscalização coordenar administrativamente o trabalho de todos os fiscais. 4) As comissões serão reformuladas em sua composição, à medida (...) que seu funcionamento seja discutido em plenária. 5) O "*Jornal do CRP-06*" deverá ser reformulado para que melhor atenda seus objetivos.²

As reformas prosseguiram na reunião seguinte, de 6/6/1982, destacando-se a necessidade de aumentar o número dos conselheiros. A esse respeito, o *Jornal do CRP-06* esclarecia:

2. Ata da 252ª Reunião Plenária do CRP-06, de 6/6/1982.



Madre Cristina, do Instituto Sedes Sapientiae, no Dia do Psicólogo, de 1981.

DEPOIMENTO

Fizemos toda a organização visando aproximar o Conselho e a categoria, com novas comissões, novos programas. Por exemplo, me lembro que a Comissão de Fiscalização tomou um outro aspecto, de aconselhamento, em que se enfatizava a orientação. Passou a desenvolver-se num sentido de revisão de códigos, de participação da categoria enviando sugestões. Foi um trabalho bastante grande, feito nos Regionais e centralizado no Federal, com a possibilidade de organização de um novo Código de Ética. Além da Comissão de Orientação — já nem falo mais de Comissão de Fiscalização, mas de Orientação —, criaram-se novas comissões para campos que achávamos muito importantes, como Educação, em que não havia comissão. E nessas comissões começaram a se integrar psicólogos que não eram conselheiros e que trabalhavam nessas áreas. Isso enriqueceu muito o tipo de informação, o tipo de proposta que o Conselho podia apresentar.

(Yvonne Khouri)

A obrigatoriedade de um exame minucioso dos processos éticos e infrações disciplinares, oriundos de uma crescente atividade de fiscalização e, ainda, a necessidade do incremento das demais atividades de orientação e formação profissional, determinaram o envio de proposta do CRP ao Conselho Federal de Psicologia, no sentido de autorizar o aumento do número de seus membros de nove para 15 conselheiros.

Além de não existir nenhum obstáculo legal, esta solicitação (...) permitirá a dinamização das atividades do CRP, excessivamente sobrecarregadas, pois os Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem a maior concentração de psicólogos de todo o País: mais de 15 mil profissionais.³

A proposta foi aprovada. Em 1983, as chapas que concorreram para a renovação do Conselho, já apresentavam listas de 30 candidatos, isto é, 15 efetivos e 15 suplentes.

Antes disso, em dezembro de 1982 houve as eleições no CFP. Para tal, o CRP-06 preparou uma plataforma, a ser submetida aos demais CRPs, que pudesse nortear a escolha de novos conselheiros e apontar para os rumos que o CFP deveria tomar. A idéia básica era de que o CFP deveria aproximar-se mais do conjunto da categoria, além de procurar enfatizar a função social do psicólogo. As oito CRPs subscreveram a plataforma, o que significava que os nomes por eles indicados para o CFP iriam agir de acordo com as diretrizes ali contidas.

Era claro sinal de que o CRP-06 discordava da forma como o CFP estava sendo dirigida, e o "caso FMU" havia evidenciado as tensões entre ambos os órgãos. Certamente, a questão financeira — o repasse de um terço da arrecadação bruta que os CRPs

3. CRP quer mais seis conselheiros, *Jornal do CRP-06*, nº 10, set./out. 1982.



Aspecto da comemoração do Dia do Psicólogo, de 1981, nas dependências do Sedes Sapientiae.

deviam ao CFP — contribuía para azedar a relação entre ambos. Mas a divergência de fundo era de natureza política. E um editorial no *Jornal do CRP-06*, após a posse da novos conselheiros federais, não deixava nenhuma dúvida:

Criados em 1971 (recorde-se a conjuntura em que vivia a sociedade brasileira), os Conselhos, Federal e Regionais, vêm cumprindo a sua função de "orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional", de uma forma muitas vezes marcada pelo autoritarismo. O próprio Regimento dos Conselhos traduz uma estrutura melhor conformada para as decisões de gabinete e, portanto, menos aberta para a ampla participação da categoria que congrega. Assim sendo, o CFP e os CPRs trazem em si contradições derivadas de sua estrutura, que devem ser enfrentadas pelas diretorias que os assumem.

(...)

Vejamos (...) a conduta do CFP. A categoria tem um quase absoluto desconhecimento sobre suas atividades. Para os psicólogos, o Federal é um obscuro gabinete de onde

emanam resoluções, portarias, alguns solenes boletins e uma ou outra comemoração.

Em suas práticas, o Conselho Federal revela seu fraco exercício democrático. Vejamos alguns exemplos: após ter recebido grandes subsídios, dos Regionais, para a formulação do Código de Processamento Disciplinar, prefere adotar sua forma pré-concebida. Em outra ocasião, o CFP decide regulamentar, como é da sua competência, a lei que define "métodos e técnicas psicológicos". Para tanto designa um reduzidíssimo grupo de psicólogos. Quando os Regionais recebem o ante-projeto, pedem um prazo para enviar contribuições, mediante consultas às bases. Com um prazo muito curto, os CRPs conseguem, ainda assim, realizar Assembléias e constituir grupos de estudo. Este processo não recebe continuidade por parte do CFP que, prematuramente, encaminha o projeto de lei. Neste semestre, o CRP-06 promoveu alguns encontros como conselheiros de outros Regionais, para discutir politicamente a eleição da Assembléia de Delegados e a composição do futuro CFP. O Conselho Federal considerou ilegais os gastos destas viagens e, amparado em seu Regimento, informou ao Ministério do Trabalho sobre a existência destes gastos. Este procedimento o retrata e aponta para seu distanciamento em relação aos Regionais. (...)

O CRP-06 participou da discussão e articulação da plataforma e da chapa desta diretoria do Federal que está assumindo. (...)

Será tarefa da nova diretoria do CFP assumir as dificuldades decorrentes destas contradições e lutar para se constituir em legítimo representante da categoria.⁴

4. CFP: uma avaliação, *Jornal do CRP-06*, nº 11, nov./dez. 1982.

PLATAFORMA PARA AS ELEIÇÕES DO CFP

Preâmbulo:

O CFP deve atuar em total identificação com os CRs e os psicólogos a quem deve representar e servir. Suas ações devem pautar-se pela constante consulta a sua base, ou seja, os psicólogos, para que sejam autenticamente representativas. Tais princípios implicam no redirecionamento da sua prática desenvolvida e da relação entre os diversos níveis da autarquia. Neste sentido, os níveis de decisão devem situar-se na categoria, cabendo aos CRs as funções de representação e coordenação regional e ao CFP a coordenação nacional. Portanto, propomos que cabe ao CFP a coordenação e unificação das diretrizes de atuação da autarquia, baseando-se nas propostas da categoria encaminhada através dos CRs.

Plataforma:

- 1) Lutar pela consolidação e ampliação do espaço profissional, levando em conta os interesses da população em geral; a ênfase deve recair sobre a função social do trabalho do psicólogo. (...)
- 2) Tomar iniciativas, juntamente com outras entidades, da discussão e encaminhamento de propostas que visem os grandes problemas sociais (saúde, educação, ecologia, direitos humanos etc.). Tal princípio implica (...):
 - participar de debates, bem como manifestar-se publicamente, dentro de sua competência, como representante dos psicólogos, sobre temas relativos à qualidade de vida da população, que visem sua melhoria ou que lutem contra sua deterioração;
 - estimular a formação e desenvolvimento de órgãos de representação da categoria e a constante colaboração e troca de informações;
 - encaminhar junto aos CRs formas concretas de participação nas discussões dos principais problemas sociais; (...)
 - apoiar as lutas dos sindicatos e associações profissionais da categoria, em especial as que dizem respeito às condições de trabalho e remuneração;
 - incentivar, pelos meios disponíveis, a pesquisa voltada para a realidade brasileira, auxiliando na sua divulgação;
 - articular-se com entidades de outras profissões, bem como com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em função dos projetos que dizem respeito à atuação do psicólogo.
- 3) Estabelecer as condições necessárias para que a categoria esteja em constante reavaliação social de sua atividade profissional, em especial na busca de novos e mais adequados modelos de atuação. (...)
- 4) Criar e implantar novas práticas que definam o caráter efetivamente democrático do CFP e de toda autarquia. Tal princípio implica (...):
 - abrir discussão em nível nacional visando à revisão do processo eleitoral do CFP;
 - implantar procedimentos que garantam a participação dos CRs e de toda a categoria na administração normativa, quando necessário; (...).

(Ata da 263ª Reunião Plenária do CRP-06, de 9/8/1982.)

DEPOIMENTO

Não acredito que sejam procedentes as as críticas ao CFP, de que ele foi criado como um mecanismo do governo militar para controlar a categoria. Eu vivi toda essa época, todo esse movimento... Realmente, tínhamos a aspiração de regulamentar a profissão, de estabelecer o status profissional do psicólogo no País. Coincidiu que tudo isso ocorreu na época do regime militar autoritário, mas não se pode só por isso admitir que esse regime tivesse influência sobre o Conselho. Não havia influência nenhuma do regime militar sobre o Conselho. Como era o período autoritário, e como o Conselho tinha certa subordinação ao Ministério do Trabalho, portanto, ao governo federal, logo se associam as coisas: "O governo era autoritário, então o Conselho era posto a serviço de um governo autoritário"... Não, nada disso é correto! Posso afirmar isso com absoluta tranquilidade, porque, como primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia, nunca sofri qualquer tipo de constrangimento ou influência do governo federal.

(Arrigo Angelini)

No fundo, o que estava em jogo eram concepções diferentes sobre a relação entre o Conselho; o Estado, que o instituiu; e a categoria profissional, de que é representante. Como conceber essa relação? Afirma um artigo de *Jornal do CRP-06*, em um balanço da gestão 1980-1983:

Autarquia do Ministério do Trabalho, o CRP tem sua atuação determinada pelo Estado e não pela categoria. (...) Repetindo o que afirmava o editorial que analisou os dois primeiros anos de gestão, a luta pela autonomia dos CRP para que sejam subordinados apenas àqueles que os mantêm e que lhe dão representatividade, não pode ser considerada separadamente da luta pela democratização da sociedade brasileira e pelo direito de livre organização de todos os segmentos da sociedade civil.⁵

5. Contabilizar ou refletir?, *Jornal do CRP-06*, nº 15, jul./ago. 1983.

ESTANHOS NO NINHO

O CFP é constituído pela assembléia dos delegados, que são dois representantes de cada Conselho Regional. Essa assembléia de delegados tem por atribuição aprovar o orçamento do CFP e eleger o CFP. Na primeira assembléia em que fomos, em outubro ou novembro de 1980, para aprovar o orçamento de 1981, já houve o primeiro confronto. Eu me lembro que fomos, eu e o Sérgio Leite, que éramos suplentes — a gente tinha abolido na prática essa distinção entre efetivo e suplente. E isso já foi uma alteração, porque nessas assembléias iam os presidentes dos CRPs. Eu me lembro que a gente entrava no Conselho, era um espaço meio sagrado, tinha que ter reverência, os funcionários tratavam os conselheiros com mesuras.



Então aconteceu o primeiro confronto, porque eles queriam comprar uma sede nova pro Conselho Federal e nós não aprovamos. Achamos que não tinha dinheiro e aí fizemos mudar o orçamento para aplicar em ações que a gente achava compatíveis. Naquela época estava ocorrendo mudanças também em outros Regionais e, então, foi possível fazer uma aliança desse tipo.

(José R. Tozoni Reis)

REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O CRP-06 que, no nível econômico, material, sustentava 70% do orçamento do Conselho Federal, sofria uma pressão muito forte por parte dos outros Conselhos Regionais, que propunham uma redistribuição de renda e também de poder em termos de número de representantes no Conselho. Então, o CRP-06 multiplicava os recursos, e dessa multiplicação muito ia para o Conselho Federal e pouco voltava. E tudo segundo um discurso “esquerdizante”, entre aspas, um discurso caricatural de esquerda, que é de redistribuição de tudo, independentemente das condições de produção. Então, tivemos muitos conflitos dos quais saímos nem sempre ilesos.

(Marlene Guirado)

CAPÍTULO 10

Em busca da participação

As eleições do CRP-06, de 22/7/1983, tiveram como pano de fundo essa discussão sobre o caráter da entidade, de que a divergência com o CFP era um dos sintomas. Inscreveram-se duas chapas. A Chapa 1, Palavra Aberta, propunha “prosseguir no caminho iniciado”, não sendo “aceitável qualquer retrocesso”. Apoiada pelos conselheiros da gestão 1980-1983, Palavra Aberta considerava que o Conselho não deveria dar tanta ênfase nas funções de controle, mas buscar ser “um ponto de referência para um trabalho conjunto de discussão e decisão”:

Entendemos que o CRP é um órgão que tem um papel a desempenhar no processo de mudança social e que por isso deve ser considerado um espaço articulador e coordenador de um trabalho conjunto da categoria, a partir de situações vividas pelo profissional.

Em resumo: diminuir a burocracia e aumentar a presença dos psicólogos no CRP e o debate.¹

A Chapa 2, Participação, afirmava querer conduzir o CRP e os psicólogos que representa "aos seus verdadeiros destinos". Declarava não ser, "portanto, por princípio, nem contra nem a favor de grupos". E concluía:

somos pela união da classe e pela conquista de posições sólidas, efetivas e racionais, através da ação consciente e realizadora.²

Votaram, ao todo, 11.773 psicólogos. A chapa Palavra Aberta foi a vencedora, com 6.640 votos, contra 4.801 dados a Participação, 182 brancos e 150 nulos. Na posse do novo Conselho, no Dia do Psicólogo, a conselheira presidente, Yvonne A. Gonçalves Khouri, reafirmou a comunhão de propósitos da sua chapa com as idéias expostas no balanço da gestão anterior do CRP-06:

A nosso ver, uma gestão do CRP, muito mais do que um grupo de conselheiros representantes, é um momento no processo de trabalho conjunto, é um espaço catalisador de experiências, de discussões, de decisões. É sempre um ponto de partida, e não de chegada. É ponto de partida (...) para a reflexão, sempre retomada, sobre as características normativa, controladora, repressiva e imobilizadora que foi conferida legalmente aos Conselhos (...). Exatamente por isso é fundamental ver o nosso CRP articulado num projeto libertador, de construção de uma postura ética e técnica, que garanta a eficiência do serviço que a categoria presta à população e que esteja aliado ao desenvolvimento da consciência crítica profissional.³

DEPOIMENTO

Na eleição seguinte, quando começou a chapa Palavra Aberta, houve grupos que se organizaram propondo coisas diferentes. Mas não eram nem grupos muito organizados. Acho que a gente estava respondendo às necessidades dos psicólogos, tanto que o grupo que tinha tido um pouco mais de prática democrática acabou sendo novamente vencedor. Acho que houve uma resposta muito feliz da categoria. Pelo que me lembro, ganhamos estourado.

(Yvonne Khouri)

1. *Jornal do CRP-06*, nº 14, mai./jun. 1983

2. *Idem*.

3. Trabalho e prática na ação compartilhada, *Jornal do CRP-06*, nº 17, set./out. 1983. Em nota de rodapé, o Jornal esclarece que o texto "reflete o pronunciamento da presidente do CRP-06, Yvonne A. Gonçalves Khouri, por ocasião da posse da nova gestão".



Material de campanha da chapa Palavra Aberta, para as eleições de 1983, no CRP-06.

A posse também serviu de ocasião para a apresentação dos resultados da pesquisa sobre o perfil do psicólogo, do DIEESE, seguida de debate. Nessa discussão predominou

um tom de queixa (...), quer em relação à formação do psicólogo, às entidades representativas, às alternativas de trabalho e à divulgação da Psicologia (...).⁴

Essas queixas expressavam a realidade da profissão e, não à toa, foram objeto de muita discussão na primeira reunião plenária da nova gestão, em 29/8/1983, merecendo até mesmo registro no livro de atas:

O conselheiro Sollero iniciou a avaliação (...) [apontando para] o tom de queixa que permaneceu durante o debate (...). (...) Segundo testemunho de não-psicólogos presentes ao debate, informou a conselheira Yvonne, a indefinição e queixas apontadas pelos psicólogos, discutidos em termos de "sua identidade profissional", deixou-os extremamente apreensivos e preocupados, chocados mesmo. (...) A necessidade de se trabalhar o pessimismo foi levantada pela conselheira Sueli (...). Em uma dessa colocação [sic], lembrou o conselheiro Álvaro das colocações das representantes do Sindicato [dos Psicólogos, que apresentaram a pesquisa do DIEESE], questionando a não-identidade do profissional psicólogo, e sugeriu aprofundamento de uma estratégia, mudando o enfoque da questão "qual é a identidade do psicólogo", para se trabalhar "a crise dessa identidade". De novo com a palavra, o conselheiro Luiz Carlos sugeriu que se aproveitasse a motivação e maior participação (...) para chamar os psicólogos para participarem nos trabalhos das comissões.⁵

4. Palavra Aberta assume com pesquisa e debate, *Jornal do CRP-06*, nº 17, set./out. 1983.

5. Ata da 320ª Reunião Plenária do CRP-06, de 29/8/1983.

Para a nova gestão, de fato, as comissões, "formais" e "informais", eram um dos principais meios de participação dos psicólogos para discutirem seus problemas e proporem soluções:

Dentro da visão de se manter e estimular uma atuação mais próxima do trabalho do psicólogo e tê-lo mais próximo do CRP, não bastavam as comissões formais, como as de Tomada de Contas, Ética ou Fiscalização. Foram incentivadas as comissões por área de atuação, criadas na gestão 1980/83 (como as de Educação, Ensino, Saúde Organizacional e Funcionalismo) e criada mais uma Comissão (de Contato) e dois Grupos de Trabalho (um para estudar o Regimento Interno e outro, questões administrativas). Muitas delas são comissões mistas, CRP e Sindicato dos Psicólogos.⁶

Também para propiciar maior participação, o funcionamento das reuniões plenárias foi alterado, com a abolição, na prática, da diferença hierárquica entre os conselheiros efetivos e os suplentes, passando todos a participarem em igualdade de condições. A própria diretoria passou a ser uma Comissão.

Além disso, a temida Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) — que, do ponto de vista jurídico, era praticamente a razão de ser do Conselho — passou por uma série de reformulações de função, aprofundando o que já se esboçava desde a gestão anterior:

Os profissionais que tiveram contato com a COF sabem que a atuação dos fiscais é sobretudo de orientação. No entanto, (...) não há como não ignorar na COF a responsabilidade repressora. Temos motivos políticos e psicológicos para ficarmos incomodados com a própria existência da COF (...). Por que não acabar com a COF (...)?

6. Primeiras decisões, *Jornal do CRP-06*, nº 17, set./out. 1983.

DEPOIMENTO

A gestão de Luiz Otávio enfrentou algumas brigas com instituições importantes na formação, que eram símbolo da Psicologia — a FMU é um exemplo disso. Aquela gestão enfrentou a FMU numa situação em que estava começando a sistematização da ascensão do ensino privado, e isso me chamou atenção. Aí uma das pessoas que dava aula comigo e participava dessa gestão, o Lázlo, me convidou para fazer parte de umas discussões na Comissão de Educação. Então comecei um trabalho percebendo que o Conselho permitia uma outra forma de atuação política que não aquela, estritamente burocrática, administrativa. Havia ali possibilidades de mexer com o lugar do Conselho no exercício profissional, a imagem do Conselho junto aos profissionais, havia uma possibilidade de se fazer um trabalho diferente do que se fazia. Aí a gente acabou conseguindo uma chapa, venceu as eleições e desenvolveu o trabalho.

(Marlene Guirado)

Esse debate (...) levou o CRP a algumas conclusões e providências:

1. (...) Vamos manter a ênfase na orientação (...).
2. A prioridade da fiscalização deve estar não na correção caso a caso das irregularidades observadas, mas na compreensão de quais serviços estão sendo prestados e em que condições de trabalho para o psicólogo. (...)
3. Mais importante do que o mecanismo repressivo é a divulgação aos usuários dos serviços que o psicólogo pode prestar.⁷

O desenvolvimento das atividades assim propostas esbarrava, no entanto, com uma questão legal, surgida ainda na época da gestão anterior: a lei nº 6.994, de 1982, restringindo a autonomia financeira dos conselhos das profissões liberais, entre eles, o de Psicologia. Entre outras coisas, a lei determinou que os conselhos, ao final de cada exercício, deveriam recolher compulsoriamente ao Ministério do Trabalho 70% do saldo de caixa disponível. Um episódio é ilustrativo das consequências dessa lei:

Reunião do Conselho, na gestão Palavra Aberta.



O Ministério do Trabalho (...) denegou o pedido de autorização especial do CFP para que a entidade pudesse atender aos compromissos assumidos quando da instituição do Prêmio "Dante Moreira Leite". Mais do que a razão apontada para a negativa — a necessidade de contenção de gastos — este fato vem mais uma vez lembrar a necessida-

7. O CRP deve fiscalizar?, *Jornal do CRP-06*, nº 37, ago. 1985.

de da mobilização da categoria contra as restrições que estão sendo impostas à autonomia dos conselhos regulamentadores das profissões.⁸

“Mobilização” significou desde promover uma reunião dos conselhos das várias categorias profissionais para reivindicar, junto à Justiça, a anulação da lei, alegando sua inconstitucionalidade, até marcar o Dia Nacional de Protesto para 30/6/1983, dia do recolhimento compulsório. O Ministério do Trabalho, por sua vez, endureceu sua posição, exigindo que fossem submetidas à sua aprovação todas as despesas dos conselhos não diretamente vinculados à fiscalização. O mandado de segurança argüindo a inconstitucionalidade da lei não foi aceito pela Justiça.

No Congresso Nacional, vários projetos de lei começaram a tramitar em substituição à lei nº 6.994. O que foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, em fins de 1984, foi um substitutivo ao projeto da autoria do deputado Siegfried Heuser, possibilitando a efetuação, pelos conselhos profissionais, de despesas não diretamente ligadas com a fiscalização profissional e, também, revogando da lei nº 6.994 o dispositivo que determinava o recolhimento compulsório. Mas o general João Figueiredo, então presidente da República, vetaria o projeto de lei, alegando ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

O CRP-06 resolveu não tentar derrubar o veto. Naquela situação, forças mais poderosas iriam continuar definindo como deveria se equacionar a relação entre o Estado, o Conselho e a categoria profissional, em nome do “interesse público”. Do mesmo modo como haviam decidido que não seria ainda desta vez que os cidadãos poderiam eleger seu presidente.

DEPOIMENTO

Eu vim para o Conselho nessa época, final de 1983, quando havia um grupo de Psicologia Organizacional, Psicologia do Trabalho, era uma dessas comissões de trabalho. Foi na gestão da Marlene Guirado, a primeira gestão dela, e eles estavam iniciando essas comissões, que a gente chamava de comissões não-oficiais. Então, participei de algumas reuniões desse grupo de Psicologia do Trabalho. A gente discutia muito a questão das novas tecnologias, convidávamos pessoas de fora para trazerem temas novos.

(Regina Maciel)

8. *Jornal do CRP-06*, nº 12, jan./fev. 1983.

CAPÍTULO 11

Sociedade em movimento

Em 27/11/1983, cerca de 10 mil pessoas manifestaram-se em frente ao estádio do Pacaembu, em São Paulo, reivindicando a realização das eleições diretas à Presidência da República. Muita gente torceu o nariz: “Provocação barata do PT”, diziam. Mas em 12/1/1984, 30 mil pessoas em Curitiba estavam exigindo a mesma coisa. Em 25/1/1984, em pleno aniversário de São Paulo, já eram 200 mil reunidos na Praça da Sé. O grito de guerra “Diretas-Já!” espalhou-se por todo o País, culminando com as grandes manifestações no Rio de Janeiro (1 milhão de pessoas), em 10/4/1984, e em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, em 16/4/1984 (2 milhões de pessoas). A Emenda Dante de Oliveira, restabelecendo eleições diretas à Presidência da República, iria ser votado dias depois, em 25/4/1984.

O CRP-06 não deixou de marcar presença nesse movimento suprapartidário que tomou conta do Brasil. O *Jornal do CRP-06*,

de fevereiro/março de 1984, na primeira página, conclamou: "Psicólogos pelas diretas".

A Emenda Dante de Oliveira foi votada em meio a uma verdadeira operação de guerra que sitiou Brasília. Em São Paulo, uma multidão acompanhou a votação em um placar instalado na

PSICÓLOGOS PELAS DIRETAS

O autoritarismo que atinge toda a sociedade, reproduzindo-se em todos os níveis e intoxicando todas as suas entidades, acabou abortando na maior luta social deste país nos últimos 20 anos.

Psicólogos, sofremos como os demais os efeitos dessa doença social que, além de nos atingir como a qualquer outro cidadão (má administração, impostos etc.), provoca reflexos na própria organização da nossa categoria.

Nossos dois principais órgãos de representação, Sindicato e Conselho, encontram-se de uma forma ou de outra atrelados ao Ministério do Trabalho, embora sejam mantidos exclusivamente com recursos da categoria. É bem conhecida a permanente ameaça do governo em intervir nas entidades sindicais toda vez que provocam incômodo real. E, no que diz respeito aos Conselhos, seu funcionamento é todo regulado por uma legislação que tende a torná-lo um braço fiscalizador e repressivo da categoria. Um órgão burocrático, fiscalizador, mantido com recursos da categoria, cujas verbas são controladas pelo Ministério do Trabalho. Exemplo mais recente da interferência governamental no Conselho é a lei nº 6.994, contra a qual nos temos posicionado e organizado.

Não há, portanto, por que ficarmos alheios a essa luta comum pelas eleições diretas. Ela é nossa também, porque é uma bandeira de luta contra o arbítrio e contra o autoritarismo cujas conseqüências também sofremos.

Esta gestão, Palavra Aberta, que se elegeu pelo voto direto, acredita estar expressando o pensamento da categoria ao manifestar publicamente seu compromisso com a luta pelo retorno às eleições diretas no Brasil. Sente-se integrada ao conjunto da sociedade civil que se identifica como democrata, independentemente de classe, categoria, cor, religião e ideologia.

Nós também queremos eleições diretas, já.

(Psicólogos pelas diretas, Jornal do CRP-06, nº 21, fev./mar. 1984.)

DEPOIMENTO

Em 1984, participamos desse movimento pelas Diretas-Já, dando apoio, fazendo circular informação através dos órgãos de divulgação que a gente tivesse, colocamos uma tarja no jornal — e, bom, nós enquanto pessoas. Enquanto cidadãos, estávamos na campanha, tanto é que houve uma plenária em que todo mundo chegou atrasado, porque estava (acho que) no comício do Vale do Anhangabaú.

(Marlene Guirado)

Praça da Sé, enquanto circulavam de mão em mão, como se fossem perigosos panfletos clandestinos de alguma organização revolucionária, edições extras do jornal conservador *O Estado de S. Paulo*. A proposta de Diretas-Já obteve maioria de votos, mas, sem alcançar o mínimo de 2/3 de votos, foi rejeitada. Um editorial do Jornal do CRP-06 manifestou sua indignação:

A 25 de abril, não foi a Emenda Dante de Oliveira derrotada. O povo é que foi rejeitado. (...) Isto é usurpação e roubo da vontade do povo.¹

A continuação dessa história é bem conhecida: setores da oposição ao regime articularam a candidatura de Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, à Presidência da República para eleições indiretas no Colégio Eleitoral, realizadas em 15/1/1985; ele venceu o oponente Paulo Salim Maluf, mas adoeceu às vésperas de tomar posse e morreu; e seu vice,

Na capa do *Jornal do CRP-06*, cena da manifestação pelas Diretas-Já, na Praça da Sé, em São Paulo.



1. *Jornal do CRP-06*, nº 24, jun. 1984.

José Sarney, até há pouco tempo líder do partido situacionista ARENA/PDS, acabou assumindo definitivamente a Presidência da República, em 22/4/1985. Iniciava-se a chamada “Nova República”, com seu lema “Tudo pelo social”.

O episódio das Diretas-Já só não foi mais frustrante porque, dois anos antes, em 1982, os cidadãos haviam experimentado o sabor de eleger governador — o que não faziam desde 1965. Em São Paulo, o governador eleito foi o oposicionista Franco Montoro, então do PMDB, com propostas de democratização e descentralização, abrindo a muitos setores da sociedade a possibilidade de participação na definição de políticas públicas.

Foi assim que em outubro de 1983, o CRP-06 esteve presente no II Congresso de Educação, promovido por várias entidades, em que se propôs a formação de equipes multidisciplinares, integradas por profissionais das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, para atuarem nas redes de ensino. Mais do que defesa do mercado de trabalho, compatibilizando as atividades de várias categorias profissionais no ensino, essa proposta, segundo o *Jornal do CRP-06*, estava “subordinada ao compromisso com a melhoria do nível de Educação para a população”. Propostas semelhantes já haviam sido apresentadas no passado, mas sem sucesso, pois

não conseguiam vencer os setores conservadores, sem interesse na melhoria do padrão da escola pública (...). (...)

A vitória política de setores de oposição parece facilitar a revisão de todo o processo educacional, como já ocorre nas áreas de Saúde e judiciária.²

Em relação à política de Saúde Mental, o CRP-06 reuniu-se com outras entidades de profissionais de Saúde, em 23/3/1984, logo

DEPOIMENTO

Estivemos presentes nos movimentos reivindicatórios em relação à volta da democracia, que ela se efetivasse melhor no País. Assinamos muitos documentos e tivemos presença efetiva em todo esse movimento. Naquele grande comício no Anhangabaú pelas Diretas-já, o que encontrei de psicólogo lá não foi brincadeira! O pessoal estava engajado mesmo, e acho que pelo objetivo que a Psicologia tem, de ser comprometida com o homem, com a libertação do homem, não podemos fugir disso. A gente não podia pensar numa atuação do psicólogo, com uma valorização social maior, se não houvesse uma modificação política geral; então pensava-se que era necessária uma democratização. Mas como Conselho não tivemos uma influência direta, não tínhamos tanto poder.

(Yvonne Khouri)

2. Educação: proposta a criação de equipes multidisciplinares, *Jornal do CRP-06*, nº 17, set./out. 1983.

Aspecto da comemoração do Dia do Psicólogo, de 1984, desta vez no Bar Piu-Piu, no bairro boêmio de Bixiga, em São Paulo.



após distúrbios no hospital psiquiátrico do Juqueri, em decorrência de maus tratos a seus internos. Um documento foi então elaborado, diagnosticando que o caso do Juqueri não era isolado, mas “fruto de longos anos de múltiplos erros e distorções no atendimento psiquiátrico entre nós”. Era preciso, portanto, superar esses problemas, para o que, segundo o texto, o novo governo do Estado estaria se empenhando:

Ora, além da indiscutível necessidade de se sanar a situação dos Juqueris paulistas e nacionais é necessário que se trabalhe sobre as causas que a motivam. No aspecto mais amplo o que se pede é a democratização e a abertura real da vida política. No aspecto específico da saúde mental é a correção dos erros de longos anos de uma visão psiquiátrica hospitalocêntrica. (...)

(...)

É muito clara a atual tendência da política de saúde mental para o Estado, incorporada no programa do governo eleito democraticamente. Essencialmente se dirige a inverter a atual tendência hospitalocêntrica, visando a um atendi-

mento mais adequado do paciente e a uma utilização mais racional dos recursos disponíveis. (...)

Por essa razão, as entidades aqui representadas propõem-se a assumir uma postura de apoio e participação constantes, para não mais terem que se mover apenas episodicamente. Para tanto decidem organizar um Fórum de Debates dos problemas atinentes à Saúde Mental, que funcione regularmente junto aos segmentos do governo responsáveis pela concretização da política acima delineada. Com isso aceitam o convite à participação efetuado durante a campanha eleitoral pelo atual governo e propõem-se a atuar como um organismo da sociedade civil permanentemente atento para dar respaldo técnico e político, assessorar, fiscalizar e colaborar nos trabalhos de construção de um sistema de saúde mental adequado e correto.³

Numa perspectiva semelhante, o CRP-06 também participou, em 4/4/1984, do II Encontro de Saúde Mental da Zona Leste. Representantes de 61 entidades discutiram a situação da Saúde Mental na Zona Leste da cidade de São Paulo, caracterizada por precárias condições de vida da população, e propuseram soluções a serem implementadas pelo governo municipal, envolvendo diversas secretarias.

No ano seguinte, em 20 e 21 de junho, o CRP-06 e o Conselho Estadual de Condição Feminina realizaram o seminário "Mulher e Saúde Men-

Outra cena do Dia do Psicólogo no Piu-Piu, reunindo cerca de mil psicólogos. Na ocasião, foi lançado o livro O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo.



3. CRP apóia política de saúde mental, *Jornal do CRP-06*, nº 21, fev./mar. 1984.

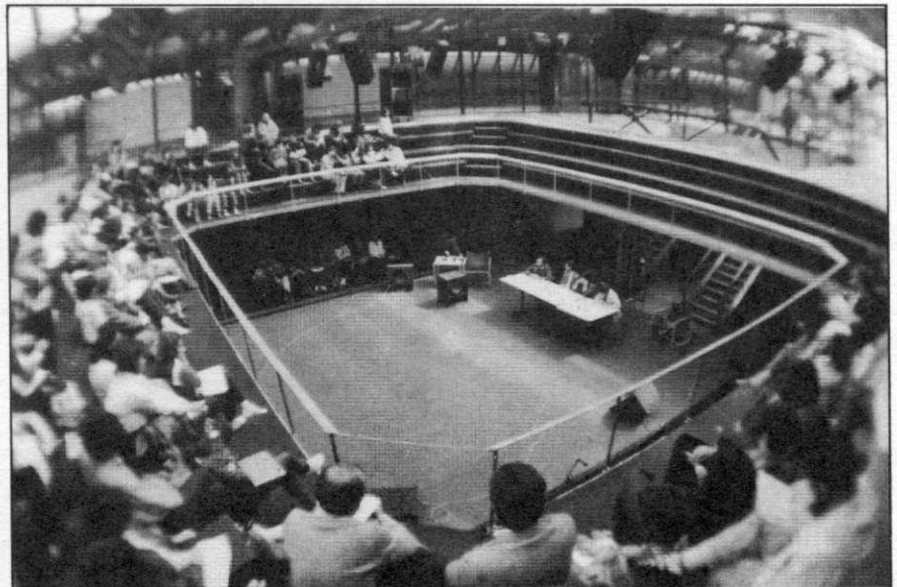
tal". Em agosto de 1985, a Comissão de Instituição do CRP-06 organizou o Seminário Psicologia e Instituição, reunindo profissionais que atuassem em instituições de Promoção Social, especialmente as que lidam com crianças e adolescentes (FEBEM, FABES, Juizado de Menores etc.). O objetivo era

responder a questões como: no que se diferencia a atuação de um psicólogo, um assistente social, um pedagogo?; é necessária uma diferenciação?; por quê?; o que seria uma intervenção multiprofissional neste contexto?; qual seria o caráter político de um trabalho institucional desde a especificidade psicológica?⁴

Além disso, de 20 a 23 de maio de 1986, o CRP-06 e o Fundacentro (do Ministério do Trabalho) promoveram o I Encontro de Psicologia do Trabalho, ao qual compareceram cerca de 200 psicólogos e 100 profissionais de outras áreas.

O fato de o CRP-06 propor a participação dos psicólogos na formulação de políticas públicas, que atendessem às necessida-

Seminário de Psicologia e Instituição, realizada entre 5 e 9 de agosto de 1985.



4. Comissão de Instituição elabora Seminário, *Jornal do CRP-06*, nº 36, jul. 1985.

des da população, não significava o abandono da defesa da profissão e do mercado de trabalho da categoria. Em 1984, logo após a crise no Juqueri e a atuação do CRP-06, juntamente com outras entidades, na questão, a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo abriu processo seletivo para contratação, em regime de CLT, de 68 psicólogos para os Centros de Saúde localizados na Grande São Paulo. Comissão mista do CRP-06 e do Sindicato dos Psicólogos estudaram as possibilidades de regulamentação da disciplina de Psicologia no currículo do ensino de segundo grau, e, no final de 1984, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo abriu inscrições para professores que quisessem ministrá-la. O CRP-06, no entanto, não deixou de solicitar à Secretaria da Educação que fosse adotado

um critério de seleção adequado a sua importância, na medida em que o método tradicionalmente usado — provas de múltipla escolha — nem sempre dá a dimensão correta das “características intelectuais e afetivas” do pretendente à vaga.⁵

No âmbito municipal, também em 1984, a prefeitura de Bauru, no interior de São Paulo, acatou a idéia de equipes multidisciplinares, com a presença de psicólogos, nas atividades das Secretarias de Educação e de Saúde. E, em 1985, realizou-se a prova de seleção para 64 cargos de psicólogos junto à Vara de Menores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.



Na mesa do seminário Psicologia e Instituição, da esquerda à direita, Sérgio Mayda, José Augusto Guilhaon de Albuquerque, Marlene Guirado e Sueli Duarte Pacífico.

5. *Jornal do CRP-06*, nº40, nov./dez. 1985.

PREOCUPAÇÃO COM SAÚDE

A marca que começou a diferenciar o Conselho foi uma preocupação com a Saúde. A gente acabou por ir definindo o lugar da Psicologia como uma instituição *de* Saúde e não *da* Saúde, *de* Saúde enquanto objeto do exercício profissional. E acabamos por pensar o Conselho como uma instituição que poderia definir um objeto de intervenção, que é também a Saúde. Quer dizer, o objeto do Conselho é sempre Psicologia, mas Psicologia enquanto profissão de Saúde, onde quer que ela se dê: na Educação, nos órgãos oficiais e privados de Saúde, na promoção social, no consultório. O moto da chapa Palavra Aberta foi a colocação em discussão dos problemas concretos pelos quais a



Psicologia passava no momento. Em 1982, o governo Montoro oficializou a rede de Saúde Pública, abriu a prestação de serviços à população na rede pública, e dentre esses serviços estava a Psicologia. Isso criou uma realidade nova que a gestão anterior talvez não tivesse se ocupado de intervir, porque acho que ela estava nas lutas contra o rei, contra o Maluf. Provavelmente para eles as coisas tenham sido muito mais difíceis em termos de comunicação com os órgãos oficiais do que para a gente foi no governo Montoro.

Eu não sei o alcance da influência que na época conseguimos exercer sobre a condução da política pública de Saúde. O que sei é que se abriu um espaço para discussão das questões relativas à Saúde e não propriamente do mercado de trabalho dos psicólogos, enquanto prestadores de serviço. Essa sempre foi nossa preocupação. Tanto é que a gente às vezes assumiu posições, digamos, bem complicadas, a ponto de os psicólogos ficarem contra a nossa atuação, porque tinham a impressão de que o Conselho não estava dando o apoio de que eles precisavam enquanto profissionais. A gente se preocupava muito menos com o mercado de trabalho, número de vagas, e muito mais com a possibilidade de estar

reconhecendo o espaço do serviço psicológico, em termos de natureza social e até histórica: que espaço é esse do serviço psicológico para a população? Existe uma demanda disso? Que demanda é essa? Existe uma necessidade desse tipo de serviço, ou será que os psicólogos estão entrando no mercado de trabalho, nas comunidades, nas instituições, para vender o seu peixe e não para oferecer serviço que atenda uma real demanda de uma população?

(Marlene Guirado)

INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Com a vitória da oposição para o governo de Estado de São Paulo, em 1982, a gente teve bastante influência na área educacional, principalmente quando terminou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante e as matérias de formação em humanas voltaram, abrindo um campo para psicólogos. Aí fizemos um trabalho bastante interessante de encontrar pessoas que estavam trabalhando nisso, ver que necessidades reais os adolescentes tinham, para que a Psicologia no 2º grau fosse uma possibilidade de reflexão crítica em relação a si próprios e em relação ao mundo. Também nos reunimos com sociólogos e filósofos para pensarmos juntos qual seria a atuação nossa. Para psicólogos,



organizamos um curso para as pessoas que iriam prestar o concurso. Foi uma coisa muito interessante, quase 400 inscritos, os conferencistas foram excelentes, e, por causa disso, resolvemos até publicar o curso num livro: A Psicologia no 2º grau, uma proposta emancipadora. A gente teve bastante influência também na área da Saúde, repensando a questão do atendimento da saúde coletiva. Acho que essa é a nossa grande bandeira até hoje.

(Yvonne Khouri)

AMADURECENDO A VISÃO

No governo Montoro, a influência que exercemos foi muito pequena. A verdade é essa: a gente tinha muito menos peso do que temos hoje. A minha comissão chegou a articular muita coisa a nível de Prefeitura, mas sempre numa visão ainda corporativa, tentando organizar a posição do psicólogo lá dentro, e não vendo a questão global da Educação. Mas se comparar a posição nossa sobre o psicólogo escolar em 1981 e a de quatro anos depois, a mudança é da água para o vinho. Em 1981, brigamos para que entrasse o psicólogo na escola; quatro anos depois, a gente já estava discutindo: será que a educação realmente é uma área que comporta psicólogo, ele vai fazer o que, para que é que serve



a escola? Eu, particularmente, saí dessa discussão com uma visão clara: o psicólogo não deve ir para a escola, não está preparado para isso, não tem uma formação educacional. Uma coisa é dizer que a Psicologia é importante para a Educação, enquanto área do conhecimento. Mas isso não quer dizer que temos que estar enchendo as escolas com mais um profissional, que sei que não vai resolver nada.

(Sérgio Leite)

CARGOS X PROJETO DE ATUAÇÃO

A gente nem teve tempo para ter relação com o governo Montoro. Em todo caso, a gente não iria ficar pedindo a criação de cargos, porque a nossa gestão tinha clareza de que o que é preciso é ampliar a oferta de trabalho do psicólogo em função das necessidades da população. É importante ter essa ampliação, mas a gente quer discutir. Por exemplo, antes de propor a criação de cargos de Psicologia na escola, é preciso perguntar: para quê? Para fazer teste e mandar a criança para sala especial? Não! Não queremos criar cargos só para ter o emprego, queremos discutir o projeto de atuação do profissional.

(José R. Tozoni Reis)

CAPÍTULO 12

Psicotécnicos, um problema

Na perspectiva de repensar a atividade do psicólogo do ponto de vista dos serviços prestados à população, a gestão Palavra Aberta também decidiu enfrentar a questão dos exames psicotécnicos para obtenção de carteira de habilitação. Essa era uma questão extremamente complexa e delicada, envolvendo um número considerável de psicólogos com órgãos e pessoas, cujas atividades muitas vezes eram consideradas obscuras. E era um problema para o CRP-06, desde a sua instalação. Por exemplo, a ata da reunião plenária de 27/9/1976 registra a seguinte decisão:

solicitar ao CFP que apresse os estudos relativos às normas que deverão regulamentar a fiscalização e o exercício profissional no País, e em seguida, dê conhecimento delas ao CONTRAN [Conselho Nacional de Trânsito], visando à fiscalização dos serviços credenciados pelos DETRANs [Departamentos Estaduais de Trânsito], pelos CRPs (...).¹

Obscuros eram também os casos que o CRP-06 tinha de apurar. Em setembro de 1979, o DETRAN comunicou o cancelamento do credenciamento de um instituto de testes psicotécnicos de Barretos, interior de São Paulo, e coube aos conselheiros averiguar os motivos de tal medida. Em 1982, em Campinas, também no interior de São Paulo, o DETRAN rompeu com a praxe de distribuir eqüitativamente os exames psicotécnicos entre os institutos credenciados, o que, segundo o *Jornal do CRP-06*, "poderia dar início a uma onda de corrupção".² Os institutos e seus psicólogos também não eram isentos de problemas:

A denúncia, no final de agosto [de 1983], da Corregedoria Geral do DETRAN de São Paulo, com relação ao comportamento de um instituto psicotécnico paulistano, e de seus profissionais, onde laudos assinados em branco foram encontrados em uma geladeira desativada, foi largamente noticiada pelos jornais.³

Problemas desse tipo acumulavam-se, assim como as tentativas de resolvê-los. A gestão do triênio 1980-1983 instituiu um Grupo de Trabalho para examinar a questão, promovendo encontros com o Secretário da Segurança Pública de São Paulo e com o diretor do DETRAN.

A gestão Palavra Aberta buscou dar continuidade a esses contatos, mas, ao alargar os horizontes do problema para além dos interesses corporativos, deparou-se com uma questão crucial, exposta sem rodeios no V Encontro Estadual de Psicólogos Credenciados junto ao DETRAN de Mato Grosso do Sul e no II Encontro Interestadual de Psicologia do Trânsito, realizados em agosto de 1984:

DEPOIMENTO

Na origem, a proposta do exame psicotécnico era uma coisa séria: se a pessoa vai guiar por aí, ela tem que ter uma série de condições, aptidões, e medimos isso, o tempo de reação. Mas o problema é que o psicotécnico se tornou uma área dominada por uma máfia e para entrar era preciso ceder. E, infelizmente, os mais fracos cediam. O Conselho ficou muito preocupado quando começamos a descobrir a dimensão da coisa, com muitos psicólogos envolvidos. Mas o poder político do Conselho era muito pequeno para dar conta disso. Acho que o máximo que se conseguiu foi iniciar uma discussão na categoria.

(Sérgio Leite)

1. Ata da 54ª Reunião Plenária do CRP-06, de 27/9/1976.

2. *Jornal do CRP-06*, nº 8, mai./jun. 1982.

3. Psicotécnicos: CRP continua ação, *Jornal do CRP-06*, nº 17, set./out. 1983.



Um dos vários artigos do Jornal do CRP-06 dedicado à questão dos exames psicotécnicos.

Os arquivos do CRP conservam registros da luta em 1976 para derrubar projetos de lei que visavam extinguir o exame psicotécnico por sua falta de eficácia e pelo ônus que representam para a população. Hoje nós próprios temos a perguntar: qual o serviço que estamos prestando com esses exames?

(...)

(...) Temos acompanhado a categoria na defesa do psicotécnico porque representa importante segmento do mercado de trabalho. Mas temos observado que é trabalho realizado muitas vezes por psicólogos mal remunerados por leigos proprietários dos institutos, trabalho realizado em péssimas condições técnicas, trabalho que tem sido reprimido pela ação fiscalizadora e disciplinar do CRP, trabalho de que não se orgulha nem o profissional que o executa nem a categoria dos psicólogos.

A proposta do CRP-06 para superar esse impasse era extremamente dura:

Diante das manifestações que tem ouvido, da população e da categoria, a Plenária do CRP-06 entende que já se ultrapassou o limite de tolerância para permanecer na defesa do mercado de trabalho de uma parte da categoria em detrimento dos serviços prestados à população e do bom nome da própria Psicologia. Não é possível continuar encaminhando propostas ao DETRAN e prosseguir defendendo um exame na maioria das vezes ineficaz para o objetivo de prevenção de acidentes a que se destina. É necessário tomar medidas enérgicas para dar validade técnica a esses exames. Se não formos bem-sucedidos nesse esforço estamos resolvidos a convocar a categoria e a população para lutar por sua extinção.⁴

Tendo como base esses pressupostos, o CRP-06 reiniciou as negociações com o DETRAN, que nomeou dois psicólogos para representá-lo. O balanço de atividades da Comissão de Psicotécnicos enumera outras realizações em 1984:

Em relação aos psicólogos que atuam na área, fizemos reuniões em todas as delegacias e na sede. Alguns desses profissionais têm acompanhado o CRP em visitas aos órgãos públicos, e, nas reuniões, as discussões têm girado em torno da remuneração dos exames, da pressão das auto-escolas, da necessidade da divisão equitativa e da respeitabilidade do trabalho junto à categoria e junto à população.⁵

Como resultado de todos esses esforços, o CRP-06 conseguiu resolver pelo menos um aspecto da questão, conforme anunciou o Jornal do CRP-06:

No dia 19 de março de 1985 o dr. Abrahão José Kfoury Filho, diretor do DETRAN, baixou portaria estabelecendo

DEPOIMENTO

A questão dos psicotécnicos foi uma das grandes preocupações logo do primeiro Conselho, e tivemos várias reuniões debatendo esse problema. Tivemos um relacionamento com os órgãos de trânsito, o CONTRAN (Conselho Nacional do Trânsito), pondo-nos à sua disposição. Se não me engano, até estabelecemos uma comissão de trabalho no Conselho Federal, para exatamente estudar esse problema e propor normas. Realmente, o problema do famoso exame psicotécnico era que padecia de vários inconvenientes, porque as auto-escolas começaram a fazer esse exame de qualquer maneira, às vezes até por profissionais não-habilitados, e o exame se tornou um verdadeiro item burocrático, que era feito como se faz um preenchimento de uma ficha.

(Arrigo Angelini)

4. Exames psicotécnicos, *Jornal do CRP-06*, nº 26, ago. 1984.

5. Psicotécnicos: em busca de um caminho, *Jornal do CRP-06*, nº 31, jan. 1985.

a obrigatoriedade da divisão eqüitativa do exame psicotécnico para o interior do Estado, citando nos considerandos que esta foi uma medida proposta pelo CRP para melhorar o caráter pericial do exame.⁶

Mas muitos problemas envolvendo os exames psicotécnicos permaneceram. Em 1993, ainda se podia ler nas páginas do *Jornal do CRP*:

Em reunião no dia 25 de outubro, o CRP-06 formalizou como sua a autoria das sugestões da ANPSTRAN — Associação Nacional dos Psicólogos de Trânsito ao novo Código [de Trânsito], em discussão na Câmara dos Deputados (...).

Essa atitude dá novo alento e reforça a luta desses profissionais (...), no sentido de verem incorporadas as propostas da categoria.

A principal delas diz respeito à inclusão de um profissional de Psicologia como membro com direito a voto no CONTRAN (...).

(...)

Outra proposta refere-se à divisão eqüitativa do credenciamento de profissionais para os exames de habilitação. Os psicólogos de trânsito propõem, ainda, que nos recursos interpostos junto aos órgãos normativos estaduais os candidatos sejam submetidos obrigatoriamente à avaliação de uma junta médica e psicológica.⁷

6. Psicotécnico: enfim a divisão eqüitativa, *Jornal do CRP-06*, nº 33, abr. 1985.

7. *Jornal do CRP*, nº 84, nov./dez. 1993.

ATUAÇÃO DEFICIENTE

A atuação dos psicólogos na área de psicotécnicos era extremamente deficiente, no sentido de que eles eram subordinados às necessidades das auto-escolas. Em muitos lugares, o psicólogo apenas assinava um laudo preparado por leigos, o que invalidava o exame e nos tornava muito vulneráveis a críticas, além de não atender o objetivo social de colocar na rua um pessoal mais sadio dirigindo os carros.

Lutamos muito para que o laudo psicológico fosse uma responsabilidade do profissional e sem influência da auto-escola, que dizia quem devia ser aprovado. De certa maneira, os psicólogos eram até funcionários, de forma velada, das próprias



auto-escolas. Tivemos muitos contatos com os diretores do DETRAN, fizemos muitas reuniões com os psicólogos que trabalhavam nessa área, preparamos muito os nossos fiscais. Depois, esse trabalho foi levado para o Conselho Federal e a experiência de São Paulo foi muito importante, porque poucos Estados tinham tido essa possibilidade de estar discutindo isso com as próprias autoridades governamentais locais.

(Yvonne Khouri)

GRANDE DOR DE CABEÇA

O psicotécnico era outra dor de cabeça muito grande para o Conselho. Mais de uma vez corremos o risco de o psicotécnico simplesmente ser extinto, ou ser convertido numa farsa. O Conselho se empenhou muito em manter uma postura rigorosamente profissional, embasada em fundamentos científicos. Então, havia uma concepção clara entre os conselheiros da necessidade de esses exames psicotécnicos serem aperfeiçoados, para detectar casos de pessoas com contra-indicações para o exercício da sua atividade de motorista. É claro que víamos em meio a isso alguns vespeiros — um deles era a cisão, entre os próprios psicólogos sobre o uso do biocinético.

(Samuel Pfromm Netto)

PSICOTÉCNICO, UM NÓ GÓRDIO

A questão dos psicotécnicos sempre foi um nó górdio, que nunca conseguimos cortar. Nem é o Conselho que vai fazer isso, esse é um problema mais da ordem de controle social do Estado. O Conselho, sim, tem um papel importante, de servir de ponta de lança em busca desse controle. O que fizemos? Assumimos o Conselho em 1980; em 1983 assumiu o Montoro, com a proposta de mudança. A gente tinha mapeado no DETRAN alguns pontos que deveriam ser tratados e fizemos alguns contatos para tentar moralizar. Acho que o governo Montoro mexeu alguma coisa, mas não foi capaz de acabar com a estrutura montada, e de lá pra cá isso vem piorando, pelo menos no Estado de São Paulo.



Quando estive numa gestão do Conselho federal, em 1985-1986, tentamos atacar isso no Conselho Nacional de Trânsito, mas também havia uma estrutura aí montada, de máfia mesmo. Acho que o Conselho até pode ter uma ação de organizar os profissionais para terem mais clareza, inclusive política, da sua atuação nesse campo, e manter uma tática que eu chamaria de fustigamento da questão, para que ela não fique esquecida, mas acredito que essa questão só vai ser resolvida junto com outras questões mais

amplas, à medida que se democratize o Estado.

Agora, é possível fazer algumas coisas em nível local. É uma medida simplérrima que se fez: conseguimos passar, em Ribeirão Preto, a proposta de fazer uma distribuição eqüitativa dos psicotécnicos. É uma coisa que parece mágica, acaba com a corrupção. Porque, com essa medida, não se pode mais direcionar o exame psicotécnico para um fulano que dá propina. Tentamos agora aprovar isso na lei, quando houve uma discussão na Câmara dos Deputados a respeito da legislação sobre o trânsito, mas não conseguimos. Por ação de quem?

(José R. Tozoni Reis)

CAPÍTULO 13

Novo Código de Ética

Situar o psicólogo no conjunto da sociedade requeria repensar o Código de Ética Profissional. A chapa Palavra Aberta, por sinal, havia sido eleita com um programa, que apresentava em um dos tópicos de seu programa essa questão:

Rever, diante dos novos desafios profissionais, o Código de Ética; por um lado tomando o CRP como órgão de apoio ao psicólogo no seu papel de agente de mudança nas instituições, zelando pela sua integridade profissional e, por outro, tomando uma posição vigorosa na fiscalização e denúncia do uso de métodos e técnicas psicológicas quando ferem a dignidade humana.¹

A primeira reunião promovida pelo CRP-06 para rever o Código aconteceu em abril de 1984, quando se constituiu uma comissão para coordenar as discussões e os encaminhamentos. O CFP

1. *Jornal do CRP-06*, nº 14, mai./jun. 1983.

também propunha a revisão, apresentando itens para debate. A fim de assegurar que o novo Código expressasse as necessidades e os anseios da categoria, o CRP-06 elaborou um questionário, encartado na edição de julho do *Jornal do CRP-06*. Os resultados dessa pesquisa foram apresentados em maio de 1985, em Belo Horizonte (MG), numa reunião conjunta com o CFP e outros CRPs:

Como produto dos debates foram estabelecidas algumas diretrizes básicas (...) [que] deverão (...) nortear a elaboração de propostas de um novo Código de Ética.

A primeira das diretrizes estabelece que o Código de Ética deverá ser menos corporativo. Isto equivale a uma priorização dos interesses da comunidade. Uma segunda diretriz estabelece a ascendência da ação orientadora em relação à ação punitiva. (...) Uma última diretriz aborda a necessidade de uma clara definição das questões técnicas e das questões éticas, de modo a enfocar essa falsa dicotomia.²

O anteprojeto do novo Código de Ética ficou pronto em 1986, para ser amplamente discutido até o final daquele ano. Seu texto, com algumas alterações, acréscimos e supressões, seria aprovado pela resolução CPF nº 002/87, de 15/8/1987.

O novo Código incorpora, efetivamente, a preocupação daqueles tempos, como deixa claro as primeiras palavras de sua "Exposição de Motivos":

O mundo vive constantes mudanças. (...)

Abre-se, portanto, um desafio à Psicologia como ciência que estuda e interpreta o comportamento humano, sujeito, ele mesmo, à complexidade de contínuas e profundas transformações.

(...)

2. Novas diretrizes para o Código de Ética, *Jornal do CRP-06*, nº36, jul. 1985.

CÓDIGO DE ÉTICA **RESPON**

Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o Código de Ética, de forma a avaliar as necessidades e as expectativas da categoria, o Conselho Regional de Psicologia elaborou este questionário. Os resultados desta pesquisa serão utilizados para a elaboração do novo Código de Ética.

Transmita esta resposta ao Conselho Regional de Psicologia, através do seu representante no Conselho Regional de Psicologia, ou diretamente ao Conselho Regional de Psicologia, através do seu representante no Conselho Regional de Psicologia.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Profissão: _____

1. Qual deve ser a finalidade de um Código de Ética? (preferencialmente normalizado) Por quê? (preferencialmente normalizado) Por quê?

2. A sua vez, o atual Código de Ética cumpre essa finalidade? Por quê?

3. A quem deve servir o Código de Ética?

4. A quem deve servir a Psicologia?

Primeira página do questionário sobre a reforma do Código de Ética, encartado no *Jornal do CRP-06*.

**DEPOIMENTO**

O Código de Ética, na sua primeira versão, ainda hoje me parece o melhor Código que tivemos no País. Tenho as minhas restrições e dúvidas em relação a este, o atual, vigente. O primeiro tinha uma porção de itens muito claros, muito incisivos, sobre certos pontos em relação aos quais não podemos admitir, de modo nenhum, transigência. Eles são fundamentais para o exercício da profissão com seriedade, com dignidade.

(Samuel Pfromm Netto)



Assim, um Código de Ética deve expressar, de um lado, a dinamicidade própria da liberdade, do risco e da criação e, de outro lado, mostrar um conjunto de ações ou comportamentos que seja representativo da realidade e da relatividade do dia a dia, com os quais o homem se põe diariamente em contato.

Uma rápida comparação com o Código de 1979 permite verificar, no de 1987, a prioridade conferida aos “interesses da comunidade”, conforme havia sido estabelecida nas três diretrizes que nortearam a sua elaboração.

Posteriormente, o texto aprovado em 1987 sofreria alteração, com a revogação do seu Artigo 5º e seus parágrafos, pela resolução nº 061, de 7/12/1990, do CFP. Curiosamente, o trecho suprimido referia-se a eventualidades em que se aplicam princípios pelos quais o CRP-06 havia se batido no “caso FMU”:

Art. 5º - O Psicólogo, como pessoa física ou como responsável por instituições prestadoras de serviço em Psicologia, recusará emprego ou tarefas deixados por colega exonerado ou demitido por defender a dignidade do exercício da profissão ou os princípios e normas deste Código.

§ 1º - A restrição contida no “caput” deste artigo desaparece, caso se modifiquem as condições que originaram o afastamento.

§ 2º - A presente disposição aplica-se, também às atividades de supervisão de estágio, nos cursos de Psicologia.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Código de 1979

I - Somente pode intitular-se Psicólogo e, nesta qualidade, exercer a profissão no Brasil, a pessoa legalmente credenciada nos termos da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, da Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e de legislação posterior.

II - O Psicólogo baseia seu trabalho no respeito à dignidade do indivíduo como pessoa.

III - O Psicólogo, em seu trabalho, procurará sempre promover o bem estar da pessoa e da humanidade.

IV - O psicólogo, em seu trabalho individual ou em equipe, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional pelo aperfeiçoamento de suas vivências morais, de seus conhecimentos e procedimentos éticos e pela melhoria constante de sua competência científica e técnica.

Código de 1987

I - O Psicólogo baseará o seu trabalho no respeito à dignidade e integridade do ser humano.

II - O Psicólogo trabalhará visando a promover o bem-estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e práticas que possibilitem a consecução desse objetivo.

III - O Psicólogo, em seu trabalho, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional através de um constante desenvolvimento pessoal, científico, técnico e ético.

IV - A atuação profissional do Psicólogo compreenderá uma análise crítica da realidade política e social.

V - O Psicólogo estará a par dos estudos e pesquisas mais atuais de sua área, contribuirá pessoalmente para o progresso da ciência psicológica e será um estudioso das ciências afins.

VI - O Psicólogo colaborará na criação de condições que visem a eliminar a opressão e a marginalização do ser humano.

V - O Psicólogo, no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres nas disposições da legislação especial ou geral, em vigor no País, e na tradição ética de profissões congêneres.

VII - O Psicólogo, no exercício de sua profissão, completará a definição de suas responsabilidades, direitos e deveres, de acordo com os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10/12/1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

CAPÍTULO 14

Uma certa modorra...

No CRP-06, a eleição para o triênio 1986-1989 realizou-se em 27/8/1986. O grande problema foram alguns conflitos decorrentes não da competição entre as chapas, mas da sua ausência. "Fizeram-nos chapa única", lamentou Palavra Aberta, respondendo a um dos eleitores que havia anulado seu voto com a frase: "O dia em que vocês fizerem alguma coisa eu voto em vocês".¹

Por que ninguém mais quis concorrer? Na opinião da chapa (única) vencedora,

isso poderia estar significando duas coisas: ou expressávamos, de fato, os anseios da categoria, ou esta se encontra muito desmobilizada, despolitizada e passiva. É claro que preferimos ficar com a primeira alternativa. Ou, então, estaríamos decretando nosso fracasso enquanto um

1. *Jornal do CRP-06*, nº 46, out. 1986.



Na posse do novo conselho, da esquerda à direita: Sérgio Leite, representando o Sindicato dos Psicólogos; Ana Bock, presidente da diretoria provisória da Federação Nacional dos Psicólogos; Benedito Adalberto Boletta de Oliveira; Marelene Guirado, Nanci Bühren; e José Paulo de Correia Menezes, eleitos conselheiros do CRP-06; e Yvonne Gonçalves Khouri, representante do CFP.

grupo que se propunha de 83 a 86 organizar os psicólogos em torno de questões de interesse profissional e político.²

Optar pela alternativa otimista não escondia, porém, certa preocupação: por que essa quantidade não desprezível de cerca de 5% dos votos nulos? Tal preocupação já era perceptível antes mesmo das eleições, num editorial do Jornal do CRP-06, que conclamava os psicólogos a votarem:

Está mais do que na hora de os psicólogos ocuparem os espaços a que têm direito como profissionais da saúde, como agentes de mudanças nas organizações, como educadores para ajudar a empurrar para frente essa nossa sociedade. Neste caso, o próprio ato de eleger tem que ser entendido como ato de co-responsabilidade no encaminhamento de mudanças sociais e na consolidação de algumas conquistas já obtidas.

(...)

2. Idem.

Esperamos que as eleições de 27 de agosto signifiquem um avanço da categoria em termos de maior mobilização, maior atuação social, maior presença dos psicólogos nos movimentos pelas transformações da sociedade.

Que a imagem do psicólogo ausente, alienado e individualista dê lugar ao psicólogo presente, engajado e comprometido com o social.³

Para a nova gestão do CRP-06, uma eventual apatia da categoria comprometeria grande parte de seu programa, cujas atividades propostas deveriam estar

sob o crivo desse momento histórico de Constituinte. O Conselho precisa, por meio dos trabalhos de suas Comissões, não apenas garantir o que é específico de cada uma delas, mas, também, a mobilização dos psicólogos em torno de questões que, no âmbito de ação deste CR e voltadas portanto para a saúde, devem ter, de alguma forma, espaço na nova Constituição.⁴

Uma certa modorra também tomava conta da sociedade. Depois da ressaca cívica da campanha das Diretas-Já, os cidadãos foram convertidos em “fiscais do Sarney” — consumidores a zelarem pelo congelamento de preços imposto pelo chamado “Plano Cruzado”, que, por decreto anunciado em 28/2/1986, eliminou a inflação, já próxima dos perigosos 25% mensais. E consumidores frustrados: o desabastecimento veio rápido e o Plano se desfez, mal apurados os últimos votos das eleições gerais de 15/11/1986, com a decretação do chamado “Plano Cruzado II”, em 21/11/1986. Um sentimento de descrença ficou no ar.

Nessas eleições elegeram-se os deputados federais, que também elaborariam a nova Constituição do Brasil. Mas a questão da

3. Eleições: delegação ou abdicação?, *Jornal do CRP-06*, nº 44, jun. 1986.

4. *Jornal do CRP-06*, nº 46, out. 1986.

Constituinte, a se instalar em 1/2/1987, ficou relegada ao segundo plano: o Plano Cruzado e a disputa pelos cargos majoritários (senadores e governadores) monopolizaram a eleição. Era exatamente esse tipo de risco que o CRP-06, fazendo coro com várias outras entidades, vinha denunciando no *Jornal do CRP-06*, desde o seu número de abril de 1985, em uma série intitulada "Nós e a Constituinte". Segundo o CRP-06,

os psicólogos não podiam permanecer como "meros espectadores", permitindo, mais uma vez, que o povo ficasse "à margem do processo de elaboração de sua lei maior".⁵ A participação do povo deveria ser assegurada pela "instituição de conselhos populares a serem eleitos nos municípios e nos distritos eleitorais", para "discutir os problemas locais e encaminhar propostas", transformando-se, com o tempo, "em comitês de defesa dos direitos dos cidadãos, à maneira dos 'ombudsman' dos países nórdicos".⁶ Para isso, segundo o CRP-06, era preciso convocar,

uma Constituinte autônoma, em relação ao Congresso; livre, em relação às limitações da lei eleitoral; específica, destinada exclusivamente à elaboração do texto constitucional; aberta, permitindo candidaturas avulsas, institucionais e partidárias.⁷



Aspecto da cerimônia de posse da gestão 1986-1986, do CRP-06.

5. Nós e a Constituinte (1), *Jornal do CRP-06*, nº33, abr. 1985.

6. Nós e a Constituinte (3), *Jornal do CRP-06*, nº 35, jun. 1985.

7. Nós e a Constituinte (2), *Jornal do CRP-06*, nº 34, mai. 1985.

Segundo o CRP-06, a nova Constituição deveria assumir “uma posição mais firme com relação à temática social, especialmente as que se referem à exploração da terra, à exploração do trabalho e à exploração dos meios de comunicação. Nas questões que dizem respeito aos psicólogos, o CRP-06 propunha que a Constituinte levasse em conta temas relacionadas com a garantia de saúde da população, entre eles:

O direito à alimentação

- A defesa e o desenvolvimento do menor
- O direito de acesso à educação em todos os níveis
- A promoção da qualidade de vida na cidade e no campo
- A defesa do verde e do meio ambiente
- O acesso ao lazer.⁸

Nesse esforço de sensibilizar a categoria para o tema, o CRP-06 realizou, no Dia do Psicólogo de 1985, um debate sobre “Saúde Pública e Constituinte”. Discutiram-se então as formas possíveis de os psicólogos intervirem efetivamente no processo constituinte — desde participação em debates até pressão sobre os parlamentares. Afirmou-se também a necessidade de a nova Constituição garantir os direitos dos doentes mentais.

Mas a Constituinte que seria convocada pouco tinha a ver com a desejada pelo CRP-06:

O povo mais uma vez será espectador no espetáculo montado pelos políticos profissionais. (...)

Na verdade, o povo não vai votar para a Assembléia Constituinte. Vai votar em deputados e senadores, como sempre fez, que terão entre diversas incumbências a de aprovar um texto constitucional.⁹

8. Nós e a Constituinte (4), *Jornal do CRP-06*, nº 36, jul. 1985.

9. A Constituinte vem aí. E agora?, *Jornal do CRP-06*, nº 40, nov./dez. 1985.

Ao CRP-06 restou apenas uma alternativa, além de continuar conclamando os psicólogos a participarem:

A única brecha pela qual pode passar a efetiva participação da sociedade civil no processo Constituinte é, neste momento, o que se convencionou chamar de emendas de iniciativa popular que, quando encampadas por entidades ou associações reconhecidas e acompanhadas com a assinatura de 30.000 eleitores, podem ser apreciadas no Congresso Constituinte. Desta forma, o CRP-06 tem se mobilizado e dirigido suas forças no sentido de ampliar as discussões sobre as emendas mais pertinentes à categoria.¹⁰

A Constituição foi promulgada em 5/10/1988. Apesar de festejada pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, como "Constituição Cidadã", muitos a criticaram como uma colcha de retalhos em que se sobrepunham os mais variados interesses, até mesmo excludentes entre si.

DEPOIMENTO

Durante a Assembléia Nacional Constituinte, discutimos tudo que foi possível discutir. Discutimos com outros profissionais, naquele chamado "Conselhão". Enviamos propostas quando se abriu a questão das propostas populares. Tenho a impressão de que não eram só propostas nossas, elas convergiam de vários núcleos, de várias organizações. Por exemplo, a proposta de reorganização do Conselho Federal de Educação que foi aprovada é muito parecida com o que tínhamos proposto.

(Yvonne Khouri)

10. Constituinte: direita, volver? *Jornal do CRP-06*, nº 50, s/d [meados de 1987].

CAPÍTULO 15

Tempo de crise

A nova gestão do CRP-06 — que ficaria conhecida como “Palavra Aberta II” — não deixou de desenvolver atividades ligadas mais diretamente à profissão e ao Conselho. Tomou posse em 26/9/1986, e, logo em seguida, propôs vender a atual sede, que já estava ficando pequeno e pouco funcional, para comprar um imóvel em Vila Mariana, nas proximidades de uma estação do metrô. A transação do imóvel, na Rua Borges Lagoa, nº 74, foi concluída em 15/3/1988.

Segundo Marlene Guirado, presidente conselheira da nova gestão do CRP-06, era

importante mudar o perfil político da ação do Conselho, atribuindo-lhe um caráter organizativo das diferentes reflexões das várias práticas profissionais.¹

1. *Jornal do CRP-06*, nº 46, out. 1986.

As realizações da gestão anterior do CRP-06 já apontavam nessa direção — explicou a conselheira em uma entrevista ao *Jornal do CRP-06*:

No final da gestão Palavra Aberta (...) houve uma mudança qualitativa no que se refere à atuação do CRP-06, aliada à mobilização da categoria. Constatamos que os psicólogos se reúnem para discutir questões relativas à profissão, no que eles sentem como deficitário na sua formação. Fizemos diversos encontros, como o de "Psicologia e Instituição", "Mulher e Saúde Mental", "Psicologia e Trabalho", reunindo um número significativo de interessados em aprofundar as questões nestas áreas. Estimulados por estes eventos, muitos psicólogos vieram procurar o CRP-06 por um motivo que não fosse o burocrático e sim técnico-profissional.²

As comemorações do Dia do Psicólogo, de 1987, também insistiram nesse aspecto técnico-profissional. Na ocasião, foi lançada uma produção em vídeo — *Psicologia, Imagens, Ações* —, contendo depoimentos de profissionais e não-profissionais sobre a Psicologia, além de mostrar locais tradicionalmente associados ao trabalho do psicólogo (consultório, empresa e escola), sempre enfatizando a sua ligação com a saúde mental. Segundo o *Jornal do CRP-06*,

constatou-se que o vídeo tinha lançado questões importantes para os profissionais presentes e que puderam ser sentidas através de alguns depoimentos, cujo enfoque foi, em sua grande maioria, sobre a necessidade de se refletir sobre a prática e a ação dos psicólogos em seu cotidiano.³



Na capa deste folheto, a fachada da nova sede do CRP-06, à Rua Borges Lagoa, no bairro de Vila Mariana, em São Paulo.

2. Como se constrói a nossa história?, *Jornal do CRP-06*, nº 50, s/d [meados de 1987].

3. "Psicologia, Imagens, Ações" no 27 de agosto, *Jornal do CRP-06*, nº 51, s/d [segundo semestre de 1987].

É possível que tais atividades, mais voltadas ao profissional, estivessem expressando o sentimento geral daquele momento, em que a política propriamente dita já não empolgava mais. Pelo menos essa foi a maneira que a gestão Palavra Aberta II encontrou para explicar a grave crise pela qual estava passando em 1987-1988, com a renúncia de quase 50% dos conselheiros:

Tal fato mostra-nos que a crise dentro do Conselho espelha de certo modo a crise instaurada no País. Embora não tenha sido citado nos argumentos dos renunciantes, devemos lembrar que predomina a desesperança política na sociedade brasileira como um todo. Após anos de lutas por mudanças progressistas, finalmente a oposição ascendeu ao poder, mas não realizou nenhuma transformação significativa. Da transição resultou, sobretudo, um marasmo generalizado.⁴

De acordo com este editorial, a chapa Palavra Aberta II foi marcada, desde a sua formação, pela ausência de vários de seus integrantes: “Uma parte dos conselheiros esteve ausente, inclusive, no dia da posse da gestão”. As ausências persistiram, passando “a se transformar em desistência definitiva”.

Em novembro de 87, quando decidimos realizar um encontro dos conselheiros para entender e explicar as origens da crise, com o auxílio profissional de dois analistas institucionais, sintomaticamente surgiram mais desistências. Apresentaram-se quadro delas, somente na semana que antecedeu o encontro dos conselheiros.

Diante dos acontecimentos, pairava no ar a pergunta: (...) seria o caso de dissidências ideológicas? A resposta parece ser não. Nas cartas de renúncias, os conselheiros declaravam quase sempre impedimentos de caráter pessoal: falta de tempo, compromissos profissionais e outros afins. Não

4. Crise... crise... crise, *Jornal do CRP-06*, nº 53, mar./abr. 1988.

se chegou a firmar posições divergentes que levassem ao rompimento.⁵

As atas das reuniões plenárias fornecem mais detalhes sobre os acontecimentos. Registram, por exemplo, que na reunião de 31/8/1987 um conselheiro "cobrou" a participação dos colegas em nome do "plano político estabelecido na plataforma". Respondeu-se então que "as relações afetivas do grupo de conselheiros deveriam ser trabalhadas e explicitadas". Após discutirem se havia exclusão de alguns ou mesmo autoexclusão, os conselheiros decidiram "contratar um especialista, a fim de realizar um trabalho com o plenário no início de novembro".⁶ Em 28/9/1987, foi discutida a ausência de dois conselheiros e decidiu-se pela sua exclusão do Conselho, de acordo com dispositivos regimentais. Em 5/10/1987, dois membros do Conselho desentenderam-se ao ser relatada a discussão entre ambos durante um debate a que haviam sido convidados.

Dois analistas institucionais foram contratados para os dias 13, 14 e 15 de novembro "com o objetivo de trabalhar as dificuldades de integração e relacionamento dos conselheiros".⁷ Nesses dias, os conselheiros, já em número reduzidíssimo, retiraram-se em um hotel, em Atibaia, no interior de São Paulo. Mantiveram reuniões plenárias todos os dias, mas as atas são lacônicas, repetindo uma mesma fórmula:

Avaliação da atuação política da Plenária. Discussão sobre o trabalho realizado pelos conselheiros no ano de 1987.⁸

5. Idem.

6. Ata da 507ª Reunião Plenária do CRP-06, de 31/8/1987.

7. Ata da 512ª Reunião Plenária do CRP-06, de 24/10/1987.

8. Ata da 514ª Reunião Plenária do CRP-06, de 13/11/1987. As duas atas seguintes repetem a fórmula com pequenas alterações.

DEPOIMENTO

La haver eleições, e o pessoal me convenceu a participar da chapa. Ai nos elegemos. Então, entrei na Comissão de Orientação e Fiscalização e foi lá mesmo que eu fiquei. A Comissão de Trabalho, de que eu participava, durou mais um tempinho, mas não foi muito para frente, porque não tinha mão-de-obra suficiente. E eu não podia dar conta de tudo, porque também tinha um trabalho pela frente: em 1987, fui contratada pela Universidade de São Paulo. Eu diria que a gestão foi num crescendo. A gestão foi subindo, mas, no final, estávamos com um problema que dirigia muito nossa forma de atuação, que era a gestão do próprio Conselho. Não sei se começou aí, mas lembro que era forte a discussão do papel do Conselho, que tipo de representação a gente tinha que ter, como era essa representação, o que é que a gente devia fazer, o que a gente não devia fazer. Isso permeava quase tudo o que a gente fazia.

(Regina Maciel)

DEPOIMENTO

Analisar as gestões Palavra Aberta é complicado. Havia problemas dentro do próprio Conselho, porque o grupo não era politicamente uniforme, mas não no sentido partidário. Era problema de interesse pessoal, vaidade mesmo. Acho que a Palavra Aberta talvez tenha sido um momento em que se pisou um pouco no freio em termos políticos. Não sei até que ponto se pode chamar a isso de retrocesso: pode ser que tenha havido um tipo de trabalho que avançou demais e perdeu o pé da realidade. Mas foi uma fase em que a coisa ficou muito personificada, muito em cima de pessoas e isso acho que nunca é bom. Em 1990, a avaliação que fizemos era de que a autarquia iria passar por uma fase mais conservadora, mais acadêmica — como de fato passou. É quase que cíclico.

(Sérgio Leite)

As reuniões seguintes, já na sede do CRP-06, foram tomadas por grande marasmo. A discussão sobre a “disponibilidade dos conselheiros para os trabalhos previstos nas diversas comissões”⁹ foi sendo postergado. Em 7/12/1987, no lugar dessa discussão, ouviram-se muitas lamúrias. Um membro do Conselho lamentou: “este grupo acabou, mas assumir isto é muito difícil”.¹⁰ Na reunião seguinte, a última do ano, não houve quorum.

Quase dois meses depois, em 1/2/1988, os trabalhos foram retomados. A possibilidade de antecipar as eleições foi ventilada, mas por fim descartada. Na reunião seguinte, traçaram-se as metas para a continuidade da gestão. Na reorganização dos trabalhos, o número das comissões foi reduzido para seis: Ética, Orientação e Fiscalização, Diretoria, Divulgação e Contato, Educação e Ensino de 2º Grau (em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos e o CFP) e Delegacias. Além disso, decidiu-se realizar um evento que fosse a síntese de todos os esforços do CRP-06, como explicaria um editorial do Jornal do CRP-06:

Escolhemos uma atividade geral aglutinadora das práticas organizadas do Conselho: um Congresso de Psicologia, a ser realizado no segundo semestre. Seu objetivo é o de mobilizar os profissionais em torno da discussão de questões que dizem respeito à Psicologia como profissão: seu campo de atuação, sua especificidade na interface com outras profissões e outras áreas do conhecimento; suas prescrições éticas, a formação; a diversidade de práticas que têm surgido ultimamente como Psicologia; as políticas de Educação, de Saúde e de Trabalho, que interferem nas condições de seu exercício; o lugar da Psicologia. Enfim, um Congresso para pôr em discussão a Psicologia como instituição em nossa realidade.¹¹

9. Ata da 517ª Reunião Plenária do CRP-06, de 23/11/1987.

10. Ata da 519ª Reunião Plenária do CRP-06, de 7/12/1987.

11. Por que e como continuar, *Jornal do CRP-06*, nº 54, mai./jun. 1988.



Da esquerda à direita,
Antonio Armino Camillo,
Adalberto Boletta de
Oliveira, Vera Stella Telles e
João Augusto Frayse Pereira,
na mesa-redonda
"Psicodiagnóstico:
instrumento de revelação?",
no I CONPSIC.

O Congresso de Psicologia, batizada de I CONPSIC, foi realizado entre 3 e 6 de novembro de 1988, no Centro de Convenções Rebouças, na cidade de São Paulo, contando com cerca de 600 participantes. No programa constaram, além das sessões de comunicação, quatro mesas-redondas: "Análise do vídeo *Psicologia, Imagens, Ações*"; "A especificidade de ação do psicólogo"; "Psicodiagnóstico: instrumento de revelação?" e "Ética das técnicas". O Plenário dos Trabalhadores de Saúde Mental participou com um debate sobre "A política das técnicas e a técnica das políticas". A sessão de encerramento foi dedicada à avaliação do Congresso e às propostas.

Em relação aos encaminhamentos (...), se destacaram os seguintes: realização de um seminário que seja promovido em conjunto pelo Conselho Regional de Psicologia 6ª Região e o Sindicato dos Psicólogos do [sic] Estado de São Paulo, com o objetivo de analisar as possibilidades de unificar a atuação política de ambas as entidades, mesmo se reconhecendo a especificidade de ação de cada uma delas. (...)

DEPOIMENTO

No primeiro CONPSIC, a gente fez uma discussão da especificidade da atuação profissional e como essa especificidade se dá. Se tem uma profissão chamada Psicologia, se tem um curso chamado Psicologia, se tem uma área do conhecimento que se chama Psicologia, isso também não é assim tão por acaso. Não estou dizendo que exista uma coisa chamada Psicologia, mas existem grupos que constituíram isso de alguma forma — e estamos nesse grupo no momento. Há uma contribuição especial que a gente pode dar para o conjunto das instituições sociais a partir disso. Como é que essa contribuição está sendo feita? Então, fizemos o CONPSIC pra colocar em questão a especificidade do exercício profissional. Eu acho que isso, que aconteceu através do vídeo Psicologia, Imagens, Ações, da pesquisa do DIEESE, seminários, discussões em comissão, foi, pelo menos, para tentar ampliar a percepção que o profissional tem do que ele faz enquanto profissional e em Psicologia.

(Marlene Guirado)

A segunda proposta diz respeito à formação acadêmica do psicólogo. A questão permeou constantemente as discussões durante o Congresso, e, daí, surgiu como necessária a reativação da Comissão de Ensino (...). (...)

Finalmente, um encaminhamento (...) se referiu à necessidade de dar-se continuidade ao I CONPSIC, com a realização de novos congressos, nos próximos anos.¹²

A crise foi abafada, mas permaneceu latente. Outros conselheiros foram renunciando. No término do mandato, restavam apenas nove dos 30 conselheiros que haviam iniciado a gestão. Para coroá-la, os remanescentes promoveram, na semana de 20 a 27 de agosto de 1989, uma campanha publicitária na TV e rádio, para divulgar a Psicologia ao grande público, afim de mostrar-lhe que o acesso aos serviços psicológicos é um direito de todos. O saldo da gestão não deixava de ser positivo:

A avaliação dos três anos de gestão da chapa Palavra Aberta II no CRP-06 aponta que a principal característica de sua atuação foi a configuração da entidade como lugar de discussão teórica, técnica e prática da Psicologia enquanto profissão. (...)

Consideramos a constituição de tal marca um avanço. E para que conseguíssemos concretizá-la foi muito importante a implementação de uma escuta aguçada e sistemática em relação às questões que surgem por parte tanto da demanda dos profissionais, quanto da demanda da clientela. (...)

(...)

Assim, o conselho acabou se constituindo em interlocutor — às vezes da categoria, às vezes da população — para as questões que dizem respeito à saúde mental e à cidadania. Nossos posicionamentos públicos, recentemente

12. Os encaminhamentos e as opiniões dos psicólogos, *Jornal do CRP-06*, nº 58, jan./fev. 1989.

veiculados na imprensa, acerca de práticas alternativas como a astrologia e terapia de vidas passadas, exemplificam essa postura. Também o polêmico debate que sustentamos, em 1987, através da mídia impressa e eletrônica, acerca da conduta ética frente à AIDS, confirmam tal constatação.¹³

ÉTICA E AIDS

Uma dessas situações, envolvendo problemas sociais graves, ocorreu em meados de 1987, quando fomos procurados por profissionais preocupados com pacientes aidéticos que, deliberadamente, se punham a disseminar a doença. Foi um momento particularmente difícil porque a orientação que teríamos de dar a tal demanda envolvia um ponto de inserção de vários aspectos relacionados com as formas de exercer Psicologia. Esteve envolvida a questão do sigilo, a qual está prevista no Código de Ética do Psicólogo; e para quem trabalha com uma linha psicanalítica, tinha também a questão de uma ética que passa pelo referencial teórico e técnico. Além disso, havia uma preocupação com aqueles que, pessoas ou instituições, por princípio, são contra qualquer tipo de "fiscalização" feita por qualquer entidade. Considerando o entroncamento de aspectos, optamos por um critério: dar uma orientação que fosse coerente com a marca da gestão. Então, a escolha foi a de pensar na saúde da população.

Ficou muito claro, na ocasião, que não estávamos fazendo nenhuma proposição de que os psicólogos denunciassem os clientes aidéticos. Isso seria absurdo em termos humanos, e não somente em termos de entidade. Propusemos que os psicólogos que se vissem nessa situação-limite (pacientes que, intencionalmente, contaminassem outras pessoas) procurassem o Conselho. O momento ficou mais complicado para o CRP, pois a imprensa fez uma utilização sensacionalista da nossa posição, o que serviu muito mais para desinformar os psicólogos e o público em geral e nos obrigou a publicar uma matéria paga para explicar qual era a real postura do CRP.

(Que Conselho é esse?, Jornal do CRP-06, nº 63, nov./dez. 1989.)

13. Ações da Palavra Aberta, *Jornal do CRP-06*, nº 62, set./out. 1989.

O desfecho em tom otimista, porém, não ocultou uma dose de amargura:

As formas de organização popular no Brasil são ainda muito precárias; por isso, nem sempre contamos com a intervenção direta dos psicólogos. Pelo contrário, houve uma delegação ao CRP, por parte dos profissionais que não organizaram meios para controlar e/ou acompanhar os encaminhamentos dados aos problemas referentes à profissão.¹⁴

14. Idem.

Parte III

Recordações do futuro

CAPÍTULO 16

Repensar o Conselho

Desta vez, em 1989, houve disputa nas eleições do CRP-06 — e também imensa fila para votar, na sede. A oposição reuniu-se na chapa 1, Realidade, propondo “transformar o atual CRP inoperante em um órgão que vai lutar pela profissão do psicólogo”. Para tal, defendeu “tirar o caráter punitivo e fiscalizador do CRP, dando a ele um caráter mais informativo”. Prometeu “atuar no sentido de melhorar a formação acadêmica do psicólogo”, intervindo junto ao MEC e colocando à disposição dos recém-formados supervisões específicas e cursos de formação. Também se dispôs a exigir dos novos psicólogos “comprovação de conhecimento na linha em que dedicarem através de exame específico”. Declarou não se preocupar com “a integração amistosa da categoria”, mas com a “integração científica”.¹

1. *Jornal do CRP-06*, nº 62, set./out. 1989.

OPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA Menos reunião e mais ação  “Um CRP que realmente defenda os interesses dos psicólogos” CHAPA 1	Algumas propostas do nosso trabalho 1 — Tirar o caráter punitivo e fiscalizador do CRP, dando a ele um caráter mais informativo, colocando-o realmente a serviço da categoria e da profissão de psicólogo, que paga a taxa do CRP e deseja um serviço por parte dele. 2 — Procurar integrar cientificamente os profissionais. É Consenso que a categoria se relaciona com dificuldade, a Chapa Realidade não irá preocupar-se com a integração amistosa da categoria, mas pretende fazer todo o esforço para integração científica. Por exemplo, é possível que fundemos uma revista especializada para esta finalidade. 3 — Atuar no sentido de melhorar a formação acadêmica do psicólogo; atuar ativamente junto ao MEC. 4 — Regulamentar melhor o exercício profissional dos novos psicólogos exigindo comprovação de conhecimento na linha em que dedicarem através de exame específico para atuação clínica, etc.; supervisão, avaliação psicológica e terapia na linha ou na proposta escolhida. 5 — Por à disposição dos recém-formados, seja através de faculdades, centros especializados, ou mesmo através do CRP, supervisões específicas, cursos de formação etc., aos interessados. (Dar alguma orientação).	OPOSIÇÃO E REALIDADE  UM CONSELHO MAIS ATUANTE CHAPA 1
--	--	--

A chapa Realidade obteve 7.610 votos e acabou derrotada pela chapa 2, Movimento (9.008 votos), que contava com alguns membros da gestão anterior — o que lhe permitia afirmar que aliava “novas idéias à experiência adquirida”. Suas propostas eram sintetizadas em cinco itens:

- Valorizar o trabalho do psicólogo junto às instituições.
- Garantir à população o direito aos serviços psicológicos.
- Consolidar e ampliar o papel político do Conselho no que se refere ao exercício profissional.
- Garantir a especificidade da Psicologia enquanto ciência e profissão.
- Atuar efetivamente nas questões relativas à formação do psicólogo.²

Simultaneamente às essas eleições, também se realizou a escolha de representantes da 6ª Região junto ao CFP para o triênio 1989-1992. Foi a primeira vez que isso ocorria pelo voto direto, pois, até então, os representantes eram nomeados pelos respectivos CRPs. Candidatou-se e ganhou a chapa Palavra Aberta (13.385 votos), formada por quatro dos ex-conselheiros do CRP-06.

Trecho do material de propaganda da chapa 1 (Realidade), para as eleições do CRP, de 1989.

2. Idem.



Capa do livro reunindo as palestras organizadas pelo CRP-06 para um público amplo, em agosto de 1990.

Recém-empossados, os conselheiros e os delegados regionais do CRP-06 realizaram, em dezembro de 1989, um “Encontrão” na cidade paulista de São Roque, para estabelecerem planos de ação das comissões. Na nova gestão, criou-se a Comissão de Menoridade, para examinar formas de atuação e políticas públicas em relação às crianças e aos jovens das camadas populares.

Alguns eventos marcaram a gestão Movimento no CRP-06. Com o apoio do CFP, organizou o I Encontro Regional sobre Formação Profissional em Psicologia, em 8 e 9 de junho de 1990, quando foram escolhidos nomes para participarem do Conselho Gestor de Articulação Nacional para a Melhoria do Ensino em Psicologia (ANMEP). A esse respeito, o CRP-06 marcou posição contra a proliferação indiscriminada de cursos de Psicologia, sem requisitos mínimos que pudessem justificar sua existência. Em agosto de 1990, o CRP-06 e a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo promoveram o ciclo “Psyché — quatro abordagens em psicoterapia”, que obteve grande sucesso de público não-especializado. Em 1991, as palestras desse ciclo seriam publicados em livro. Também em 1991, de 17 a 19 de outubro, o CRP-06 organizou o II CONPSIC, cujo tema central foi “A profissão do psicólogo e a saúde”. O II Encontro de Psicologia e Trabalho, promovido pelo CRP-06, aconteceria em 3 e 4 de julho de 1992. Além disso, o CRP-06 participou do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública e do Movimento pela Luta Antimanicomial.

Quando, em 26/5/1991, o programa “Fantástico”, da Rede Globo, apresentou uma reportagem sobre Terapia de Vidas Passadas (TVP), os conselheiros do CRP-06 logo desencadearam uma intensa polêmica em suas reuniões. Não que tivessem dúvidas a respeito; buscavam apenas a forma adequada para denunciar tais práticas, que podiam ser enquadradas como charlatanismo. Decidiram por uma matéria paga em um jornal de grande circulação, alertando o público para o fato de que a TVP não podia ser considerada uma

técnica psicológica, na medida em que sua base era a crença na reencarnação, que “até o momento” não passava de um princípio religioso e não científico.

A gestão Movimento também foi marcada por uma crise, provocada pela renúncia, em 1991, dos representantes do CRP-06 no CFP, alegando incompatibilidade com a própria CRP-06:

Nós, conselheiros federais, por entendermos que a articulação psicólogos, CRP, CFP passa necessariamente pelo Conselho Regional e que, por não representarmos as decisões do Regional, não representamos as deliberações dos psicólogos da Sexta Região, havemos por bem tornar pública a nossa renúncia ao mandato para o qual fomos eleitos, permanecendo no cargo até o dia 16 de agosto de 1991, permitindo com isso que os psicólogos possam eleger para o Conselho Federal representantes devidamente articuladas com o Conselho Regional da Sexta Região.³

As atas do CRP-06 revelam uma série de reuniões entre ambos os lados. Os conselheiros federais criticavam o CRP-06 de não manterem contato com eles, o que significaria desautorizá-los como representantes. Os conselheiros do CRP-06 acusavam os demissionários de estarem fazendo manobras para manterem o poder. Enquanto isso, alguns conselheiros do CRP-06 também pediram demissão. Para além das divergências pessoais ou políticas, esse episódio era um exemplo claro da inadequação das estruturas vigentes dos Conselhos Federal e Regionais.

Essa questão havia sido um dos temas mais polêmicos do I Congresso Nacional Unificado de Psicologia (I CONUP), realizado em Brasília, entre 8 e 9 de setembro de 1989, pouco antes de a gestão Movimento tomar posse no CRP-06. Reunindo os Conse-

3. Uma relação em discussão, *Jornal do CRP-06*, nº 72, jul./ago. 1991.

lhos, os sindicatos e as associações de psicólogos, as discussões desse Congresso concentraram-se principalmente em duas questões: a formação, com uma série de deliberações sobre o ensino de Psicologia e a proliferação indiscriminada de cursos, e o caráter das entidades da categoria. Nesta questão, esboçaram-se duas tendências, como esclareceu Yves de La Taille, um dos participantes do CONUP:

houve um divisor de águas entre os sindicalistas querendo acabar com as entidades de categoria e outros (na linha do CRP-06) que, sem negar novas formas de organização, sublinham as necessidades de uma organização específica.⁴

Marlene Guirado, então conselheira do CRP-06, também apontou para essa divergência fundamental:

O Sindicato de São Paulo apresentou a tese de extinção dos Conselhos com o argumento, entre outros, de que o Conselho é representativo do Estado e não da categoria. O CRP-06, por sua vez, levou a tese da transformação dos Conselhos em Ordem, com o argumento da necessidade de modificar a forma legal dessas entidades para que se dê conta de dois fatos: um, ampliar suas funções de maneira a garantir um estatuto de lei para certos avanços políticos (...); outro, garantir a existência de uma instituição que possa atender às condições do exercício profissional como um todo nas discussões, ético-técnicas, tendo em vista a qualidade dos serviços oferecidos como um direito da população.⁵

Por sinal, a transformação dos Conselhos em Ordem era um dos itens do programa pelo qual a chapa Palavra Aberta havia sido eleita para o CFP. A discussão estava posta. Na edição de maio/junho de 1991, o Jornal do CRP-06 transcreveu uma longa

4. A opinião dos participantes, *Jornal do CRP-06*, nº 64, jan./fev. 1990.

5. *Idem*.

carta do psicólogo Edner Ferreira Braga da Silva, que criticava o CRP-06 tal qual existia:

Hoje, para mim, o CRP apresenta-se como uma entidade abstrata, com a qual tenho que conviver contra minha vontade e para a qual tenho que contribuir financeiramente contra a minha livre escolha, e que apenas me dá em troca um jornal que, às vezes, apresenta alguma questão interessante, mas que não justifica de forma alguma o uso do dinheiro compulsório investido.

No entanto, não penso na simples extinção do Conselho. Penso muito mais na sua transformação para que possa constituir-se num órgão independente do governo, autônomo, onde os profissionais possam participar e contribuir de acordo com seu livre arbítrio e que a inscrição não seja obrigatória. (...)

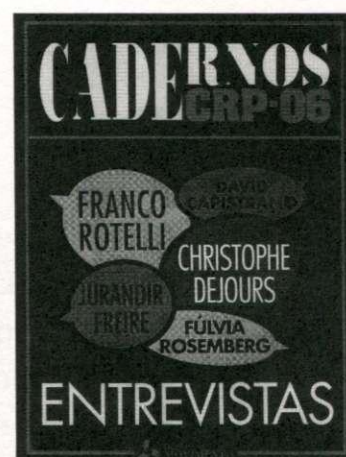
Não sou pelo fim do CRP. Sou pelo fim deste CRP que está aí e da forma como está constituído, sou mais pela sua transformação do que pela sua morte, porém, se a transformação não for possível, meu voto é pela sua extinção (...).⁶

A divergência em torno da natureza das entidades também esteve presente no II CONPSIC, de outubro de 1991, na mesa-redonda sobre "O papel dos Conselhos". Dias depois, de 25 a 27 de outubro, realizou-se em Belo Horizonte, Minas Gerais, o Encontro das Plenárias, reunindo os CRPs e o CFP, para discutir três temas:

- 1) A necessidade do Conselho;
- 2) A quem se dirige;
- 3) A estrutura e os encaminhamentos que a instituição desejada deve ter para atingir suas metas e alcançar os objetivos definidos.⁷

6. O leitor escreve, *Jornal do CRP-06*, nº 71, mai./jun. 1991.

7. A necessidade dos Conselhos, *Jornal do CRP-06*, nº 75, dez./jan./fev. 1991/1992.



Publicação do CRP-06, com entrevistas de personalidades ligadas à Psicologia e Saúde. originalmente editadas no Jornal do CRP-06.

Nesse encontro, segundo a avaliação do CRP-06, as teses "extincionistas" não tiveram vez. Uma vez definida que o Conselho era necessário,

os participantes passaram a discutir a operacionalização: como fazer para que o Conselho atingisse esse caráter de entidade ideal? Havia posições que pediam o redimensionamento da autarquia, criando novos Conselhos Regionais em locais inacessíveis. Outras pediam a extinção do Conselho Federal ou sua transformação em (...) "colegiado de regionais". Houve também algumas propostas de eleição por "chapa nacional".

(...)

O que acabou sendo consensual entre os grupos foi o reconhecimento de que o encontro serviu como estopim de um processo mais amplo, que deverá envolver a categoria na rediscussão dessas questões e na elaboração de propostas que poderão ser deliberadas em um congresso de caráter constituinte.⁸

A idéia de um congresso constituinte prosperou. Segundo um editorial do Jornal do CRP-06,

na reunião ocorrida em Salvador, nos dias 21 e 22 de fevereiro último [1992], foi dado início à organização do processo constituinte, cujo objetivo é definir uma reestruturação nos órgãos regulamentadores e fiscalizadores do exercício de Psicologia.⁹

Os CRPs deveriam preparar os Congressos Regionais, que culminariam com a realização do Congresso Nacional. Essa, porém, seria tarefa para a gestão seguinte, a ser eleita em agosto de 1992.

8. Idem.

9. Constituinte e eleições, *Jornal do CRP-06*, nº 76, mar./abr. 1992.

GESTÃO MOVIMENTO

Foram, principalmente, duas as questões que permearam a gestão Movimento. A questão da visão antimanicomial foi uma luta que a gente travou junto com o CFP, foi uma das poucas vezes em que a gente se uniu. A gente fazia várias reuniões pelo Brasil inteiro. Era uma questão que estava muito clara, a gente acha que manicômio não é depósito mesmo e tem que ter um outro tipo de visão. A questão do menor também foi uma coisa que permeou bastante a minha gestão, até porque nessa época estava se fazendo o Estatuto do Menor, da Criança e do Adolescente. Acho que através dessas ações o Conselho acabou tendo algum tipo de papel, tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente,



quanto nessa questão antimanicomial.

A gente também tinha idéias muito firmes com relação à Comissão de Orientação, e uma discussão que marcou esses anos todos foi a questão da relação entre a Psicologia e as técnicas ditas "alternativas". A lei que rege o exercício da profissão do psicólogo não é muito específica. Então, ela deixa em aberto uma série de coisas que os psicólogos fazem, mas que de uma certa forma são compartilhadas por outros profissionais. Uma coisa que a lei não determina,

por exemplo, é que o exercício da Psicoterapia seja privativo do psicólogo. Então, era uma briga que a gente levava, no sentido de não permitir que profissionais não qualificados pudessem estar exercendo esse papel de psicoterapia — até por que era uma questão de proteger a população, e esse era o nosso papel. E existem absurdos, coisas do outro mundo. É uma briga que a gente levava, abria processos, mas é complicado porque a legislação não nos dá apoio legal. Então, a discussão se passava para uma questão mais ampla: será que o Conselho tem esse papel? A gente achava que tem, acho que tem até hoje. A gente não pode esquecer que, no final das contas, somos um órgão fiscalizador.

E fiscalizamos para que a população não seja enganada também com práticas do tipo consultas pela TV. Aqueles psicólogos que se prestam a esse tipo de coisa estão indo contra a Psicologia como instituição. O aconselhamento pela televisão, a gente discutiu a validade disso, mas acredito que não pode ser feito: é anti-ético.

Na minha gestão, também houve muitas complicações, inclusive a nossa relação com o CFP ou com o modo como os representantes de São Paulo se colocaram no CFP. Porque é uma situação super-ambígua: o que eu sou lá — estou representando o Conselho Regional de Psicologia ou os psicólogos da minha região? Essa discussão correu durante a minha gestão, levando até o grupo que representava São Paulo, liderado pela Marlene Guirado, a

renunciar ao Conselho Federal de Psicologia. Não era bem uma oposição entre esses representantes e a nossa gestão; acho que existiam divergências na forma de atuação.

Achávamos que eles eram representantes do Conselho de São Paulo e eles achavam que eram representantes dos psicólogos de São Paulo. Se a gente tivesse conseguido manter um relacionamento saudável entre representantes de São Paulo no Federal e o Conselho Regional, essa crise de identidade não teria aparecido, porque estaria todo mundo junto. Mas na hora em que esse relacionamento se quebrou — e se quebrou por motivos pessoais —, aí não tinha mais jeito: a crise de identidade estava a descoberto e a gente pensava diferente mesmo!

Os três últimos anos que fiquei no Conselho foram bastante tumultuadas em

termos de relações. Mas tentei, junto com outros conselheiros, dar um tom de continuidade à gestão da Marlene: com as representações todas que a gente tinha; com campanhas institucionais, que considero que significou continuidade mais do que qualquer outra coisa; com publicações, que também considero continuidades; com realizações de grandes eventos como o II CONPSIC, que é importante para a categoria, na medida em que ela se reúne e discute a sua posição, a sua forma de atuação. A questão do processo constituinte, aí já foi na minha gestão; mas também não é idéia só nossa, acho que estava todo mundo querendo discutir o papel do Conselho. E se a gente fosse modificar, que essa modificação fosse feita com o apoio da categoria, com as idéias da categoria e não só com as idéias de

meia dúzia de pessoas do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais. Então a idéia de se fazer a constituinte é uma concretização maior de uma discussão que já vinha antes, e, nesse sentido, vejo uma continuidade, não uma quebra.

Mas é difícil dizer se as mudanças propostas no processo constituinte vão ter êxito. Acho que o País está numa situação complicada, e os psicólogos, numa situação mais complicada ainda. Então, motivar a categoria é muito complicado. Acho que a gente está virando cidadão, mas tenho minhas dúvidas se isso vai dar certo. E na medida em que no nível político mais geral a gente não tem isso, acho muito complicado você motivar uma categoria. Pelo menos pelo que estou olhando, o processo constituinte está tendo uma participação relativamente

grande, mas poderia ser melhor se a gente conseguisse motivar. E motivar não depende só do Conselho, depende das outras variáveis sociais que é uma desgraça: a gente precisa virar cidadão de verdade para começar a exercer isso. Enquanto a gente não tiver isso socialmente, acho muito difícil que o psicólogo tome o Conselho para si, se sinta realmente pertencendo. Porque, em geral, o psicólogo passa à margem do Conselho, não entende o papel do Conselho. É claro que há gente que entende, mas a grande maioria encara aquilo como uma obrigação burocrática, às vezes até como uma chatice. Dizem: "É ruim, porque tenho que pagar e não tenho dinheiro para pagar". Falam que é porcaria, porque não faz nada — e esse "fazer alguma coisa" é difuso, o que querem que a gente faça? É uma coisa

complicada. Também não tomam para si a necessidade de fazer alguma coisa e vão lá fazer demanda, só na base do reclama, reclama, reclama, reclama e não saem do lugar. Mas isso faz parte de uma questão maior. Não estou criticando o psicólogo, estou é criticando o cidadão brasileiro em geral.

(Regina Maciel)

CAPÍTULO 17

Arrumação da casa

Enquanto isso, realizaram-se, em 1989, as primeiras eleições presidenciais pelo voto direto, o que não acontecia desde 1960. Mas o eleito foi Fernando Collor de Mello que, após confiscar todos os “ricos” que possuíassem conta corrente ou poupança acima de Cr\$ 50 mil e fazer manobras “radicais” em *jet-ski* ou avião de caça, acabou sofrendo *impeachment*, em 29/9/1992, devido a acusações de corrupção e tráfico de influência. Seu vice, Itamar Franco, então assumiu a Presidência da República.

Naquele ano, 1992, também assumiram novos conselheiros do CRP-06, após uma disputa eleitoral entre a chapa 1, Segundo Movimento, com alguns integrantes da gestão Movimento, e a chapa 2, Psicologia e Cidadania, de oposição. Nessas eleições, ao contrário das vezes anteriores, não houve apresentação das chapas e de seus programas no Jornal do CRP-06.

A votação foi tranqüila, pois realizou-se inteiramente via correio, para evitar filas como na eleição passada. O processo eleitoral, no entanto, foi tumultuado, com denúncias de que a chapa Segundo Movimento estaria usando a máquina administrativa do CRP-06 para fazer campanha. A Comissão de Sindicância concluiu que as ações e as atitudes que foram objeto de denúncia decorriam de falhas do Regimento Eleitoral. Em todo caso, a chapa acusada havia perdido a eleição para Psicologia e Cidadania, que obteve cerca de 60% dos votos válidos.

Empossada em 25/9/1992, a nova gestão imediatamente iniciou uma reforma administrativa no CRP-06:

Quando a gestão Psicologia e Cidadania assumiu, o quadro administrativo era inchado e consumia boa parte do orçamento-programa. Uma das primeiras decisões foi enxugar a folha; houve uma redução de 21%. Recentemente, o CRP contratou, por meio de licitação, uma empresa de consultoria que fará a segunda parte da reforma administrativa com a tarefa de reorganizar internamente fluxos e serviços administrativos, revendo a estrutura de cargos e salários.¹

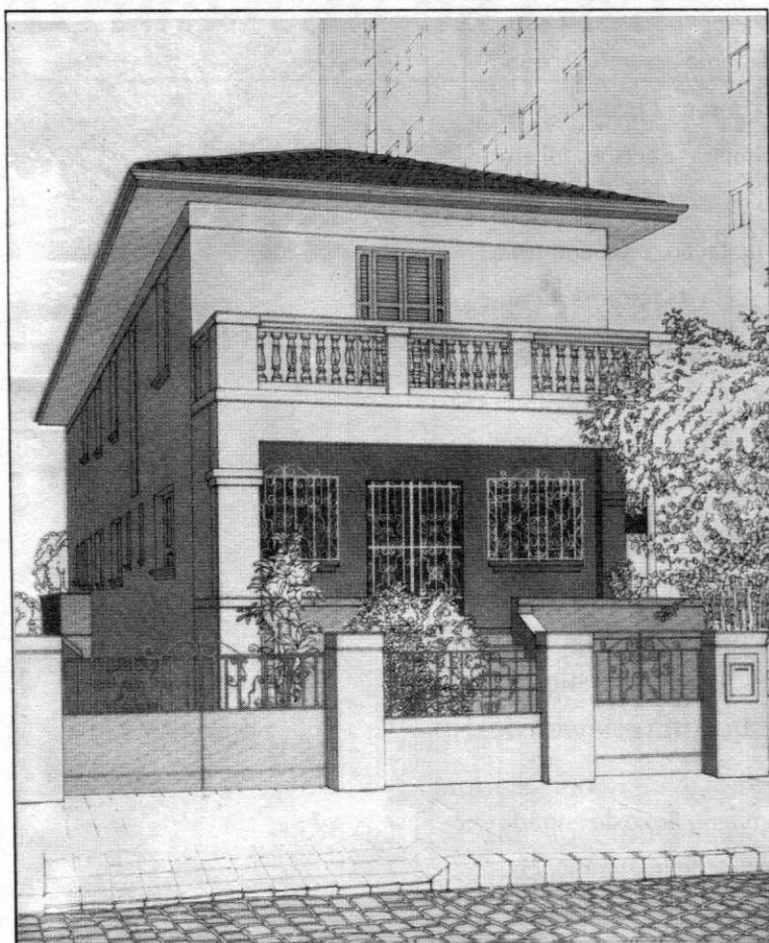
Em relação aos psicólogos, o CRP-06 passou adotar uma atitude menos retaliadora em casos de dívida. A lei nº 6.994 — aquela mesma que havia impossibilitado a autonomia financeira dos conselhos! — impedia que os devedores fossem anistiados, mas era preciso levar em conta que 40% da categoria estavam desempregados:

A primeira medida foi a de interromper o fluxo de entrada de novas ações na Justiça por motivos de inadimplência. As ações de execução fiscal chegavam a ser vexatórias,

1. Uma gestão voltada para os interesses da categoria, *Jornal do CRP*, nº 81, jul. 1993. A partir deste número, o *Jornal do CRP-06* passou a se chamar *Jornal do CRP*, embora tivesse mantido a numeração.

pois podem resultar na penhora de bens dos devedores e até no impedimento do exercício profissional. Quanto aos processos em andamento, decidiu-se pela suspensão (...). De outubro de 1992 a maio deste ano, 400 processos já foram solucionados amigavelmente. Deixou-se de tratar profissionais em débito como inimigos (...).²

Fachada da nova sede do CRP-06, na Rua Arruda Alvim, próxima à estação Clínicas do Metrô.



Outra das primeiras medidas adotadas pela nova gestão foi a aprovação, em assembléia da categoria, da aquisição de uma nova sede que pudesse ser, efetivamente, “um espaço de organização dos psicólogos”,³ com auditório para 100 pessoas, salas de reuniões, biblioteca etc. As negociações de compra do imóvel, na Rua Arruda Alvim nº 89, próximo à estação Clínicas de metrô, foram concluídas em 21/6/1993. Mas a inauguração da nova sede, prevista para junho de 1995, teve de ser adiada, devido a graves problemas na contratação de serviços de reforma do imóvel:

O CRP-06 anulou a licitação para realização das obras de reforma da nova sede do Conselho, após descoberta de cartel organizado para superfaturamento de preços por parte dos concorrentes.⁴

2. Idem, *ibid.*

3. De olho nos gastos, *Jornal do CRP-06*, nº 80, dez./jan. 1992/1993.

4. Superfaturamento atrasa entrega da nova sede. *Jornal do CRP*, nº 89, set./out. 1994.

COMO FUNCIONA O CARTEL DAS EMPREITEIRAS

As empresas envolvidas no cartel pretendiam superfaturar a obra da nova sede do CRP em estimadamente 200 mil reais. Este valor geralmente é estipulado pelas empreiteiras a partir do orçamento da contratante, pelo orçamento inicial da obra. Explicando melhor, a Lei de Licitações prevê que no edital seja especificado o valor do capital que a empresa contratante detém para a referida obra. Esse capital, geralmente, refere-se a 10% do valor total da obra. No caso do edital do CRP, onde foi publicado o valor de 45 mil reais, as empresas puderam calcular que a obra estava orçada em 450 mil reais.

Por outro lado existe um índice, previsto em lei, chamado BDI que representa o percentual que as empresas deverão colocar como acréscimo pelos seus serviços. Esse índice gira em torno de 25% — mas pode variar de 12% a 35%, o que significa que a obra deveria custar em torno de 562 mil reais. O que aconteceu é que como o CRP não deu uma proposta orçamentária, tendo publicado somente o valor do capital, as empresas tentaram jogar com isso, acrescentando ao valor uma cifra em torno de 45 a 50%. De acordo com a denúncia telefônica, as empresas combinaram quem daria o preço mínimo. As demais concorrentes deveriam apresentar proposta mais alta, perdendo a licitação e provocando a impugnação de algumas concorrentes na reunião de abertura das propostas. Segundo declarações do conselheiro-presidente do CRP, Odair Sass, “o episódio lamentável de que o Conselho foi vítima é apenas um pequeno exemplo de como os mecanismos antidemocráticos estabelecidos pelos cartéis funcionam no País. Todo mundo defende a concorrência e o livre mercado, mas os hipócritas utilizam os mecanismos mais sórdidos para acumular riqueza pessoal, sem gerar divisas para a sociedade. De fato, o que somos levados a constatar é que a chamada concorrência é uma falácia, porque alguns que participam a coíbem, impedindo que se estabeleça o livre mercado”.

(Jornal do CRP, nº 89, set./out. 1994).

Nessa "arrumação da casa", as 11 delegacias então existentes⁵ receberam um novo *status*. Agora chamadas de subsedes, essas representações deixaram de ser considerados como apêndices administrativos da sede, para assumirem papel mais ativo:

propomos que sejam locais de encontro e instrumento de articulação dos psicólogos, a partir dos quais possam desenvolver projetos de interesse da categoria e intervir no espaço social em defesa da cidadania. Para isso é necessário descentralizar as ações, garantindo maior autonomia às subsedes e valorizar projetos voltados para os contextos específicos de cada região.

(...) A forma de gerenciamento também muda, visando introduzir uma prática mais democrática e participativa: ao invés de ser administrada por um delegado, a subsede será dirigida por uma comissão gestora (...). Esta comissão terá como prioridade a gestão política da subsede, ficando seu coordenador responsável pelos aspectos administrativos.⁶

Recomendou-se que as subsedes se transferissem de prédios para casas, o que favoreceria a convivência dos frequentadores. Esse foi o caso da subsede de Bauru. Por sinal, nessa cidade ocorreu, entre 18 e 20 de junho de 1993, um "Encontrão", reunindo as comissões gestoras das subsedes e as comissões temáticas do CRP-06. Fixaram-se então as linhas de atuação para os meses seguintes, mediante discussão dos

aspectos políticos das ações das comissões gestoras e a integração dos projetos prioritários da atual gestão e das comissões temáticas.⁷

5. Assis, Bauru, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Guarulhos, Lorena, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, Santo André. Posteriormente, a subsede de Lorena foi transferida para Taubaté.

6. Nova política de representação, *Jornal do CRP-06*, nº 80, dez./jan. 1992/1993 (artigo assinado por José Roberto Tozoni Reis).

7. Com nova estrutura, subsedes ganham agilidade, *Jornal do CRP*, nº 81, jul. 1993.

Com toda essa reorganização das subsedes, segundo o *Jornal do CRP*, "surgiu a necessidade da reordenação geográfica e política do Conselho", para o que era imprescindível atualizar o cadastro dos psicólogos inscritos.

Sem dados consistentes, há dificuldade em planejar as ações, desenvolver programas e estudos que dizem respeito à categoria. Com dados consistentes, o Conselho terá a possibilidade de organizar melhor suas propostas e planos de ação.⁸

Buscando resolver essa questão, o CRP-06 firmou, em 1994, um convênio de cooperação técnica com a Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), para realizar o recadastramento. Isto também possibilitaria retraçar o perfil da categoria, conforme explicou o conselheiro Odair Sass:

Estão superadas as informações que distribuíam os psicólogos nas áreas tradicionais de consultório, clínica-escola e empresas. Hoje, essa atuação profissional é mais ampla e diversificada (...).⁹

DEPOIMENTO

Éramos uma grande frente e ela não teve uma hegemonia clara para definir qual seria o caminho a seguir. Então, nesse caminhar foram acontecendo gestões, a "capa" de conselheiros vai pregando na pele, uma coisa pesada — acho que a própria categoria ainda vê o Conselho como uma coisa assim. Por falta de um projeto político mais claro, foram-se perdendo a perspectiva, atendendo as solicitações da máquina. Foi por isso que se voltou a fazer fiscalização. Quando assumimos, em 1992, havia dez fiscais, e a consequência do trabalho que estavam realizando era nenhuma, em termos de mudar o exercício profissional, as condições de trabalho. Por isso é que acho que é preciso ser irreverente, para não ser tragado pela máquina, sua força inercial.

(José Roberto Tozoni Reis)

8. *Jornal do CRP*, nº 85, jan./fev. 1994.

9. *Idem*.

CAPÍTULO 18

Exercício da cidadania

Ponto fundamental do programa da chapa Psicologia e Cidadania, a consolidação do exercício da cidadania foi buscada pelo CRP-06 mediante uma série de diálogos com a sociedade civil. Algumas vezes, isso implicava tomada de posição enérgica frente aos acontecimentos. Isso aconteceu quando da invasão da Casa de Detenção de Carandiru, na cidade de São Paulo, pela Polícia Militar, resultando na morte de 111 detentos, segundo a contabilidade oficial.

O CRP-06 também se fez presente no movimento contra manicômios, uma de suas tradicionais bandeiras de luta. Em setembro de 1993, participou do Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, realizado em Salvador, que foi precedido pelo Encontro Estadual, em Ribeirão Preto. Durante o Dia do Psicólogo de 1993, deu apoio a uma moção a favor de alternativas ao modelo manicomial e contra o abandono dos serviços públicos de saúde

pela Prefeitura Municipal de São Paulo. A subsede de Santos participou da organização, naquela cidade, do III Encontro Nacional de Entidades de Usuários e Familiares da Luta Antimanicomial, realizada de 9 a 12 de dezembro de 1993. Em 18/5/1994, o CRP-06 tomou parte das atividades do Dia Nacional da Luta Antimanicomial e, no dia seguinte, acompanhou 300 familiares de doentes mentais à Assembléia Legislativa de São Paulo, para sensibilizar os deputados em relação a um projeto de lei preven-

MANIFESTO DO III ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE USUÁRIOS E FAMILIARES DA LUTA ANTIMANICOMIAL

Somos radicalmente contra os manicômios e a cultura manicomial! Compreendemos como "cultura manicomial" aquela mentalidade e atitude institucional que reúne, num espaço físico com característica de prisão, um grande número de pacientes que são enclausurados, segregados e permanecem sem direitos e liberdades fundamentais, como o direito de ir e vir e o direito de inserção social. Pessoas excluídas da sociedade através de um ritual e um processo de mortificação que as torna crônicas (irreversivelmente e sem motivos para querer viver em sociedade) e as transforma em objeto de lucro e manipulação. Exigimos ser sujeitos sociais, autores do nosso próprio destino com identidade definida, psicológica, social econômica, cultural e politicamente.

O tratamento manicomial não é tratamento, é tortura. Ele degrada e avilta o paciente, a família e os técnicos.

ABAIXO O MANICÔMIO!

Que vivam a vida, a justiça e o nosso maior patrimônio, que é uma liberdade consciente e responsável, ciente dos seus direitos e deveres. Só assim os usuários poderão se tornar verdadeiros cidadãos, vivendo seu enorme potencial para criar, amar e produzir.

Plenário do III Encontro

Santos, 12 de dezembro de 1993

do o fechamento de hospitais psiquiátricos. Também em maio de 1994, a subsede de Campo Grande manifestou-se

contrária à indicação de abertura de hospital psiquiátrico no município de Dourados. Em seguida, enviou ofício de esclarecimentos à presidência da Câmara Municipal de Itaporã — que vinha apoiando a abertura do hospital —, a todos os vereadores, Secretaria de Saúde e prefeitos municipais de Dourados e Itaporã.¹

CONTRA O MASSACRE*

Vimos manifestar nosso repúdio à execução sumária de mais de uma centena de encarcerados na Casa de Detenção de São Paulo levada a cabo pela PM paulista, no dia 2 de outubro de 1992.

Ao mesmo tempo que nos incluímos entre os segmentos da sociedade civil que exigem a imediata apuração das responsabilidades, não podemos deixar de vincular esse episódio hediondo e repugnante a tantos outros que cotidianamente vêm atingindo a população brasileira, tais como a ascensão do nazismo, as múltiplas formas de discriminação e segregacionismo, e toda espécie de brutalidade e irracionalismo que ofendem o mais elementar direito à vida.

Convictos da importância da luta contra essas condutas inaceitáveis para a convivência social, juntamo-nos às outras entidades e segmentos sociais na defesa da democracia e da cidadania.

(Jornal do CRP-06, nº 80, dez./jan. 1992/1993.)

***Também publicado em Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo, Jornal do Brasil, Notícias Populares e Jornal da Tarde.**

1. Manicômios: a luta continua, *Jornal do CRP*, nº 87, mai./jun. 1994.

Na comunicação com a sociedade civil, as subseções desempenharam papel importante. Em outubro de 1993, a subseção de Taubaté apoiou um seminário sobre a realidade da criança e do adolescente, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocando os psicólogos ao evento. A de São José do Rio Preto organizou, também em outubro de 1993, o encontro "Psicologia escolar e educação em debate", com vários temas:

Sob o tema "Educação hoje", foi lembrada a perda do orçamento para Educação nos últimos governos e suas consequências no ensino público. Destacou-se a preocupação dos professores com a queda da qualidade, suas lutas e conquistas, as verbas para a campanha "Educação no Centro das Atenções" e a criação do Fórum Permanente de Debate da Educação.²

Algumas das comissões do CRP-06 também assumiram o objetivo de fazer o contato com a sociedade civil. Por exemplo, a Comissão de Comunicação definiu como seu "objetivo uma interlocução aberta e abrangente com a categoria e a sociedade civil". A de Educação propunha desenvolver suas atividades, tendo "sempre como base a defesa do ensino público". A de Menoridade (ou Infância e Adolescência) apresentou como seu princípio fundamental a "garantia do direito à cidadania na infância e adolescência", buscando "contribuir para a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como influir na formulação de políticas públicas para o setor". A de Saúde estabeleceu como meta a discussão sobre a "inserção do psicólogo na Saúde", além de direcionar "suas ações para a participação efetiva do Conselho nas Conferências Estadual e Nacional de Saúde Mental".³ A Comissão de Formação, em 1993,

2. Processo Constituinte mobiliza subseções, *Jornal do CRP*, nº 84, nov./dez. 1993.

3. *Jornal do CRP-06*, nº 80, dez./jan. 1992/1993.

fechou o ano realizando (...) um encontro na PUC de São Paulo, no qual se refletiu sobre três questões importantes: 1) O psicólogo deve trabalhar para promover a saúde? Como formar esse psicólogo? 2) A formação tem sido eminentemente técnica. Como superar isso? 3) Qual a importância da reflexão sobre a visão detalhada da formação do psicólogo?⁴

O funcionamento dessas comissões, no entanto, não deixou de receber críticas, exigindo reformulações:

Se por um lado essa forma de organização revelou-se positiva, por ter especificado temas importantes (Saúde, Infância e Adolescência, Formação e Educação etc.) e permitiu (...) que conselheiros e demais profissionais participantes se apropriassem do funcionamento do Conselho, por outro observou-se uma excessiva preocupação com questões específicas, provocando menos integrações do que seria possível e desejável.

A nova proposta é realizar projetos que tenham por base grupos de trabalho relativos aos diversos temas, que atuarão em sintonia uns com os outros. Essa iniciativa, no entanto, não elimina totalmente as comissões (...).⁵

4. Comissões trabalham rumo à Constituinte, *Jornal do CRP*, nº 85, jan./fev. 1994.

5. Novas conquistas virão, *Jornal do CRP*, nº 84, nov./dez. 1993.

CAPÍTULO 19

Re-constituição

Todas essas atividades tinham um ponto de convergência: a retomada do processo constituinte que, na avaliação da gestão Psicologia e Cidadania, estava abandonado. Se a gestão Movimento havia diagnosticado que o “grande ganho político dentro do encontro [de Minas Gerais, em 1991] foi a descaracterização das teses extincionistas”,¹ a nova gestão, ao contrário, considerou que a discussão sobre a “natureza das entidades representativas, inclusive sobre o teor corporativista que as caracterizavam”, ficou esquecida porque o “debate sucumbiu diante da corrente corporativista, bem representada no encontro”.²

Seja como for, o tema voltou à ordem do dia:

Em setembro de 1992, a 6ª Região apresentou a proposta de realização do Congresso Constituinte, não mais como

1. A necessidade dos Conselhos, *Jornal do CRP-06*, nº 75, dez./jan./fev. 1991/1992.

2. Constituinte e a reestruturação profissional, *Jornal do CRP*, nº84, nov./dez. 1993.

um fórum de debates apenas sobre os Conselhos, mas ampliando-se as discussões para questões referentes ao dia-a-dia do profissional.³

O CRP-06 empreendeu seus esforços para o sucesso do Congresso Constituinte, mesmo porque promover discussões a respeito significava também discutir a realidade da categoria — e vice-versa. Assim, em 1993,

eventos diferenciados marcaram o Dia do Psicólogo nas subsedes do CRP-06. Mas o Processo Constituinte norteou os debates em quase todas as regiões. Restritas ao dia 27 de agosto, ou estendidas durante toda a semana, as comemorações significaram sessões de cinema, palestras, mesas-redondas, bate-papos, reuniões, debate e coquetéis. Na berlinda, o exercício profissional, a formação e a organização política dos psicólogos.⁴

Esse empenho do CRP-06 também se justificava pela própria importância da 6ª Região no conjunto da categoria dos psicólogos:

O papel do CRP-06 no Processo Constituinte é ímpar, uma vez que ele agrega 33.404 profissionais, cerca de 40% dos psicólogos de todo o País.⁵

O Congresso Regional ficou marcado para 20 e 21 de maio de 1994 e o Nacional, para 25-28 de agosto. Para assegurar a participação de maior número de psicólogos, realizaram-se, inicialmente, vários encontros preparatórios e, em fevereiro e março de 1994, encontros setoriais (de Saúde, de Educação, de Justiça etc.).

3. Psicólogos traçam novos rumos, *Jornal do CRP*, nº 87, mai./jun. 1994.

4. Processo constituinte direciona debates do Dia do Psicólogo nas subsedes, *Jornal do CRP*, nº 83, set. 1993.

5. Constituinte e a reestruturação profissional, *Jornal do CRP*, op. cit.

Em abril foram realizados os Pré-Congressos, em São Paulo e em cada subsede. Desses Pré-Congressos foram escolhidos os delegados, a partir de critério de proporcionalidade. (...)

A partir dessas discussões, todos os participantes foram incentivados a apresentar teses e proposições sobre os temas a serem discutidos no Congresso. As teses encaminhadas passaram por um processo de sistematização (...).⁶

Realizado no prédio da Academia Paulista de Letras, o Congresso Regional contou com 155 delegados. Eles foram divididos em seis grupos, para discutirem os três grandes temas propostos: formação profissional, exercício profissional e organização política dos psicólogos. Em relação à formação profissional, votaram-se princípios que deveriam nortear as discussões futuras: compromisso com a reflexão crítica sobre a teoria e a prática da Psicologia; com a qualificação profissional dos docentes respon-

Pré-Congresso para escolha de delegados ao Congresso Regional de Psicologia, que, por sua vez, iria eleger delegados para o Congresso Nacional de Psicologia.



6. Psicólogos traçam novos rumos, *Jornal do CRP*, op. cit.

sáveis pela formação; e com as condições de trabalho que garantam a qualidade da formação. No tema sobre exercício profissional, aprovou-se o princípio de que o psicólogo é um profissional que promove saúde em qualquer área em que atue.

Quanto à organização política, aprovou-se que os Conselhos deveriam continuar existindo, mas passando por grandes reformulações — entre as quais a transformação do Conselho Federal em Conselho Nacional, formado por integrantes de uma chapa eleita nacionalmente, em voto direto. Aprovou-se também o princípio da descentralização, pelo qual cada CRP deve ter como base um Estado, o que faria com que, por exemplo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul constituíssem seus próprios Conselhos Regionais. O fim, num prazo de cinco anos, do pagamento compulsório dos psicólogos aos Conselhos também foi aprovado.

O Congresso Nacional realizou-se em Campos do Jordão, na região da Serra da Mantiqueira, em São Paulo. Estavam reunidos 151 delegados — dos quais 40 da 6ª Região — para debaterem cerca de 200 teses. Formaram-se nove grupos; cada três discutiram um dos três temas; e, no final, a plenária geral passou à deliberação.

O Conselho Federal de Psicologia transformou-se em Conselho Nacional de Psicologia, a ser eleito por voto universal e facultativo:

Isto, na prática, significa que acabou a forma de representação federativa, onde os membros que compõem o Conselho Federal são eleitos por cada regional separadamente, sendo substituída por um sistema de eleição de chapa nacional, que deverá ser legitimada por seus projetos e propostas de uma política pensada em termos da categoria como um todo. (...)

(...)

Para garantir a nova forma de organização política, foi instituído o Fórum de Entidades, que deverá ser formado por um membro de cada Conselho Regional, um membro do Conselho Nacional e de entidades ligadas à Psicologia. Este fórum, que deverá se reunir a cada seis meses, estará articulando as políticas a serem desenvolvidas pelo Conselho e acompanhando sua execução. (...) E para fazer a transição, a chapa a ser eleita nas próximas eleições, em 1995, terá um mandato tampão de um ano (...).⁷

O Conselho manteve sua personalidade jurídica de direito público, mas ficou definido que seu princípio de ação deve dar prioridade à orientação da categoria. A proposta de extinção do pagamento compulsório causou muita polêmica, mas não foi aprovada. Em relação aos Conselhos Regionais, sua estrutura manteve-se inalterada até o Congresso seguinte (a se realizar em 1997, e, depois, a cada três anos), mas com a perspectiva de se constituírem por Estado.

As deliberações sobre o exercício profissional concentraram-se na definição de princípios de ação, que se referem seja a aspectos pontuais da profissão (por exemplo, laudos psicológicos e perícias técnicas), seja a questões mais abrangentes (participação da categoria em políticas públicas etc.). Foi também instituído um Fórum de Debates com a incumbência de recolher as propostas para sistematização e elaboração de anteprojeto de lei. Da mesma maneira, no tema sobre formação profissional aprovou-se a criação de uma comissão de avaliação dos cursos existentes, a fim de propor-lhes uma nova estrutura, sempre de acordo com os princípios aprovados no Congresso.

Para esse sucesso do Congresso, o CRP-06 desempenhou papel decisivo, tanto pelo número de seus delegados, quanto pela sua

7. Psicólogos apostam em mudanças, *Jornal do CRP*, nº 89, set./out. 1994.



Outro aspecto do Pré-Congresso, realizado nas dependências do SINPRO (Sindicato dos Professores), em abril de 1994. Na mesa, da esquerda à direita, os conselheiros José Roberto Tozoni Reis e Odair Sass.

capacidade de organização. Como afirmou Bernadete Ribeiro da Costa, delegada da 10ª Região (Pará e Amapá):

Esse Congresso é uma verdadeira lição para os pequenos, ou seja, para aqueles que não têm essa história de articulação política e nem tampouco a história de situações específicas da região. O que eu quero dizer é que respeito a articulação dos maiores, particularmente a do 06. É perfeita a forma com que se articula e consegue subsidiar seus delegados para que votem em bloco em suas teses, isso para nós é um aprendizado. Com certeza não viremos com a mesma desarticulação para um próximo congresso.⁸

Também um artigo do Jornal do CRP, ao fazer o balanço do ano de 1994, ressaltou o papel fundamental desempenhado pelos delegados no Congresso:

No balanço feito pela gestão, a categoria termina o ano mais madura e disposta a operar as transformações que a Psicologia reclama.

8. Idem.

Prova disso foi a participação significativa dos profissionais no processo constituinte. Nesse sentido, destaca-se a importância da participação dos representantes do CRP-06 no Congresso Nacional, que garantiu a aprovação de propostas importantes. Mas permitiu, principalmente, muitos avanços na discussão como um todo, com a colocação do foco dos debates sobre formação e exercício profissional a partir de um ponto de vista mais abrangente e menos imediatista. Além disso, a presença da delegação foi fundamental para o questionamento da própria entidade e a aprovação de propostas que alteram substancialmente sua natureza, como a transformação do Conselho Federal em Conselho Nacional, com eleição direta de chapa nacional a cada três anos.

Nem todas as questões estão resolvidas e muitas divergências ainda deverão ser encaradas de frente, mas o processo constituinte respeitou os direitos da participação democrática. E, ponto fundamental, não caiu no vazio, com o encaminhamento das propostas já iniciado em fóruns específicos para os vários temas, de acordo com decisão do plenário do Congresso Nacional (...).

É certo que algumas das deliberações precisam passar pelo crivo do Legislativo para se tornarem leis. O seu sucesso depende, portanto, da capacidade de os psicólogos fazerem gestões junto aos deputados, enfim, de sua organização e de sua mobilização.

* * *

Isso nem é novidade; sempre foi assim. A memória dos psicólogos da 6ª Região — para não dizer do Brasil — está repleta de lembranças de discussões, debates, movimentos, manifestos, artigos, solenidades, comemorações, atos de repúdio, encontros, seminários, congressos, agrupamentos, associações, orga-

nizações e até mesmo dolorosas rupturas, com que se construiu sua história. Se o Congresso de 1994 significou ou não um momento de virada decisiva na vida dos psicólogos e de suas associações compete apenas a eles responderem.

Aqui só cabe recolher as recordações desse futuro que está para ser construído.

O NÚMERO UM DO CRP

Gostaria de congratular-me com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, o "Seis", pela iniciativa de editar este livro sobre a história dos Conselhos no Brasil, porque acredito que os psicólogos novos, das novas gerações, não têm conhecimento de como a coisa evoluiu e das lutas que tivemos, das campanhas que fizemos para que se estabelecesse a profissão no País, para que se criassem o Conselho Federal e os Conselhos Regionais e para que a profissão, enfim, tivesse esse *status* que tem hoje. E devo também dizer que no Dia do Psicólogo de 1979, no 27 de agosto de 1979, o Conselho Regional-06 resolveu homenagear diversas personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da



Psicologia em nosso meio, e, das várias personalidades que receberam a medalha, fui um dos agraciados. Também devo manifestar a minha satisfação de ter sido não só o primeiro presidente do Conselho Federal de Psicologia, como também o psicólogo de número um do Conselho Regional de São Paulo. Foi uma homenagem que o primeiro Conselho Regional-06 prestou a mim, dando-me a inscrição de número um aqui em São Paulo.

(Arrigo Angelini)

SER PSICÓLOGO NO BRASIL

Acho que as mudanças profundas no caráter do Conselho Federal, que foram propostas, podem ser um grande avanço. Agora, acho que o que vai ocorrer com a categoria está muito ligado com o que ocorrer no Brasil. Por exemplo, a questão de mercado de trabalho: se não houver um mercado concreto de trabalho, vamos entrar num marasmo, e não é apenas o psicólogo; é todo mundo. A possibilidade de esse profissional vir a exercer uma ação social mais interessante, pra mim está claro, não depende só dele. Acho que depende de como as coisas, no nível social, vão caminhar, se vamos continuar num modelo que exclua a maioria ou não. No fundo é essa a questão que continua sendo, para mim,

o divisor de águas. Agora, uma categoria como a nossa, com uma formação predominantemente conservadora, tem que se exigir um esforço redobrado para poder sobreviver dignamente num país como este, sem entregar os pontos. Reconheço que não é fácil para um jovem recém-formado, que encontra um mercado fechado, manter-se fiel a alguns princípios. Eu acho que isso é muito complicado, muito difícil.

(Sérgio Leite)



MANTER A CONTINUIDADE

Atualmente, a agenda do Conselho tem que levar em conta a continuidade. Eu tenho muito problema com relação à falta de continuidade nesse País. Acho que um dos sintomas da nossa falta de cidadania é exatamente essa falta de continuidade. Por exemplo, por que não fazer um terceiro Congresso de Psicologia, mesmo que seja numa outra gestão, com uma outra visão política? A gente tem que dar

continuidade a alguns programas que se iniciaram antes mesmo da minha gestão e que são importantes porque isso dá identidade aos psicólogos brasileiros. Então essa falta de continuidade me preocupa — e me preocupa em termos de Conselho. Como agenda do Conselho, também acho que nesse momento a gente deveria estar entrando nas discussões políticas mais gerais, acho que isso é um papel que o Conselho tem.

(Regina Maciel)

PAUTAS PARA O CONSELHO

Continuo achando que a gente, dentro dos limites, fez o que pôde e o que deveria fazer. Então, a pauta do Conselho dever ser algo próximo daquela que a gente tinha, que é o tratamento das questões do exercício profissional, sobretudo do ângulo da qualidade da prestação do serviço e da sondagem da sua necessidade. Isso tudo como uma forma de inserção social da Psicologia enquanto instituição, mas a partir daquilo que a caracteriza enquanto região do conhecimento e do exercício profissional, colocando os próprios profissionais no confronto com o seu trabalho — um distanciamento que seja ocasião de análise desse trabalho. É claro que a gente não consegue fazer isso sempre, mas dispor-se



a fazer é fundamental. Acho que a pauta é, ainda, trabalhar a Psicologia do ponto de vista ético, teórico, técnico, para garantir sua inserção no como reserva de mercado, mas como prestação de serviço que deve ser necessário, sim, para a população.

Só para completar: talvez aquilo que ficou faltando na nossa gestão foi a elaboração de uma estratégia para rever a regulamentação da profissão, o texto da lei. Mas isso deve ser feito de uma maneira que não dispense as forças que hoje

estão pensando o exercício profissional. Não deve ficar somente ao encargo do Conselho, dos Sindicatos e nem dos psicólogos, que essas entidades arrematam em assembléias para elegerem representantes para congresso nenhum. É preciso uma discussão mais ampla, com coisas escritas, estudos, relatos de experiência — uma coisa que fosse não um congresso sindical, mas uma possibilidade de discussão ampla, teórica, técnica e ética da Psicologia, para informar o texto da lei.

(Marlene Guirado)

PELA DIGNIDADE HUMANA

Acho que o Conselho deve continuar tratando das questões mais coletivas, que sempre consideramos importante. Então, na área de Educação, há essa questão da qualidade: estamos brigando por ela, tornando os nossos profissionais conscientes de que isso é preciso. Isso é uma questão permanente da gente.

A questão de saúde, não podemos fechar os olhos e calar com o que está acontecendo por aí. Na questão do trabalho, há coisas terríveis: estamos vendo no País — no mundo todo, mas aqui de uma forma muito acentuada — o agravamento do desemprego, que acaba com as pessoas. A pobreza, essa distribuição tão abjeta de renda que existe no



Brasil, leva a situações de miséria, com problemas de saúde gravíssimos em relação ao desenvolvimento físico e mental das pessoas, a mortalidade infantil aumentando — temos que estar falando disso, sim, porque é papel nosso lutar para que isso não ocorra, que não se viva de um maneira incompatível com a dignidade humana. Acho que temos que estar muito alertas aos problemas que o País está vivendo e aos problemas psicológicos que essas situações acarretam.

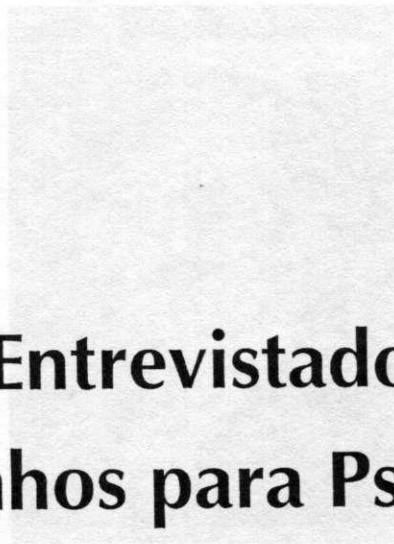
(Yvonne Khouri)

RETOMADA NUM OUTRO PATAMAR

Nesse depoimento, conforme fui lembrando das coisas, percebi que essa gestão atual, Psicologia e Cidadania, é uma retomada da gestão de 1980, claro, já num outro patamar de organização política, com toda essa experiência acumulada. Mas é uma retomada: as pessoas falando em mudar a natureza do Conselho; em descolar a fiscalização do indivíduo para atuar no espaço social; discutindo a importância da formação... Para mim, pessoalmente, lembrar dessas coisas está sendo um barato. Acho que para a categoria isso pode ajudar a elucidar o presente e, até mesmo, a aprofundar a politização dos psicólogos, em meio a sua formação profissional.

(José Roberto Tozoni Reis)

Entrevistados: Caminhos para Psicologia



DA POLITÉCNICA À PSICOLOGIA

Realizei o curso secundário no Colégio Paulistano, em São Paulo. Ao terminar o curso, eu contava com menos de 15 anos de idade. Eu pretendia ingressar na Escola Politécnica, e havia os chamados cursos “pré”: pré-politécnico, pré-médico etc. Mas para o ingresso nesses cursos, era necessária a idade mínima de 16 anos. Ocorreu, então, que o diretor do Colégio Paulistano avisou-me que o colégio ia instalar uma Escola Normal e que para ingressar nele não era necessária a idade mínima de 16 anos. Então, fiz o curso Normal e me graduei com 17 anos.

Então o mesmo diretor indicou-me para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde se



havia organizado o curso de Pedagogia. Ingressei nesse curso em 1942 e graduei-me em 1945. Lá, entre outros grandes nomes, tive aulas com a professora Noemy da Silveira Rudolfer, da cátedra de Psicologia Educacional.

Após a graduação, fui trabalhar, por indicação da professora Rudolfer, no SENAI como assistente técnico, e já fazia aplicações de Psicologia — construção de provas psicológicas, seleção de aprendizes etc. Em 1949, quando vagou o cargo de primeiro assistente na

cátedra da professora Rudolfer, ela me convidou. Então, comecei a me especializar nas áreas da Psicologia da Adolescência, Psicologia da Aprendizagem etc., e várias vezes tornei-me catedrático interino, pois a professora Rudolfer fazia viagens ao exterior e passou também a trabalhar no ISOP, do Rio de Janeiro. Fiz o doutorado, sob a orientação dela, e depois prestei o concurso de livre-docência para a cátedra de Psicologia Educacional. Em 1954, a professora Rudolfer se aposentou e sua cátedra foi posta em concurso. Prestei o concurso, obtive o primeiro lugar e fui nomeado, em 1956, como catedrático efetivo de Psicologia Educacional na Universidade de São Paulo.

(Arrigo Angelini)

EDUCAÇÃO E MÍDIA

Eu tenho uma história como a de tantas outras pessoas. Primeiramente, há o fato de que sou um professor normalista. Paralelamente a isso, a minha formação também inclui uma experiência profissional muito precoce: comecei, menino ainda, com os meus 11, 12 anos, a escrever para jornais. Então, essa condição de jornalista me fez, desde muito cedo, ver um campo preferencial de atuação justamente nessa convergência de Psicologia com mídia. Fiz, já nos anos 40, 50, pesquisas sobre comunicação de massa e criança, o cinema e a criança e por aí fora. Ao mesmo tempo, desde muito cedo, eu me preocupei, na condição de professor normalista, com certos problemas: por que a criança não aprende? E



sempre me insurgi contra essa visão deplorável, impessoalizadora do aluno. Essa idéia fundamental de que cada criança é uma criança singular, com a sua história de vida, com a sua personalidade própria, e de que o professor não deve tratar crianças como um coletivo — isso sempre me apaixonou. Por aí se vê que entre as minhas preocupações iniciais estava a mídia e a sua influência em crianças e adolescentes, estava a Psicologia Escolar, a ação junto a professores, a alunos e a tudo o mais. Ao mesmo tempo, algumas

preocupações paralelas a isso me fizeram com que eu trabalhasse em Psicologia Clínica e em Psicologia Industrial e Organizacional. Essas perspectivas fizeram com que a Psicologia surgisse na minha vida como algo muito mais rico, abrangente, do que um simples ganha-pão, uma forma de ganhar a minha subsistência.

Essa história toda foi uma história que acompanhei como estudante, pertenci àquelas turmas anteriores ao surgimento do curso de Psicologia da USP, fui um dos pais da criança. Naqueles tempos, a formação do psicólogo era em grande parte uma atribuição de curso pós-graduado. Tínhamos as chamadas especializações em Psicologia e que posteriormente foram

convertidos em mestrado. Então, o pessoal se formava, por exemplo, em Pedagogia ou em Filosofia e ia fazer um curso de especialização em Psicologia. O meu curso de especialização em Psicologia durou cinco anos: fiz primeiramente quatro anos em Pedagogia e depois ingressei num curso de especialização, mas em virtude quer de mudanças na USP, quer de mudanças externas na legislação do MEC, acabei fazendo um curso que durou cinco anos: tenho mais anos de pós-graduação do que de graduação!

As perspectivas que fui adquirindo fizeram com que mais e mais entendesse dois pontos fundamentais. Primeiro, que o psicólogo sozinho não é nada; ele precisa de entidades representativas sérias, responsáveis, respeitáveis. E, segundo, que a Psicologia é

simultaneamente um campo de pesquisa, um campo de ensino, mas é um campo principalmente de contribuição para que tenhamos vida melhor, um país melhor e tudo o mais. Então, acho que essas tônicas marcaram muito a minha vida e me fizeram ingressar muito cedo no campo da pesquisa psicológica, nos esforços para formação de psicólogo — e daí o meu envolvimento no surgimento dos cursos de Psicologia no País, particularmente da USP, e também no empenho junto às entidades, às sociedades de que fiz parte.

Presentemente, na PUCCamp (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), tive uma oportunidade que acho que é, sem falsa modéstia, o coroamento da minha vida profissional, porque posso me dedicar com muito carinho à Psicologia Escolar. Foi nesse contexto

que nasceu a nossa entidade — a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPE) —, que está congregando todos quantos tenham em comum esse pôr a Psicologia a serviço da escola, a serviço do ensino, a serviço da educação. O nosso trabalho consiste, entre outras coisas, em um esforço muito grande junto a organismos oficiais e particulares para que o psicólogo escolar seja uma presença atuante, importante, significativa em todas as escolas do País. A responsabilidade do psicólogo escolar não é apenas para casos especiais. Toda e qualquer criança precisa ter o direito de ter o contato de um psicólogo escolar em seu favor, como seu colaborador, para ela crescer, se desenvolver melhor.

(Samuel Pfromm Netto)

ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS

Comecei a trabalhar como educadora de saúde pública nos parques infantis, no início de minha carreira profissional, em 1945. Na medida em que fui desenvolvendo esse trabalho — era um trabalho pedagógico muito interessante, baseado no brinquedo —, comecei a perceber que muitas das crianças que freqüentavam essas unidades precisavam de uma assistência especial e que havia necessidade de uma formação mais especializada pra poder atender a isso. Em função dessa preocupação, que foi minha e também de outros educadores, quando começaram a se formar os cursos de especialização em Psicologia, especialmente Psicologia Clínica, viemos a fazer cursos. No meu caso, fiz na PUC um curso de dois



anos e meio de duração, bastante exigente e bastante informativo. Acho que aprendi muita coisa. A partir disso, esse grupo começou a pensar em um trabalho de Psicologia junto a essas atividades nos parques infantis, que vieram a se transformar posteriormente, no Estado de São Paulo, nas escolas de educação infantil, atendendo, naquela época, a crianças de três até doze anos. Havia espaço separado, programas separados, próprios para cada idade, mas a faixa etária atendida era mais larga que atualmente.

Depois, conseguimos desenvolver um trabalho muito interessante, na Prefeitura de São Paulo, um trabalho que resultou na criação de clínicas psicológicas, na criação do serviço escolar na Secretaria de Educação — um trabalho que empregou muitos psicólogos. Acho que era um dos únicos locais onde havia realmente um trabalho sistemático efetivo com um grupo grande de psicólogos.

(Yvonne Khouri)

UM OUTRO FAZER POLÍTICA

Eu fiz Curso Normal e tive uma professora de Psicologia da Educação que me despertou o interesse pela disciplina. Depois, fiz curso de especialização com o método Montessori e reafirmei o meu interesse pela Psicologia. Então fiz o cursinho e entrei na USP, em 1971. Fiz o curso de Psicologia, numa condição bastante ambígua: por um lado, eu tinha interesse nas questões relativas à inteligência, psicomotricidade, mas, por outro, desde 1970, desenvolvia um trabalho político de educação de base em comunidades de baixa renda. Então, era como se existisse uma espécie de resistência a admitir a importância da Psicologia, da Psicanálise. E havia uma guerra meio fria nos grupos a que



pertencia, porque nesses meios fazer Psicologia, estudar Psicanálise ou fazer psicoterapia era considerado burguês e proscrito. Então, eu ficava com um pé lá e outro cá. Acontece que a matéria em que me saí melhor, curiosamente, foi teoria de técnicas psicoterápicas, e acabei me formando em Psicologia. No final do último ano, comecei a trabalhar numa creche, que era uma creche-orfanato conveniada com a FEBEM. Nessa época, o momento político brasileiro já começava a admitir que se falasse em política e

comecei, nesse trabalho na creche, a ter uma atuação imediatamente política na instituição. Descobri uma outra maneira de fazer política, enquanto psicóloga, num trabalho institucional. Essa foi a minha primeira experiência profissional. Ela foi feita enquanto psicóloga, mas era imediatamente política: eu trabalhava na organização de grupo de pagens, para que elas pudessem lidar com o cotidiano de uma maneira mais sensível aos movimentos afetivos das crianças. Isso porque as funcionárias pareciam não enxergar as crianças; o próprio orfanato parecia não enxergá-las: era uma coisa limpíssima, o chão brilhava, as paredes limpas, os dormitórios impecavelmente arrumados e parecia que não havia 100 crianças lá,

o que me fez pensar que essas crianças, os seus movimentos afetivos muito provavelmente não fossem vistos. Então, no meu trabalho buscava que as funcionárias se organizassem para atender as crianças como elas pudessem e como as crianças precisassem.

Então, a questão da militância migrou para um trabalho nesse nível político das dimensões do poder nas relações que a gente vive. Cada vez mais fica claro para mim que esse poder está colocado nas relações de discurso, na palavra, na maneira como a gente pode falar, ouvir, entender, no entendimento que eu tenha numa determinada situação.

(Marlene Guirado)

INFLUÊNCIA DA POLÍTICA ESTUDANTIL

A minha decisão de ser psicólogo vem desde o colégio. Estudei no Colégio Culto à Ciência, em Campinas (São Paulo), e desde o primeiro colegial eu já havia tomado a decisão pela Psicologia, provavelmente devido à influência da política estudantil — Ação Católica, essas coisas —, que me direcionou para a área de Humanas, na perspectiva de servir, de ajudar ao próximo. Na realidade, como a maioria dos jovens, eu não tinha idéia do que é, estritamente, ser psicólogo. Tinha uma idéia de terapeuta, de indivíduo que faz terapia.

Então, fiz Psicologia, os cinco anos didáticos, na PUC de Campinas, comecei em 1967 e



terminei em 1971. Depois, fiz o mestrado e o doutorado na USP. Desde a época de estudante, eu já me dava muito com a área de Educação; minha família era pobre e eu me mantive dando aula num cursinho. Então, sempre mexi com área de Educação. Meu primeiro emprego foi na APAE, com excepcionais, mas logo fui para carreira universitária, se professor, trabalhando em Psicologia Educacional e Escolar.

(Sérgio Leite)

VONTADE DE ESTUDAR PESSOAS

Meu nome é Regina Mattei de Oliveira Maciel, mas não uso o Mattei de Oliveira, só uso mesmo o Regina Maciel. A idéia de fazer Psicologia veio da época do colegial, quando estava fazendo o científico para medicina. Aí eu me dei conta de que a vontade que eu tinha era de estudar sério sobre as pessoas, saber como as pessoas pensam, como se comportam, porque que fazem determinadas coisas. Achei que era por aí que ia a minha vontade e conversei com algumas pessoas, que me disseram: "Olha, então, o negócio não é fazer Medicina, é Psicologia". Então, tomei a decisão já no 2º científico e, a partir daí, estudei para chegar lá, na Universidade de São Paulo.



Concluí o curso em 1977. Eu já tinha uma idéia de querer especificamente estudar uma coisa que é o que faço hoje: Ergonomia. Eu tinha entrado em contato com Ergonomia nos últimos anos do curso, um contato muito simples, *en passant*, num trabalho de pesquisa. Eu tinha bolsa de iniciação científica, fazia pesquisa com animais, e me caiu nas mãos uma coisa sobre Ergonomia, li rapidamente, achei que aquilo era interessante. E como já tinha essa idéia de estudar fora, assim que me formei, viajei. Fui para a Inglaterra

e lá fiz um curso de mestrado em Psicologia Aplicada e Ergonomia.

Voltei no final de 1981. Foi muito complicada a volta, por ter ficado tanto tempo fora, o Brasil era um problema, uma desgraça! Mas, de qualquer forma, assim que eu voltei entrei em contato com as pessoas com quem já convivía, e acabei entrando no programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo. Nessa época, eu já dava aula de Ética Profissional na Universidade de Guarulhos e, em 1983, fui trabalhar na Fundacentro, que é a Fundação Centro Nacional de Segurança do Trabalho, já na área de Ergonomia.

(Regina Maciel)

MEIA-OITO NÚMERO 103

Eu acho que não virei psicólogo, fui sendo. Fiz o vestibular em 1967, eu sou a própria geração meia-oito, então, com uma série de referências, o mundo em ebulição... Tinha pensado em fazer Filosofia, mas aí dava aquelas viradas, coisa típica de adolescente. Acabei quase que optando por Psicologia meio por preguiça, porque era o curso que havia na minha cidade, em Assis. A carreira era atraente, não era muito conhecida, mas nos meios acadêmicos se sabia que era uma profissão que tinha um mercado bom, principalmente na área clínica, que era uma possibilidade de se estabelecer como profissional liberal, e um mercado muito promissor na área organizacional.



Comecei a fazer o curso, mas nos dois primeiros anos não estudei muito. Lia muito, estudava muito, mas não as coisas do curso, que quase não tinha Psicologia, só Psicologia Experimental. Nos dois primeiros anos fiz política estudantil. Depois, em dezembro de 1968, veio o AI-5, e comecei a estudar. Mas eu me formei em São Paulo: era essa coisa esdrúxula do currículo de Psicologia, são quatro anos para licenciatura mais um, e em Assis não havia o quinto ano. Então, eu e grande parte da minha turma viemos para o Sedes

Sapientiae, que estava passando por uma mudança, tendo sido incorporado pela PUC. E seriam mais dois anos, porque o Sedes não era quatro mais um, era três mais dois. Então fiz os quatro lá e mais dois aqui, em Organizacional, que era onde havia vaga.

E fui trabalhar — e isso já dá uma indicação de como era a profissão naquela época. Normalmente, o pessoal que faz Psicologia, que chega nos últimos anos na área de Organizacional, arruma estágio. Eu fui procurar estágio e arrumei emprego, trabalho mesmo, quando eu estava no quinto ano. Fui contratado como coordenador de treinamento de um banco. E me deram condição para começar a trabalhar sem

precisar cortar a barba: havia lá um chefe que tinha uma barbinha, horrorosa, que me disse “tudo bem”. Fiquei exatamente um ano nesse emprego. Aí fui convidado para trabalhar num outro banco, como psicólogo no setor de avaliação de desempenho. Fiquei até o fim do ano, até eu terminar o curso, mesmo porque eu precisava desse emprego para constar como horas de estágio. Mas eu já estava contratado como psicólogo — tenho registrado na Carteira! Na época, as condições de mercado eram assim: aluno de último ano contratado como psicólogo. Em 1972, ainda não existia o Conselho, senão seria um caso de exercício ilegal da profissão. Em 1972, também comecei a dar aula de Psicologia no colegial. Foi uma das experiências mais interessantes: aprendi a dar aula com o colegial.

Antes, em 1970, aconteceu em São Paulo o Congresso Internacional de Psicodrama. Não participei, mas já tinha interesse por esse tema e quis trabalhar nessa área. Para isso, precisava fazer terapia, durante um ano, para poder entrar na Sociedade de Psicodrama. Então fiquei dando aula e fazendo terapia. Então, em 1973, eu fazia terapia e dava aula no colégio. No final de 1973, me convidaram para dar aula em Assis: tempo parcial, por causa do colégio. E comecei fazer formação na Sociedade de Psicodrama. Mas comecei a ser solicitado para ficar em tempo integral em Assis, fui me entrosando lá e adquirindo interesse em trabalhar com pesquisa. Aí, em 1976, abandonei o projeto de trabalho como psicólogo liberal. Então, a minha carreira profissional foi no campo da Psicologia Clínica, mas ligada à Universidade. É uma coisa

interessante, porque você ensina sobre aquilo que está fazendo e faz pesquisa também. Eu não suportaria nem só dar aula, nem só fazer pesquisa, nem só atender!

A minha primeira aproximação com o Conselho foi para fazer meu registro. Fui um dos primeiros a ser registrado. O meu registro é nº 103, e todo mundo pensa que sou muito velho, mas foi uma coincidência: em 1974, comecei a fazer formação, ia trabalhar como psicólogo, e, então, eu estava preparando a documentação para me registrar no MEC. Mas, quando fui fazer o registro, disseram: “Ah, o MEC não faz mais; agora vai fazer no CRP”. E o CRP tinha acabado de ser instalado, por isso é que sou o nº 103.

(José R. Tozoni Reis)